

EDITAL - Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000091/2024
LICITAÇÃO Nº. 44/2024
MODALIDADE: Pregão Eletrônico
CRITÉRIO: MENOR PREÇO POR LOTE
LEGISLAÇÃO: LEI 14.133/2021 e DECRETO MUNICIPAL Nº 032/2023.

Órgão Realizador do Certame:
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA
PRAÇA SERGIO MAIA, 66 - CENTRO - CATOLÉ DO ROCHA - PB.
CEP: 58884-000 - E-mail: licitacao@catoleodorocha.pb.gov.br - Tel.: (083) 34411383.

O Órgão Realizador do Certame acima qualificado, inscrito no CNPJ 09.067.562/0001-27, doravante denominado simplesmente ORC, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro, assessorado por sua Equipe de Apoio, sediado no endereço acima, às 08:00 horas do dia 15 de Agosto de 2024 (quinta-feira), por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br, licitação na modalidade Pregão nº 44/2024, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item; tudo de acordo com este instrumento e em observância a Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Decreto Municipal nº 032/2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, almejando obter a melhor proposta para: Contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de móveis planejados para atender as demandas da Escola Municipal Catarina de Sousa Maia, neste Município.

Data de abertura da sessão pública: 15/08/2024. Horário: 08:00 - horário de Brasília.

Data para início da fase de lances: 15/08/2024. Horário: 08:15 - horário de Brasília.

Local: www.portaldecompraspublicas.com.br

1.0. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação: Contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de móveis planejados para atender as demandas da Escola Municipal Catarina de Sousa Maia, neste Município.

1.2. As especificações do objeto ora licitado - quantitativo e condições -, encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3. A licitação será realizada em um único lote.

1.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.5. A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica – Contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de móveis planejados para atender as demandas da Escola Municipal Catarina de Sousa Maia, neste Município –, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; e ainda, pela necessidade de desenvolvimento de ações continuadas para a promoção de atividades pertinentes, visando que é um direito dos estudantes, educar-se em um ambiente seguro, saudável (ambientalmente falando) e atrativo. Especialmente quando se trata de alunos com idades mais jovens, que é o caso da Rede Municipal de Educação, quando a importância de todos esses fatores é ainda mais evidente. No que diz respeito à ergonomia das cadeiras, por exemplo, está comprovado que, quando inadequada, prejudica muito a concentração e o desenvolvimento da caligrafia, por exemplo. É sabido também, que a eficiência do método tradicional de ensino está sendo cada vez mais questionada e, ao mesmo tempo, a qualidade de metodologias alternativas está sendo cada vez mais considerada nas escolas do século XX. Em outros artigos abordamos com mais detalhes sobre o ambiente montessoriano e sobre a atmosfera dos interiores waldorfianos. Por esses e tantos outros motivos, é possível afirmar que existe uma trílogia fundamental para que o aprendizado seja bem sucedido: a qualificação do corpo docente, o interesse dos alunos e as qualidades do ambiente de estudo: a sala de aula, bibliotecas e laboratórios de informática. Dentre eles, o que cabe a Edilidade Catoleense e aos enquanto arquitetos projetistas é proporcionar espaços de estudo: conforto ambiental, layout funcional, composição de revestimentos que favoreçam o raciocínio e mobiliário de qualidade. A contratação em epígrafe, se faz necessária em virtude para atender todas as demandas da referida Unidade Escolar, visando melhorar o ambiente tanto em termos administrativos, como também educacional, observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

1.6. Na referida contratação será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos da Lei 123/06, consideradas as hipóteses e condições estabelecidas no Art. 4º, da Lei 14.133/21. Todavia, serão afastados os benefícios estabelecidos nos Arts. 47 e 48, por estarem presentes, isolada ou simultaneamente, as situações previstas nos Incisos II e III, do Art. 49, todos do mesmo diploma legal.

1.7. Todas as referências de tempo neste Edital, no respectivo aviso e durante a sessão pública obedecerão o horário de Brasília.

2.0. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

2.1. Informações ou esclarecimentos sobre esta licitação, serão prestados nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas.

2.2. Qualquer pessoa - cidadão ou licitante - é parte legítima para impugnar o Edital deste certame por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o respectivo pedido, dirigido ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, exclusivamente, da seguinte forma:

2.2.1. No endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até três dias úteis, contado da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração deste Edital e dos seus anexos.

2.4. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

2.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame, observados os prazos fixados na norma vigente.

2.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do ORC e no sistema, dentro do prazo estabelecido no item 2.3, e vincularão os participantes e a Administração.

3.0. DOS ELEMENTOS PARA LICITAÇÃO

3.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

3.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;

3.1.2. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO – de não empregar menor;

3.1.3. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO – que a proposta compreende a integralidade dos custos;

3.1.4. ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO;

3.1.5. ANEXO V - MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos.

3.2. A obtenção do Edital será feita da seguinte forma:

3.2.1. Pelos endereços eletrônicos:

3.2.1.1. www.catoledorochoa.pb.gov.br;

3.2.1.2. www.tce.pb.gov.br;

3.2.1.3. www.portaldecompraspublicas.com.br; e

3.2.1.4. www.gov.br/pncp.

4.0. DO SUPORTE LEGAL

4.1. Esta licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Decreto Municipal nº 032/2023; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas; que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.

5.0. DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado a partir da assinatura do Contrato:

Prazo de Entrega: **45 (quarenta e cinco) dias;**

Local de Entrega: **Entregar e Instalar na sede da Escola Catarina de Sousa Mala.**

5.2. O serviço será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I.

5.3. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

5.4. As despesas decorrentes do objeto deste certame, correrão por conta da seguinte dotação: FPM/Fundeb e Outros

12.361.0011.2013 – Manutenção do Ensino Fundamental

12.365.0008.2219 – Manut. da Educ. Infantil Creche – Rec. Próprios

12.365.0008.2222 – Manut. da Educ. Infantil Pré-Escolar – Rec. Próprios

12.361.0008.2338 – Manut. do Ensino Fundamental – Fundeb 30% - VAAR

12.361.0041.2286 - Manut. dos Recursos do VAAT – Fundeb 30% - Investimento

12.381.0008.2232 - Manut. do Ensino Fundamental – Fundeb 30%

12.361.0041.2290 – Manut. dos Rec. do VAAT – Ens. Fundamental – Fundeb 30%

12.365.0008.2218 – Manut. da Educ. Infantil – Creche – Fundeb 30%

12.365.0041.2307 – Manut. da Educ. Infantil – Creche – Fundeb 30% - VAAT

12.365.0008.2221 – Manut. da Educ. Infantil – Pré-Escolar – Fundeb 30%

12.365.0041.2306 – Manut. da Educ. Infantil Pré-Escolar – Fundeb 30% - VAAT

449052.00 – Equipamento e Material Permanente

449052.99 – Outros Materiais Permanente

339039.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

6.0. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1.A licitação será realizada à distância e em sessão pública, por meio do sistema disponível no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

6.2.Deverão ser observadas as normas e procedimentos estabelecidos pelo provedor do sistema, disponíveis no referido sítio eletrônico para acesso ao sistema e operacionalização.

6.3.Caberá ao licitante interessado em participar deste certame, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão; e comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.4.A participação neste certame é aberta a quaisquer interessados, inclusive as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente.

6.4.Não poderão participar os interessados:

6.4.1.Que não atendam às condições deste Edital e seus anexos;

6.4.2.Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

6.4.3.Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

6.4.4.Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

6.4.5.Cujo estatuto ou contrato social não incluir o objeto desta licitação; e

6.4.6.Que se enquadrem nas vedações previstas no Art. 14º, da Lei 14.133/21.

6.5.O presente Edital não possibilitará a participação das pessoas físicas.

6.6.É permitida a participação de pessoas jurídicas que estejam reunidas em consórcio, observadas as seguintes normas:

6.6.1.Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

6.6.2.Apresentação dos documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

6.6.2.1.Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.6.3.Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.6.4.Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

6.6.5.O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do respectivo compromisso anteriormente subscrito pelos consorciados;

6.6.6.A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo ORC e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato; e

6.6.7.A proposta será enviada pela empresa responsável pelo consórcio.

6.7.Não será permitida a participação de sociedades cooperativas.

6.8.GARANTIA DE PROPOSTA: O licitante deverá atender ao requisito abaixo e o respectivo comprovante encaminhado por meio do sistema eletrônico, quando solicitado pelo Pregoeiro, como requisito de pré-habilitação:

6.8.1.Comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, no valor equivalente a **R\$ 2.082,00**. Essa comprovação terá como referência o momento de apresentação da proposta, portanto, o prazo máximo para a "prestação" da referida garantia é até a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação. Encerrada a etapa de envio de lances e após a avaliação da conformidade da proposta, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, o referido comprovante deverá ser anexado no sistema no momento do cadastro da proposta. Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia; b) seguro garantia; c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada na seguinte conta: Titular - **Pref C do Rocha-PB - Cauções**, Banco - Bando do Brasil. Agência - 0585-1. Conta Corrente - 46.341-8 (depósitos ou transferências identificadas, não serão aceitos pagamentos via pix). Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada:

6.8.1.1.A garantia de proposta será devolvida ao licitante no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação; Após decorrido este prazo, o licitante deverá encaminhar e-mail para: financas@catoleodorocha.pb.gov.br, informando o pregão e anexando o comprovante da caução.

6.8.1.2.Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação;

6.8.1.3. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

7.0. DO CREDENCIAMENTO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no sistema eletrônico de disputa à distância utilizado pelo ORC, acessando o seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

7.2. Os interessados deverão atender às condições e procedimento constantes do referido site, cujo credenciamento implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema eletrônico ou do ORC por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no referido sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tomem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.0. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, relativamente às declarações necessárias e obrigatórias, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica e na Lei 14.133/21; tais como:

8.2.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

8.2.2. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

8.2.3. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Art. 1º e no Inciso III, do Art. 5º da Constituição Federal.

8.2.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em Lei e em outras normas específicas.

8.3. O licitante enquadrado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º, da Lei 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido previsto em seus Arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do Art. 4º, da Lei 14.133/21:

8.3.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item; e

8.3.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei 123/06, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.7. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.7.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.7.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem anterior.

8.8. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

8.9. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o ORC, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.10. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8.12. A falsidade de declaração relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 14.133/21, e neste Edital. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a esclarecer as informações declaradas.

9.0. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

9.1. O licitante deverá enviar sua **PROPOSTA** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

9.1.1. Valor unitário do item: expresso em moeda corrente nacional;

9.1.2. Quantidade: conforme fixada no Termo de Referência - Anexo I;

9.1.3. Descrição do objeto: contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - Anexo I.

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

9.3. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais.

9.4. A quantidade de unidade a ser cotada está fixada no Termo de Referência - Anexo I.

9.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe este Edital e seus anexos, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente.

9.7. O preço ofertado, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, será de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

9.11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta correspondente, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.0. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública:

10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5. Iniciada a fase competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro:

10.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

10.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

10.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema:

10.7.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

10.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema:

10.8.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível;

10.8.2. O Pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo desse processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema. Eventual exclusão de proposta do licitante implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

10.9. Será adotado para o envio de lances neste certame o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações:

10.13.1. Após o reinício previsto no item acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 10.14. Encerrada a etapa de que trata o subitem anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente.
- 10.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do melhor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas doze horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.20. Em relação ao item não exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos Arts. 44 e 45, da Lei 123/06.
- 10.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até cinco por cento acima da melhor proposta ou do melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de cinco por cento, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.
- 10.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances.
- 10.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no Art. 60, da Lei 14.133/21, nesta ordem:
- 10.26.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 10.26.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/21;
- 10.26.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 10.26.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.27. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços prestados por:
- 10.27.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do ORC;
- 10.27.2. Empresas brasileiras;
- 10.27.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.27.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/09.
- 10.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento:
- 10.28.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.28.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;
- 10.28.3. Concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos os licitantes e registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo;
- 10.28.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, envie a sua proposta atualizada, adequada ao último lance ofertado e após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;
- 10.28.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente.
- 10.29. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no sistema a nova data e horário para a sua continuidade, observado o intervalo mínimo de doze horas.
- 10.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de julgamento da proposta.

11.0. DA FASE DE JULGAMENTO

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço final em relação ao estipulado para contratação, conforme definido neste Edital.
- 11.2. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio do sistema, no prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, sob pena de não aceitação da proposta:

- 11.2.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.3.Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 11.3.1.Contiver vícios insanáveis;
- 11.3.2.Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência - Anexo I;
- 11.3.3.Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 11.3.4.Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 11.3.5.Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.3.6.Não comprovar, quando solicitado pelo Pregoeiro recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.
- 11.4.É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pelo ORC; em tal situação, não sendo possível a imediata confirmação, será dada ao licitante a oportunidade de demonstrar a sua exequibilidade, sendo-lhe facultado o prazo mínimo de 30 (trinta) minutos para apresentar, por meio do sistema eletrônico, a documentação que comprove a viabilidade da proposta:
- 11.4.1.É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada e aceita, feita também no sistema pelo licitante, antes de findo o prazo, ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente;
- 11.4.2.A inexequibilidade, nessa hipótese, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
- 11.4.2.1.Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 11.4.2.2.Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.5.O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação.
- 11.6.Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas das propostas. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, doze horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.7.Encerrada a fase de julgamento, após verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, o Pregoeiro verificará a documentação de habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital. Antes, porém, como requisito de pré habilitação, será solicitado ao licitante provisoriamente vencedor a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, nos termos do item 6.10 deste Edital.

12.0.DA HABILITAÇÃO

12.1.Os documentos previstos neste instrumento, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, conforme as disposições dos Arts. 62 a 70, da Lei 14.133/21.

12.2.1. Pedimos por gentileza, que realize e anexe a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: www.tcu.gov.br

12.2.Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de HABILITAÇÃO:

12.3.PESSOA JURÍDICA:

12.3.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

12.3.2.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou Estadual, relativo à sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3.3.No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldoempreendedor.gov.br. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – LTDA: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz. Em se tratando de sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil. Salienta-se que os documentos relacionados neste subitem deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, e cópia dos documentos pessoais do titular/sócios.

12.3.4. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei e em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em vigor, com indicação das páginas correspondentes do livro diário em que o mesmo se encontra, bem como apresentação dos competentes termos de abertura e encerramento, assinados por profissional Contábil habilitado e devidamente registrados na junta comercial competente, ou apresentados através do SPED, devendo ser apresentado o recibo de entrega junto a Receita Federal (em conformidade com as determinações legais), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. Tratando-se de empresa constituída há menos de um ano, ou aquela que ainda não tenha realizado o fechamento do seu primeiro ano de existência no prazo legal, poderá apresentar o Balanço de Abertura assinado por

profissional Contábil habilitado e devidamente registrado na junta comercial competente ou com recibo de entrega junto a Receita Federal, quando for do SPED. Não se aplica ao microempreendedor individual.

12.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de certidão negativa, ou outro equivalente, na forma da lei.

12.3.7. Comprovação de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, apresentando o respectivo Certificado de Regularidade fornecido pela Caixa Econômica Federal.

12.3.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, nos termos do Título VII–A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.3.9. Declaração do licitante atestando que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, nos termos do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme modelo – Anexo II.

12.3.10. Declaração do licitante, sob pena de desclassificação, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo – Anexo III.

12.3.11. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas.

12.3.12. Comprovação de capacidade de desempenho anterior satisfatório, de atividade igual ou assemelhada ao objeto da licitação, feita através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

12.3.13. Comprovação do cumprimento de requisitos normativos, conforme modelos - Anexo V:

12.3.13.1. Declaração de ciência dos termos do Edital;

12.3.13.2. Declaração de inexistir fato impeditivo;

12.3.13.3. Declaração de não possuir no quadro societário servidor da ativa do ORC;

12.3.13.4. Declaração de não utilizar trabalho degradante ou forçado;

12.3.13.5. Declaração de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade;

12.3.13.6. Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta; e

12.3.13.7. Declaração de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

12.4. Documentação de licitantes reunidos em consórcio:

12.4.1. A documentação de cada pessoa jurídica que estejam reunidas em consórcio, nos termos das disposições deste Edital, deverá ser apresentada pela empresa responsável pelo consórcio, quando solicitada pelo Pregoeiro, correspondendo a:

12.4.1.1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o ORC;

12.4.1.2. Documentos de habilitação exigidos neste instrumento, por parte de cada consorciado, com admissão, quando for o caso, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado:

12.4.1.2.1. Será estabelecido para o consórcio acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira. O referido acréscimo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

12.5. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 30 (trinta) minutos, contado da solicitação do Pregoeiro, prorrogável por igual período, nas seguintes situações:

12.5.1. Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou

12.5.2. De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos.

12.6. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor:

12.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal constantes deste Edital, somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

12.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.8.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observados o prazo e os

termos definidos neste instrumento para o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado:

12.9.1. Serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos eventuais procedimentos da Comissão de Contratação, para sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, observadas as disposições deste Edital.

12.10. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, observando-se o seguinte procedimento:

12.10.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação nesta licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, dentre os documentos enumerados neste instrumento para efeito de habilitação, mesmo que esta apresente alguma restrição;

12.10.2. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista quando da comprovação de que trata o item anterior, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

12.10.3. Para aplicação do disposto no subitem anterior, o prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação. A prorrogação desse prazo poderá ser concedida, a critério do Pregoeiro, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa;

12.10.4. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal e trabalhista de que tratam os dois subitens anteriores;

12.10.5. A não regularização da documentação, no prazo acima previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 156, da Lei 14.133/21, sendo facultado ao ORC convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação;

12.10.6. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos, mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver alguma dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos:

12.12.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.13. Os documentos exigidos para fins de habilitação no certame deverão ser organizados na ordem descrita neste instrumento, precedidos por índice correspondente, apresentados em original; ou por cópia autenticada por cartório competente, ou pelo Pregoeiro, ou por membro da Equipe de Apoio ou da Comissão de Contratação; ou publicação em órgão da imprensa oficial. Estando perfeitamente legíveis, sem conter borrões, rasuras, emendas ou entrelinhas e dentro do prazo de validade, considerado o disposto neste Edital. A eventual ausência do referido índice não inabilitará o licitante, sendo que:

12.13.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante os agentes do ORC relacionados no item anterior, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

12.13.2. Quando o documento for obtido via Internet sua autenticidade será comprovada no endereço eletrônico nele indicado;

12.13.3. Poderá ser utilizada, a critério do Pregoeiro, a documentação cadastral de fornecedor, constante dos arquivos do ORC, para comprovação da autenticidade de elementos apresentados pelo licitante.

12.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

12.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública inclusive para a realização de diligências com vistas ao saneamento de eventuais erros e falhas dos documentos de habilitação apresentados. Em qualquer hipótese, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, doze horas de antecedência e a ocorrência será registrada em ata.

13.0. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor - **proposta atualizada** - deverá ser encaminhada no prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, e deverá:

13.1.1. Ser elaborada em consonância com as especificações constantes deste Edital e seus Anexos, redigida em língua portuguesa e impressa em uma via em papel limbrado do proponente, quando for o caso, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas; datada e assinada pelo licitante ou seu representante legal, com indicação: do valor global da proposta; do prazo de entrega; das condições de pagamento; e da sua validade;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

13.1.3. Estar adequada ao último lance ofertado e a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares eventualmente solicitados, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

13.2. Será cotado um único preço para cada item, com a utilização de duas casas decimais, sendo que, nesse último caso, a indicação em contrário está sujeita a correção, observando-se aos seguintes critérios:

13.2.1. Falta de dígitos: serão acrescentados zeros;

13.2.2. Excesso de dígitos: sendo o primeiro dígito excedente menor que cinco, todo o excesso será suprimido, caso contrário haverá o arredondamento do dígito anterior para mais e os demais excedentes suprimidos.

13.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o preço unitário e o total em algarismos e o valor global da proposta em algarismos e por extenso:

13.3.1. Existindo discrepância entre o preço unitário e total, resultado da multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário prevalecerá;

13.3.2. No caso de divergência entre o valor numérico e o expresso por extenso, prevalecerá o valor expresso por extenso;

13.3.3. Fica estabelecido que havendo divergência de preços unitários para um mesmo serviço, prevalecerá o de menor valor.

13.4. A proposta obedecerá aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

13.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

13.6. No valor proposto estará incluso todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços; inclusive a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.7. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção ao Contratado:

13.7.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

13.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de seu encaminhamento.

14.0. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no Art. 165, da Lei 14.133/21.

14.2. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que no presente certame será de 30 (trinta) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

14.4. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.5. As razões do recurso deverão ser apresentadas, exclusivamente, da seguinte forma:

14.5.1. Em campo próprio do sistema eletrônico.

14.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no seguinte sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br.

15.0. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

15.1.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

15.1.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

15.1.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

15.2.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16.0. DO CONTRATO

16.1. Após a homologação pela autoridade superior do ORC, o licitante vencedor será convocado para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos da data de recebimento da notificação, e nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, assinar o respectivo contrato, podendo o mesmo sofrer alterações nos termos definidos pela Lei 14.133/21:

16.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração;

16.1.2.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor ORC:

16.1.2.1.A regra do subitem anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma estabelecida neste dispositivo;

16.1.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado neste Edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.2.Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, ou instrumento hábil, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 14.133/21, e em outras legislações aplicáveis.

16.3.Na assinatura do contrato será exigida a comprovação de todas as condições de habilitação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo Contratado durante a vigência do referido contrato.

16.4.O contrato que eventualmente venha a ser assinado pelo licitante vencedor, poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

16.5.Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

17.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

17.1.Os preços contratados são fixos e irajustáveis no prazo de um ano.

17.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

17.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

18.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

18.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

18.3.Serão designados pelo ORC representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do respectivo contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições.

19.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

19.1.Obrigações do Contratante:

19.1.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis;

19.1.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste;

19.1.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais;

19.1.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

19.2. Obrigações do Contratado:

19.2.1. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

19.2.2. Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento;

19.2.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante;

19.2.4. Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

19.2.5. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação;

19.2.6. Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes;

19.2.7. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

20.0. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ORC, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

20.2. O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

20.3. Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

20.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.0. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

21.2. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

22.0. DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

22.1. As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste certame ou do termo de ajuste que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

22.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

22.3.É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

22.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

23.0.DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1.Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

23.2.Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3.Todas as referências de tempo no Edital, nos seus anexos, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4.A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.5.As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do ORC, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.6.Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o ORC não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.7.Para todos os efeitos, na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no ORC.

23.8.O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.9.Em caso de divergência entre disposições do Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as do Edital.

23.10.O Edital e seus anexos também estão disponibilizados na íntegra no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br; no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP; e poderão ser lidos, e quando for o caso obtidos, mediante processo regular e observados os procedimentos definidos pelo ORC, no endereço: Praça Sergio Maia, 66 – Centro – Catolé do Rocha – PB, nos horários normais de expediente: das 08:00 as 12:00 horas; mesmo endereço e horário nos quais os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11.Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste certame, excluído qualquer outro, o foro competente é o da Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.

Catolé do Rocha - PB, 31 de julho de 2024.


JOÃO PATRÍCIO VIEIRA ALVES
Diretor Geral de Licitações

ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024

TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES

1.0.DO OBJETO

1.1.Constitui objeto desta licitação: Contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de móveis planejados para atender as demandas da Escola Municipal Catarina de Sousa Maia, neste Município.

2.0.DA JUSTIFICATIVA

2.1.A contratação acima descrita, que será processada nos termos deste instrumento convocatório, especificações técnicas e informações complementares que o acompanham, quando for o caso, justifica-se: Pela necessidade da devida efetivação de serviço para suprir demanda específica Contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de móveis planejados para atender as demandas da Escola Municipal Catarina de Sousa Maia, neste Município, considerada oportuna e imprescindível, bem como relevante medida de interesse público; É um direito dos estudantes, educar-se em um ambiente seguro, saudável (ambientalmente falando) e atrativo. Especialmente quando se trata de alunos com idades mais jovens, que é o caso da Rede Municipal de Educação, quando a importância de todos esses fatores é ainda mais evidente. No que diz respeito à ergonomia das cadeiras, por exemplo, está comprovado que, quando inadequada, prejudica muito a concentração e o desenvolvimento da caligrafia, por exemplo. É sabido também, que a eficiência do método tradicional de ensino está sendo cada vez mais questionada e, ao mesmo tempo, a qualidade de metodologias alternativas está sendo cada vez mais considerada nas escolas do século XX. Em outros artigos abordamos com mais detalhes sobre o ambiente montessoriano e sobre a atmosfera dos interiores waldorbianos.Por esses e tantos outros motivos, é possível afirmar que existe uma trilogia fundamental para que o aprendizado seja bem sucedido: a qualificação do corpo docente, o interesse dos alunos e as qualidades do ambiente de estudo: a sala de aula, bibliotecas e laboratórios de informática. Dentre eles, o que cabe a Edilidade Catoleense e aos enquanto arquitetos projetistas é proporcionar espaços de estudo: conforto ambiental, layout funcional, composição de revestimentos que favoreçam o raciocínio e mobiliário de qualidade. A contratação em epigrafe, se faz necessária em virtude para atender todas as demandas da referida Unidade Escolar, visando melhorar o ambiente tanto em termos administrativos, como também educacional., observadas as diretrizes e metas definidas nas ferramentas de planejamento aprovadas.

2.2.As características e especificações do objeto ora licitado são:

| Item - Código - Descrição | Unidade | Quantidade | Vlr. Unit. Máximo |
|--|---------|------------|-------------------|
| 1 - 0045210 - AUDITÓRIO: Palco em madeira massaranduba, com altura de 20 cm, medindo 12m x 3m (Largura x profundidade), com ripas de 10 em 10 cm, com acabamento em verniz claro. Painéis: com brises em mdf grafito chess, com detalhe de calhas no fundo do painel em led's 3.000k, medindo: 08 painéis (1,10m x 2,75m - C x A); 01 painel de fundo liso em MDF gianduia trama, para fechamento de parede, medindo (3,50m x 2,75m - C x A); 02 painéis de entrada grafito chess com calhas de led's 3.000k medindo (3,45 x 2,90m - C x A), Calhas e Led's totaliza 25m. Mesa com tampo em MDF savana, medindo (4m x 1,05m - C x L), com 06 unidades de base (04 un = 1,13m x 0,73 e 02 un = 1,73 x 0,73) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto, conforme projeto de arquitetura. | Kit | 1 | |
| 2 - 0045216 - SALA DOS PROFESSORES: Mesa com tampo em MDF savana, medindo (4,70m x 1,85m - C x L), com 08 unidades de base (06 un = 1,13m x 0,73 e 02 un = 1,73 x 0,73) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto. Armário 01 em MDF Expresso Sethos com 45 portas medindo 6m x 2,15m x 0,50m (L x A x P), medidas dos compartimentos e portas 0,45m x 0,51m (A x C), todos com tranca e fechadura batente, todos numerados em acrílico, acima do armário terá um painel com frizos de 1cm em MDF Expresso Sethos medindo (0,71m x 3,75m - A x C); Armário 02 em MDF Expresso Sethos medindo (1,10m x 2,10m x 0,47m - C x A x P) com nincho (0,25m x 2,10m x 0,40m - L x A x P) com fita de led com 02m de calha e fita de led 3.000k, painel com frizos de 1cm em MDF Expresso Sethos medindo (1,60m x 3,80m - A x C), balcão em MDF Expresso Sethos (1,88m x 0,62m x 0,47 - A x L x P) com portas (0,57 x 0,42 - A | Kit | 1 | |

| | | | |
|---|------------|----------|--|
| <p>x L) e gavetas de abrir (0,50m x 0,18m - A x L), com puxador em calha no próprio MDF. Conforme projeto de arquitetura.</p> | | | |
| <p>3 - 0045217 - SALA DA DIREÇÃO: Mesa com tampo em MDF Expresso Sethos, medindo (1,65m x 0,65m x 0,78- C x L x A), com 01 unidade de base (0,65m x 0,73 - L x A) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto. Armário 01 em MDF Gianduia trama (2,10m x 1,30m x 0,47m - A x C x P) com 03 portas (0,41m x 2,10m - C x A) e puxador em calhas no próprio MDF, medidas dos compartimentos e portas 0,45m x 0,51m (A x C), detalhe lateral com nincho em MDF Gianduia trama (0,40m x 1,36 x 0,37 - A x C x P). Balcão em gianduia trama (0,73m x 1,95m x 0,42m - A x C x P) com portas (0,40m x 0,60m - C x A) e gavetas (0,47m x 0,18m x 0,45m - L x A x P) todos com puxador em calha em MDF; painel com frizos de 1cm em MDF Expresso Sethos medindo (1,52M x 2,40m - A x C); painel ripado com ripas de 3cm em MDF Expresso Sethos medindo (1,45M x 2,90m - A x C). Conforme projeto de arquitetura.</p> | <p>Kit</p> | <p>1</p> | |
| <p>4 - 0045218 - RECEPÇÃO DA ESCOLA: Armário 01 em MDF Expresso Sethos com 18 gavetões medindo (4,22m x 1,30m x 0,45m - L x A x P), medidas dos gavetões (0,41m x 0,70m x 0,44m - (A x C x P), todos com tranca e fechadura batente. Mesa com tampo em MDF Expresso Sethos, medindo (3,55m x 0,75m x 0,78 - C x L x A), com 02 unidades de base (0,78m x 0,75) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto e Caixote com gavetão (0,17m x 0,47 x 0,50m - A x L x P) e espaço para CPU (0,70m x 0,21m x 0,50 - A x L x P) no mesmo material. Armário 01 em MDF Gianduia trama (5,50m x 2,10m x 0,45m - A x C x P) com 12 portas (0,46m x 2,05m - C x A) e puxador em calhas no próprio MDF, detalhe lateral com nincho em MDF Expresso Sethos para fechamento de geláguia e decorativa (2,10m x 1,82m x 0,47m - A x C x P). Painele em MDF gianduia trama medindo (8,40m x 0,70m - C x A). Balcão de atendimento em MDF Expresso Sethos medindo (2,25m x 1,10m x 0,50m - C x A x L), com gavetas (0,15m x 0,43m x 0,50m - A x L x P), puxadores em calha no próprio MDF e espaço para CPU medindo (0,23m x 0,67m x 0,48m - A x L x P). Conforme projeto de arquitetura.</p> | <p>Kit</p> | <p>1</p> | |
| <p>5 - 0045219 - SALA DE INFORMÁTICA: Mesa com tempo em MDF gianduia trama medindo (1,65m x 0,70m x 0,78m - C x L x A) com 02 un de base (0,73m x 0,70m - A x L) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto, caixote em MDF Gianduia trama com gavetas (0,14m x 0,45m x 0,55m - A x L x P), com puxador em calha no próprio MDF. 02 unidades de Painel com frizo de 01 cm em MDF Expresso Sethos medindo (8,00m x 1,15m - C x A). Armário em MDF Gianduia trama (1,15m x 1,65m x 0,37m - A x C x P) com 04 portas (0,40m x 0,84m - C x A) e puxador em calhas no próprio MDF, detalhe lateral com nincho em MDF Expresso Sethos (0,26m x 1,65m x 0,35m - A x C x P). 04 unidades de mesões em MDF gianduia trama medindo (5,05m x 0,70m x 0,78m - C x L x A) com 12 unidades de base (0,75m x 0,70m - A x L) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto, com 20 unidades de caixote em MDF Gianduia trama para CPU. 16 Divisórias para mesões em MDF gianduia trama medindo (0,55m x 0,47m - C x A). Conforme projeto de arquitetura.</p> | <p>Kit</p> | <p>1</p> | |
| <p>6 - 0045220 - BIBLIOTECA: 03 unidades de mesas redonda em MDF Expresso Sethos com tampo chanfrado medindo (1,00m x 1,00m) com base volumétrica (0,60m x 0,72m - C x A). 28 unidades de colméias de teto luminosa, 12 und em MDF ultramarino e 16 und em MDF Savana medindo (0,36m x 0,36m x 0,12m - A x C x P). Balcão em MDF Savana medindo (2,50m x 0,95m x 0,53m - C x A x P), com detalhes em MDF ultramarino medindo (1,20m x 1,20m) com gavetas medindo (0,15m x 0,45m x 0,48m - A x C x P). 01 estante em MDF Expresso Sethos medindo (2,70m x 1,45m - A x C), 01 estante estante em MDF Expresso Sethos medindo (2,00m x 0,80m - A x C). Painele arcado em MDF Savana medindo (2,57m x 2,00m - A x C), Estante arcada medindo (9,00m x 2,73m x 0,40m - C x A x P) com divisórias Expresso Sethos (0,33m x 0,95m - A x C), 12 gavetões medindo (0,60m x 0,50 x 0,40m - A x L x P). Contorno de arco arcado em MDF ultramarino medindo (10,10m x 0,13m x 0,50m - A x L x P). Balcão em MDF Ultramarino medindo (2,35m x 0,65m x 0,45m - A x C x P), com 04 portas de abrir e puxador no próprio MDF. 05 unidades de Ninchos tipo comeeira em</p> | <p>Kit</p> | <p>1</p> | |

MDF Savana medindo (0,35m x 0,35m).01 Pannel liso em MDF Savana medindo (2,40m x 2,65m - C x A). 01 Estante em MDF Expresso Sethos medindo (5,45m x 2,42m x 0,50m - A x C x P) com divisórias (0,75m x 0,33m). Conforme projeto de arquitetura.

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1.Efetuar o pagamento relativo ao objeto contratado efetivamente realizado, de acordo com as cláusulas do respectivo contrato ou outros instrumentos hábeis.
- 3.2.Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do objeto da presente contratação, nos termos do correspondente instrumento de ajuste.
- 3.3.Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos produtos ou serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades pactuadas e preceitos legais.
- 3.4.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1.Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado.
- 4.2.Substituir, arcando com as despesas decorrentes, os materiais ou serviços que apresentarem defeitos, alterações, imperfeições ou quaisquer irregularidades discrepantes às exigências do instrumento de ajuste pactuado, ainda que constatados somente após o recebimento ou pagamento.
- 4.3.Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização do Contratante.
- 4.4.Manter, durante a vigência do contrato ou outros instrumentos hábeis, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, conforme o caso, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado.
- 4.5.Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que efetivamente participou do certame e consequentemente apresentou a documentação exigida na fase de habilitação.
- 4.6.Executar todas as obrigações assumidas sempre com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.
- 4.7.Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato - Anexo IV.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

5.1.O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades do ORC, e que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da assinatura do Contrato:

Entrega: **45 (quarenta e cinco) dias;**

Local de entrega: **Entregar e Instalar na sede da Escola Catarina de Sousa Maia.**

5.2.O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado: até o final do exercício financeiro de 2024, considerado da data de sua assinatura; podendo ser prorrogado, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

6.0.DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE

- 6.1.Os preços contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano.
- 6.2.Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.3.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.4.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 6.5.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.6.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.7.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.8.O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

6.9.O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0.DO PAGAMENTO

7.1.Ô pagamento será realizado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo ÔRÇ, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

7.2.O desembolso máximo do período, não será superior ao valor do respectivo adimplemento, de acordo com o cronograma aprovado, quando for o caso, e sempre em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros.

7.3.Nenhum valor será pago ao Contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, a qual poderá ser compensada com o pagamento pendente, sem que isso gere direito a acréscimo de qualquer natureza.

8.0.DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1.Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

8.2.Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinatura pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

9.0.DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1.Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições.

10.0.DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1.O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

10.2.Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 (quinze) dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

11.0.DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1.Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX + 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.



12.0. DO MODELO DE PROPOSTA

12.1. É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utilizá-lo como referência - Anexo 01.

Maria Antonia Neta
Secretária Municipal de Educação

ANEXO 01 AO TERMO DE REFERÊNCIA - PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024

PROPOSTA

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA - PB.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de móveis planejados para atender as demandas da Escola Municipal Catarina de Sousa Maia, neste Município.

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos da licitação em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

| Item - Código - Descrição | Unidade | Quantidade | Vlr. Unit. Máximo |
|---|---------|------------|-------------------|
| 1 - 0045210 - AUDITÓRIO: Palco em madeira massaranduba, com altura de 20 cm, medindo 12m x 3m (Largura x profundidade), com ripas de 10 em 10 cm, com acabamento em verniz claro. Painéis: com brises em mdf grafito chess, com detalhe de calhas no fundo do painel em led's 3.000k, medindo: 08 painéis (1,10m x 2,75m - C x A); 01 painel de fundo liso em MDF gianduia trama, para fechamento de parede, medindo (3,50m x 2,75m - C x A); 02 painéis de entrada grafito chess com calhas de led's 3.000k medindo (3,45 x 2,90m - C x A), Calhas e Led's totaliza 25m. Mesa com tampo em MDF savana, medindo (4m x 1,05m - C x L), com 06 unidades de base (04 un = 1,13m x 0,73 e 02 un = 1,73 x 0,73) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto, conforme projeto de arquitetura. | Kit | 1 | |
| 2 - 0045216 - SALA DOS PROFESSORES: Mesa com tampo em MDF savana, medindo (4,70m x 1,85m - C x L), com 08 unidades de base (06 un = 1,13m x 0,73 e 02 un = 1,73 x 0,73) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto. Armário 01 em MDF Espresso Sethos com 45 portas medindo 6m x 2,15m x 0,50m (L x A x P), medidas dos compartimentos e portas 0,45m x 0,51m (A x C), todos com tranca e fechadura batente, todos numerados em acrílico, acima do armário terá um painel com frizos de 1cm em MDF Espresso Sethos medindo (0,71m x 3,75m - A x C); Armário 02 em MDF Espresso Sethos medindo (1,10m x 2,10m x 0,47m - C x A x P) com nincho (0,25m x 2,10m x 0,40m - L x A x P) com fita de led com 02m de calha e fita de led 3.000k, painel com frizos de 1cm em MDF Espresso Sethos medindo (1,60m x 3,80m - A x C), balcão em MDF Espresso Sethos (1,88m x 0,62m x 0,47 - A x L x P) com portas (0,57 x 0,42 - A x L) e gavetas de abrir (0,50m x 0,18m - A x L), com puxador em calha no próprio MDF. Conforme projeto de arquitetura. | Kit | 1 | |
| 3 - 0045217 - SALA DA DIREÇÃO: Mesa com tampo em MDF Espresso Sethos, medindo (1,65m x 0,65m x 0,78- C x L x A), com 01 unidade de base (0,65m x 0,73 - L x A) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto. Armário 01 em MDF Gianduia trama (2,10m x 1,30m x 0,47m - A x C x P) com 03 portas (0,41m x 2,10m - C x A) e puxador em calhas no próprio MDF, medidas dos compartimentos e portas 0,45m x 0,51m (A x C), detalhe lateral com nincho em MDF Gianduia trama (0,40m x 1,38 x 0,37 - A x C x P). Balcão em gianduia trama (0,73m x 1,95m x 0,42m - A x C x P) com portas (0,40m x 0,60m - C x A) e | Kit | 1 | |

| | | | |
|---|-----|---|--|
| <p>gavetas (0,47m x 0,18m x 0,45m - L x A x P) todos com puxador em calha em MDF; painel com frizos de 1cm em MDF Expresso Sethos medindo (1,52m x 2,40m - A x C); painel ripado com ripas de 3cm em MDF Expresso Sethos medindo (1,45m x 2,90m - A x C). Conforme projeto de arquitetura.</p> | | | |
| <p>4 - 0045218 - RECEPÇÃO DA ESCOLA: Armário 01 em MDF Expresso Sethos com 18 gavetões medindo (4,22m x 1,30m x 0,45m - L x A x P), medidas dos gavetões (0,41m x 0,70m x 0,44m - (A x C x P), todos com tranca e fechadura batente. Mesa com tampo em MDF Expresso Sethos, medindo (3,55m x 0,75m x 0,78 - C x L x A), com 02 unidades de base (0,78m x 0,75) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto e Caixote com gavetão (0,17m x 0,47 x 0,50m - A x L x P) é espaço para CPU (0,70m x 0,21m x 0,50 - A x L x P) no mesmo material. Armário 01 em MDF Gianduia trama (5,50m x 2,10m x 0,45m - A x C x P) com 12 portas (0,46m x 2,05m - C x A) e puxador em calhas no próprio MDF, detalhe lateral com nincho em MDF Expresso Sethos para fechamento de geláguia e decorativa (2,10m x 1,82m x 0,47m - A x C x P). Painel em MDF gianduia trama medindo (8,40m x 0,70m - C x A). Balcão de atendimento em MDF Expresso Sethos medindo (2,25m x 1,10m x 0,50m - C x A x L), com gavetas (0,15m x 0,43m x 0,50m - A x L x P), puxadores em calha no próprio MDF e espaço para CPU medindo (0,23m x 0,67m x 0,48m - A x L x P). Conforme projeto de arquitetura.</p> | Kit | 1 | |
| <p>5 - 0045219 - SALA DE INFORMÁTICA: Mesa com tempo em MDF gianduia trama medindo (1,65m x 0,70m x 0,78m - C x L x A) com 02 un de base (0,73m x 0,70m - A x L) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto, caixote em MDF Gianduia trama com gavetas (0,14m x 0,45m x 0,55m - A x L x P), com puxador em calha no próprio MDF. 02 unidades de Painel com frizo de 01 cm em MDF Expresso Sethos medindo (8,00m x 1,15m - C x A). Armário em MDF Gianduia trama (1,15m x 1,65m x 0,37m - A x C x P) com 04 portas (0,40m x 0,84m - C x A) e puxador em calhas no próprio MDF, detalhe lateral com nincho em MDF Expresso Sethos (0,26m x 1,65m x 0,35m - A x C x P). 04 unidades de mesões em MDF gianduia trama medindo (5,05m x 0,70m x 0,78m - C x L x A) com 12 unidades de base (0,75m x 0,70m - A x L) em metalon galvanizado (30mm x 30mm) na cor preto, com 20 unidades de caixote em MDF Gianduia trama para CPU. 16 Divisórias para mesões em MDF gianduia trama medindo (0,55m x 0,47m - C x A). Conforme projeto de arquitetura.</p> | Kit | 1 | |
| <p>6 - 0045220 - BIBLIOTECA: 03 unidades de mesas redonda em MDF Expresso Sethos com tampo chanfrado medindo (1,00m x 1,00m) com base volumétrica (0,60m x 0,72m - C x A). 28 unidades de colméias de teto luminosa, 12 und em MDF ultramarino e 16 und em MDF Savana medindo (0,36m x 0,36m x 0,12m - A x C x P). Balcão em MDF Savana medindo (2,50m x 0,95m x 0,53m - C x A x P), com detalhes em MDF ultramarino medindo (1,20m x 1,20m) com gavetas medindo (0,15m x 0,45m x 0,48m - A x C x P). 01 estante em MDF Expresso Sethos medindo (2,70m x 1,45m - A x C), 01 estante estante em MDF Expresso Sethos medindo (2,00m x 0,80m - A x C). Painel arcado em MDF Savana medindo (2,57m x 2,00m - A x C), Estante arcada medindo (9,00m x 2,73m x 0,40m - C x A x P) com divisórias Expresso Sethos (0,33m x 0,95m - A x C), 12 gavetões medindo (0,60m x 0,50 x 0,40m - A x L x P). Contorno de arco arcado em MDF ultramarino medindo (10,10m x 0,13m x 0,50m - A x L x P). Balcão em MDF Ultramarino medindo (2,35m x 0,65m x 0,45m - A x C x P), com 04 portas de abrir e puxador no próprio MDF. 05 unidades de Ninchos tipo comeeira em MDF Savana medindo (0,35m x 0,35m). 01 Painel liso em MDF Savana medindo (2,40m x 2,65m - C x A). 01 Estante em MDF Expresso Sethos medindo (5,45m x 2,42m x 0,50m - A x C x P) com divisórias (0,75m x 0,33m). Conforme projeto de arquitetura.</p> | Kit | 1 | |

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R\$

PRAZO DE EXECUÇÃO:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

VALIDADE DESTA PROPOSTA:



Dados bancários do proponente para fins de pagamento:

Banco:

Conta:

Telefone contato comercial:

E-mail comercial:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA

Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024
MODELO DE DECLARAÇÃO - de não empregar menor

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de não empregar menor.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e nem menor de dezesseis anos, em qualquer trabalho, podendo existir menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz na forma da legislação vigente; em acatamento às disposições do Art. 7º, Inciso XXXIII, da Constituição Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO - que a proposta compreende a integralidade dos custos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO III - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 000091/2024

CONTRATO Nº:-DGL

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA E, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha - Praça Sergio Maia, 66 - Centro - Catolé do Rocha - PB, CNPJ nº 09.067.562/0001-27, neste ato representada pelo Prefeito Lauro Adolfo Maia Serafim, Brasileiro, Casado, Agrônomo, residente e domiciliado na Fazenda São Domingos, S/N - Zona Rural - Catolé do Rocha - PB, CPF nº 768.898.074-72, Carteira de Identidade nº 1.336.689 SSDS/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado - - - - ..., CNPJ nº, neste ato representado por residente e domiciliado na, - - - - ..., CPF nº, Carteira de Identidade nº, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 44/2024, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, tem por objeto: Contratação de empresa especializada para a confecção e fornecimento de móveis planejados para atender as demandas da Escola Municipal Catarina de Sousa Maia, neste Município.

O serviço deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 44/2024 e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$... (...).

No valor acima indicado estão incluídos os custos com combustível e motorista, que ficarão, portanto, a cargo do Contratado.

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO - REAJUSTE:

Os preços contratados são fixos e irajustáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência da contratação e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

Recursos Ordinários: FPM/Fundeb e Outros

12.361.0011.2013 – Manutenção do Ensino Fundamental
12.365.0008.2219 – Manut. da Educ. Infantil Creche – Rec. Próprios
12.365.0008.2222 – Manut. da Educ. Infantil Pré-Escolar – Rec. Próprios
12.361.0008.2338 – Manut. do Ensino Fundamental – Fundeb 30% - VAAR
12.361.0041.2286 - Manut. dos Recursos do VAAT – Fundeb 30% - Investimento
12.361.0008.2232 - Manut. do Ensino Fundamental – Fundeb 30%
12.361.0041.2290 – Manut. dos Rec. do VAAT – Ens. Fundamental – Fundeb 30%
12.365.0008.2218 – Manut. da Educ. Infantil – Creche – Fundeb 30%
12.365.0041.2307 – Manut. da Educ. Infantil – Creche – Fundeb 30% - VAAT
12.365.0008.2221 – Manut. da Educ. Infantil – Pré-Escolar – Fundeb 30%
12.365.0041.2306 – Manut. da Educ. Infantil Pré-Escolar – Fundeb 30% - VAAT
449052.00 – Equipamento e Material Permanente
449052.99 – Outros Materiais Permanente
339039.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ
339039.99 - Outros Serviços de Terceiros – PJ

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de trinta dias, contados do período de adimplemento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

Os prazos máximos de início de etapas de execução e de conclusão do objeto ora contratado, que admitem prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, estão abaixo indicados e serão considerados da assinatura do Contrato:

a – Prazo: **45 (quarenta e cinco) dias;**

b – Local de Entrega: **Entregar e Instalar na sede da Escola Catarina de Sousa Maia.**

A vigência do presente contrato será determinada: até o final do exercício financeiro de 2024, considerada da data de sua assinatura; podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo a execução do serviço efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel execução do serviço contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade do serviço, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Informar o Contratado da necessidade de manutenção e/ou reparo corretivo do veículo, observadas as normas do respectivo fabricante constantes do manual de manutenção correspondente, o qual não deverá ser utilizado caso haja irregularidade;
- e - Efetuar a troca de óleo lubrificante e do filtro correspondente de acordo com as instruções do fabricante do veículo;
- f - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;
- g - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o serviço descrito na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Substituir imediatamente o veículo por outro equivalente, caso não tenha condições de ser utilizado no serviço;
- i - Efetuar os serviços de manutenção corretiva e preventiva do veículo, mantendo-o equipado de acordo com as exigências do Código Nacional de Trânsito;
- j - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- k - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

I – Os móveis deverão ser entregues conforme prazo estipulado e em total conformidade com o Projeto de Arquitetura que fez parte do termo de referência, e deverão ser entregue instalados e em pleno funcionamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

Por se tratar de serviço, a assinatura do termo detalhado de recebimento provisório, se dará pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do Contratado. No caso do termo detalhado de recebimento definitivo, será emitido e assinado pelas partes, apenas após o decurso do prazo de observação ou vistoria, que comprove o atendimento das exigências contratuais, não podendo esse prazo ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX + 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

- i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambas da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- j - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.
- k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Catolé do Rocha.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Catolé do Rocha - PB, ... de de

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

.....

PELO CONTRATADO

.....

Anexo V - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024

MODELOS DE DECLARAÇÕES - cumprimento de requisitos normativos

REFERENTE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2024
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA - PB.

PROPONENTE
CNPJ

1.0 - DECLARAÇÃO de ciência dos termos do Edital.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.

2.0 - DECLARAÇÃO de inexistir fato impeditivo.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que inexistente até a presente data fato impeditivo no que diz respeito à habilitação/participação na presente licitação, estando ciente da obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores.

3.0 - DECLARAÇÃO de não possuir no quadro societário servidor da ativa do órgão.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que não possui em seu quadro societário e de funcionários, qualquer servidor efetivo ou comissionado ou empregado da Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha, como também em nenhum outro órgão ou entidade a ela vinculada, exercendo funções técnicas, gerenciais, comerciais, administrativas ou societárias.

4.0 - DECLARAÇÃO de não utilizar trabalho degradante ou forçado.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que não possui em sua cadeia produtiva, nos termos do Art. 1º, Incisos III e IV, e do Art. 5º, Inciso III, da Constituição Federal, empregados executando trabalho degradante ou forçado.

5.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento da reserva de cargo para deficiente e de acessibilidade.

O proponente acima qualificado, declara sob as penas da Lei, que está ciente do cumprimento da reserva de cargo prevista na norma vigente, consoante Art. 93, da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionário da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas.

6.0 - DECLARAÇÃO de cumprimento dos requisitos para a habilitação e da proposta.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos para a habilitação; e a conformidade de sua proposta com as exigências do Edital e seus anexos.

7.0 - DECLARAÇÃO de observância do limite de contratação com a Administração Pública.

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da Lei, que, na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, no presente ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como EPP, nos termos do Art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei 14.133/21.

Local e Data.

NOME/ASSINATURA/CARGO
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

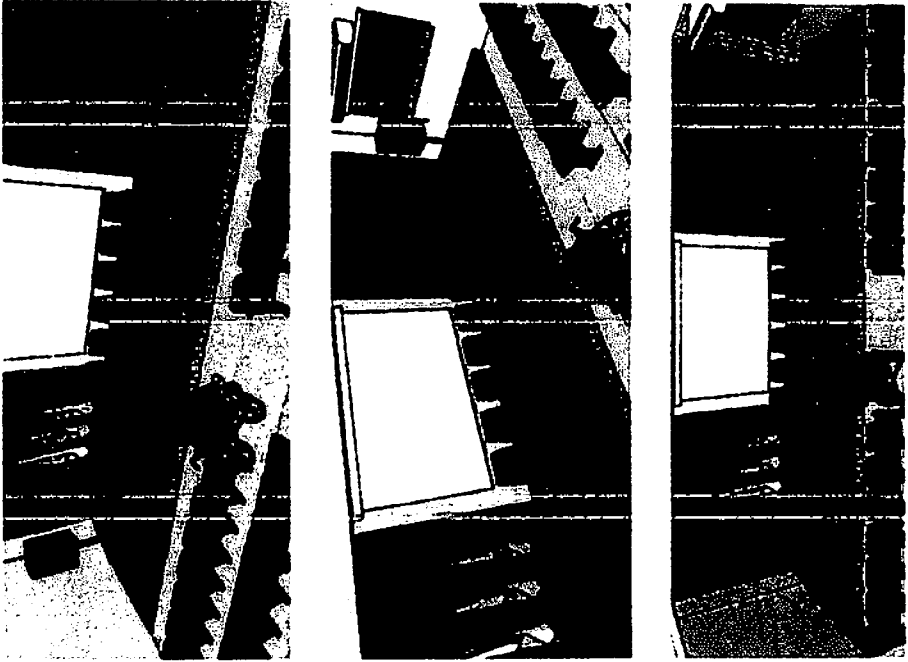
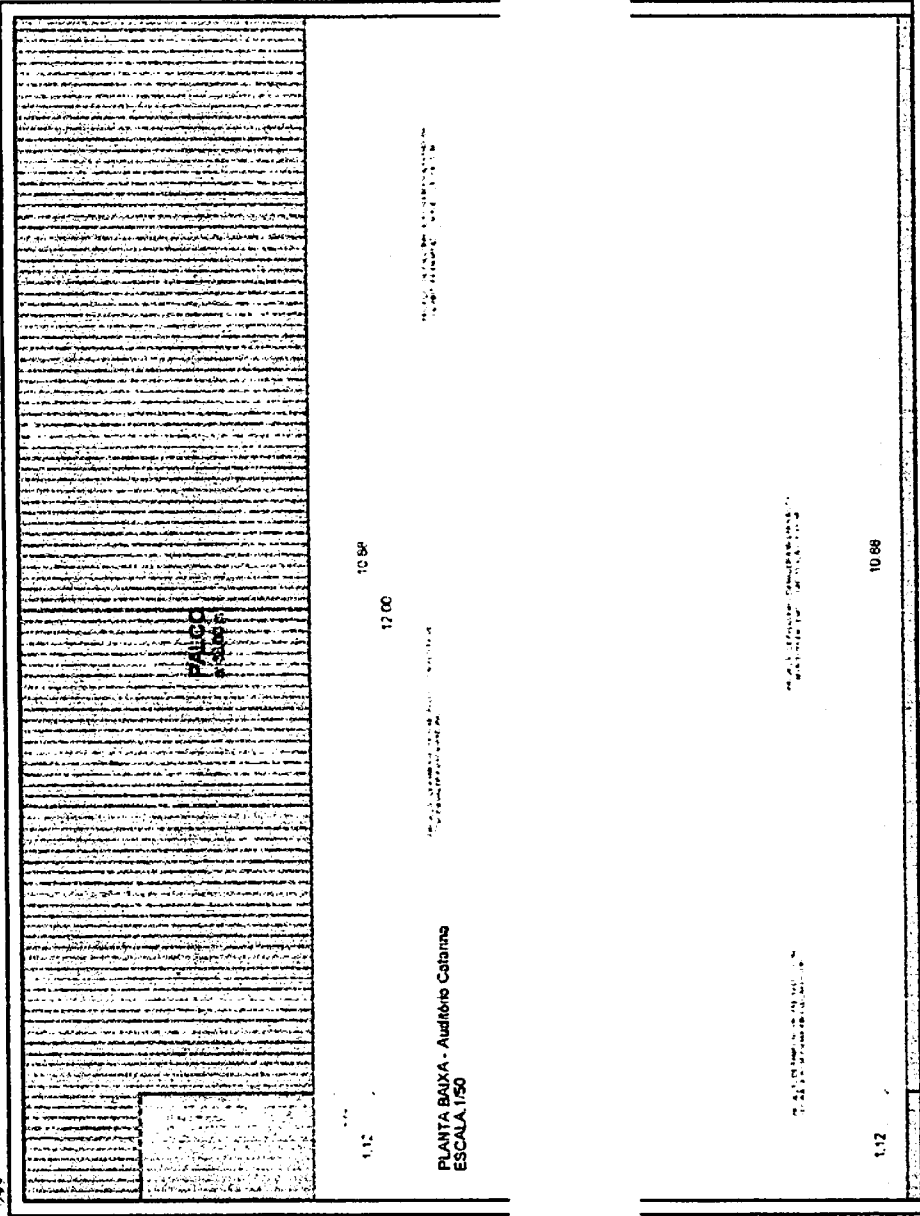
Eduardo Costa

a r q u i t e t o e u r b a n i s t a

CAU: A 181514 - 8

Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232





VISTA FRONTAL PALCO - Auditório Catiana
ESCALA: 1/50

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CAU-A 181514-8



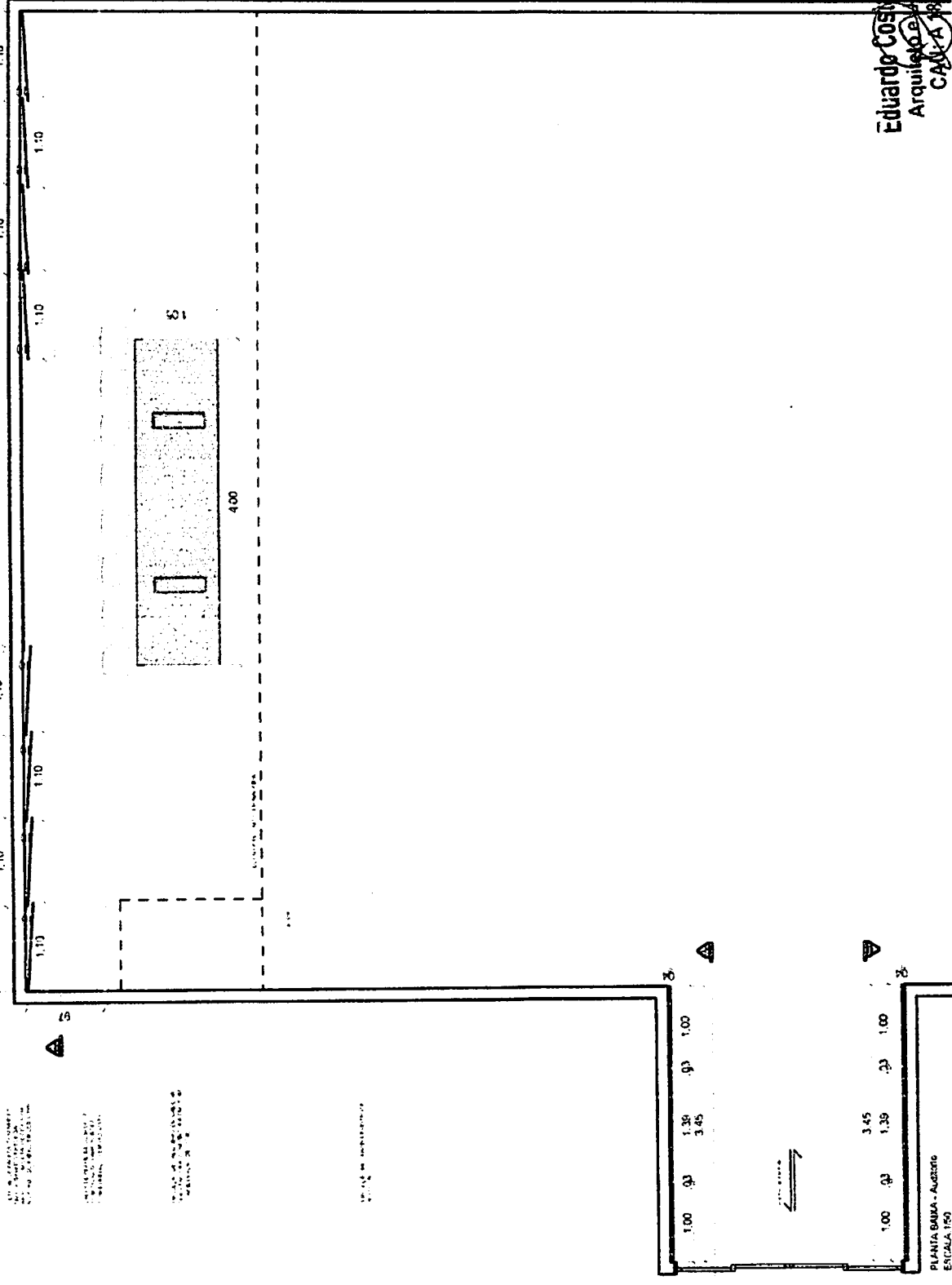
| | | | | | |
|---------|-------------------------------|----------|--------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha | CARTUZO | Detalhamento de Palco | ESCALA | 1 / 50 |
| | PROJETO | | Projeto de Moveis | DATA | Junho/2024 |
| | | FABRÍCIO | Catolé do Rocha - Centro | | |

Eduardo Costa
O R Q U I T O D O C U R B A N I S T A
CAU A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C - Catolé do Rocha/PB
Telefone (83) 99800-6232

F. proibido, no termo da Lei n.º 5688 Art. 184, do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial dessa desenha, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.



Eduardo Costa Cardoso
 Arquiteto Urbanista
 C.A.U. A 151514-8



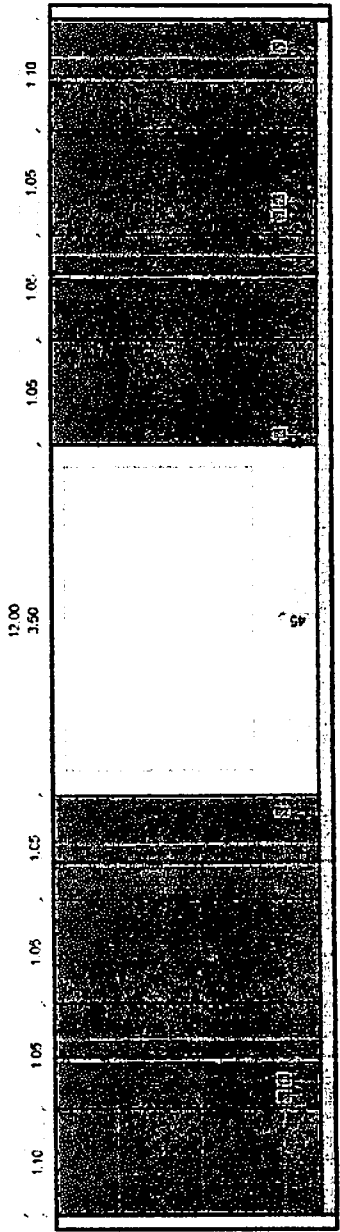
| | | | | | |
|---------|-------------------------------------|----------|-----------------------|--------|----------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB. | CONTEUDO | Planta Baixa - Móveis | ESCALA | 1 / 50 |
| | PROJETO | | Projeto de Reforma | | ENDEREÇO |

É proibida, no termo de Lei n.º 3660 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desta desenha, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa
 o r a r q u i t e t o u r b a n i s t a
 C.A.U. A 151514-8
 Rua Barão do Rio Branco, N. 1.328-C. - Catolé do Rocha/PB
 Telefone: (83) 99800-6232

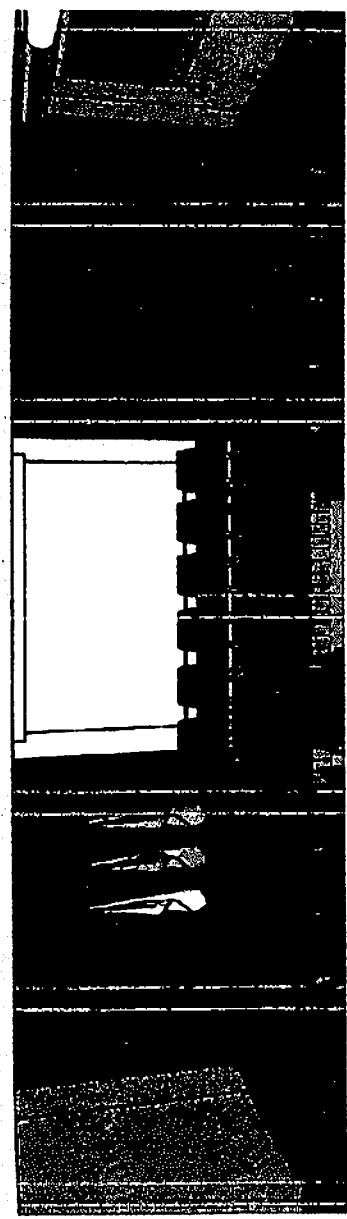
PMCR
03/11/24

CAU A 181514-8
Arquiteto Eduardo Costa
CAU A 181514-8



1.05 1.05 1.05 1.05 1.05 1.05 1.10 1.10
2.60 2.75

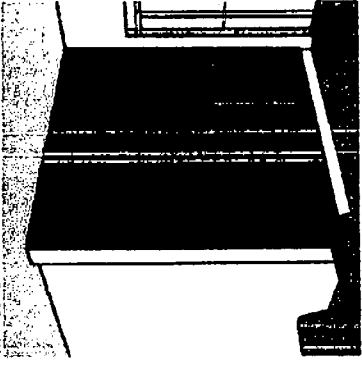
VISTA DE PERSPECTIVA DO PROJETO



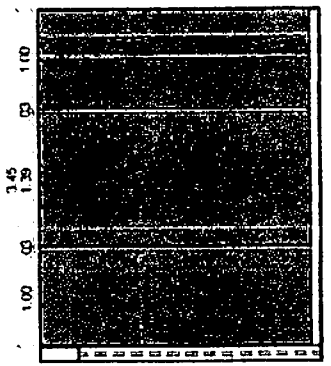
VISTA DE PERSPECTIVA DO PROJETO



VISTA DE PERSPECTIVA DO PROJETO

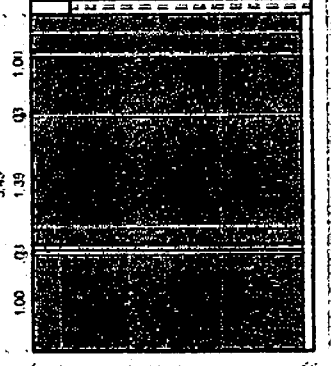


CORTE AA - Auditorio
ESCALA 1/50



2.90 2.75 2.40

CORTE BB - Auditorio
ESCALA 1/50



2.90 2.75 2.50 2.30 4.00

| | | | | | |
|---------|-------------------------------------|-------------|---------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB. | CONTEUDO | Cortes - Painel Auditório | ESCALA | 1 / 50 |
| PROJETO | Projeto de Reforma | ENCOMENDADO | Catolé do Rocha - Centro | DATA | Junho/2024 |

F. proibida, no termo do tel nº 9668 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação o terceiros, sem prévia autorização do autor.

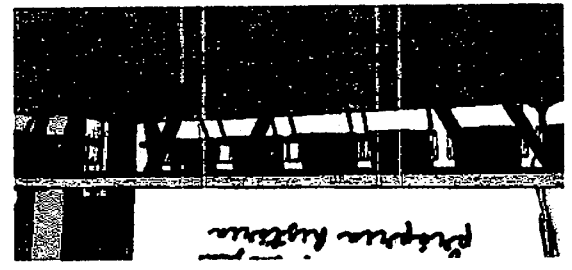
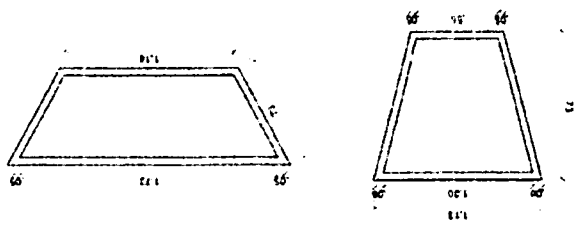
Eduardo Costa
ARQUITETO • VIBRONISTO
CAU A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N.1.328-C - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 96600-6232

Eduardo Costa
 arquiteto e urbanista
 CAU: A 181514-8
 Rua Barão de Rio Branco, N. 1.326-C - Catolô de Rocha/PB
 Telefone: (83) 99600-6232

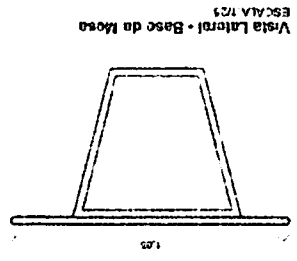
| | | | | | |
|--|------------------------------------|---------|-------------------------------|--------|------------|
| CURRIT | Prefeitura de Catolô de Rocha - PB | COMUNDO | Base de Mesa - Auditório | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENTRECO | Catolô de Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |
| <small>É proibida, na forma da Lei nº 5988 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desta desenha, como também sua comunicação e divulgação, sem prévia autorização do autor.</small> | | | | | |



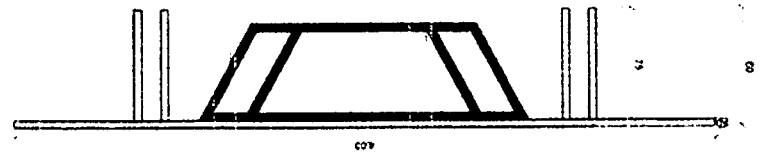
Eduardo Costa Cardoso
 Arquiteto e Urbanista
 CAU: A 181514-8



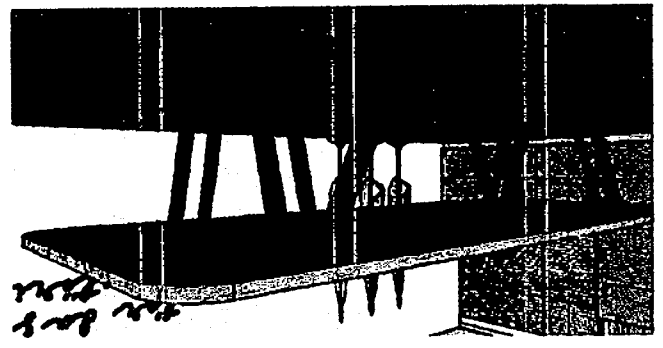
Perspectiva 3D SEM ESCALA



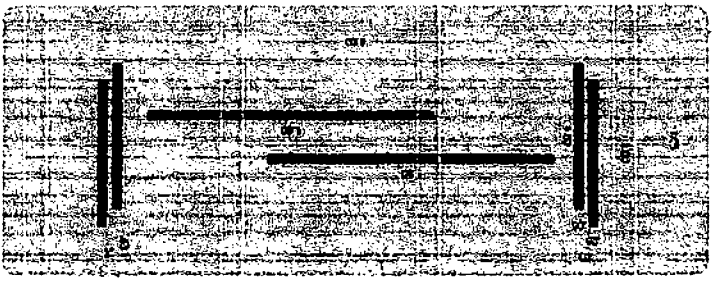
Vista Lateral - Base da Mesa
 ESCALA 1/25



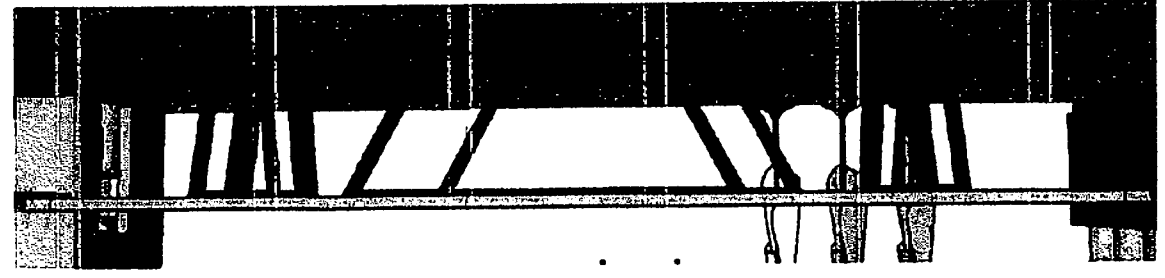
Vista Frontal - Base da Mesa
 ESCALA 1/25



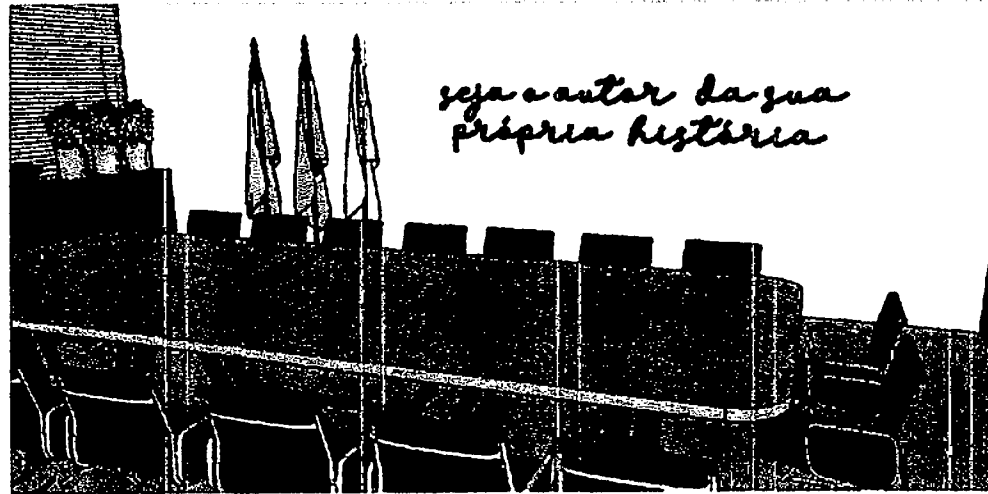
Perspectiva 3D SEM ESCALA



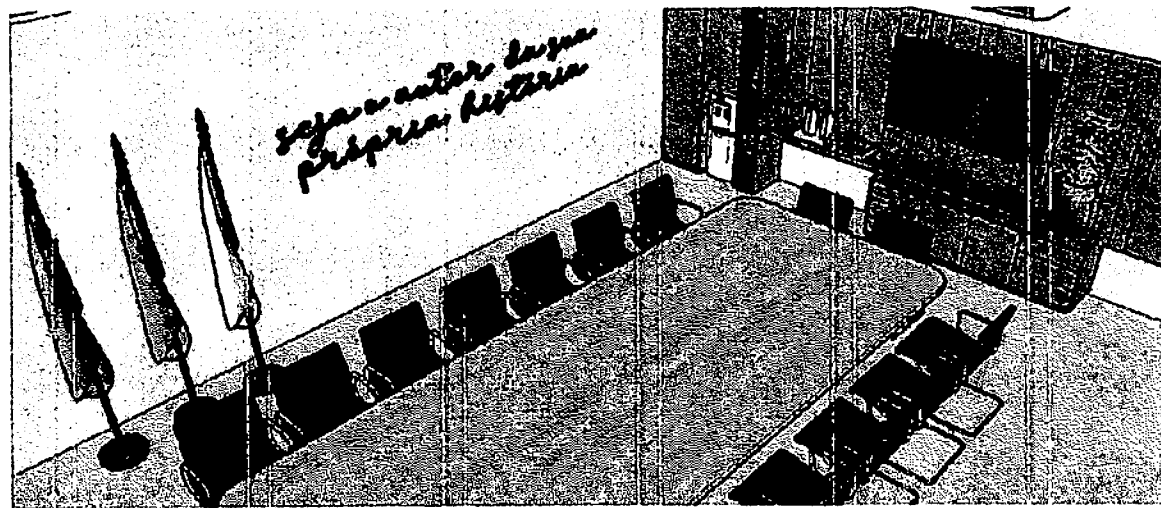
Vista de Cima - Base da Mesa
 ESCALA 1/25



Perspectiva 3D SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto Urbanista
CAU: A 181514-8

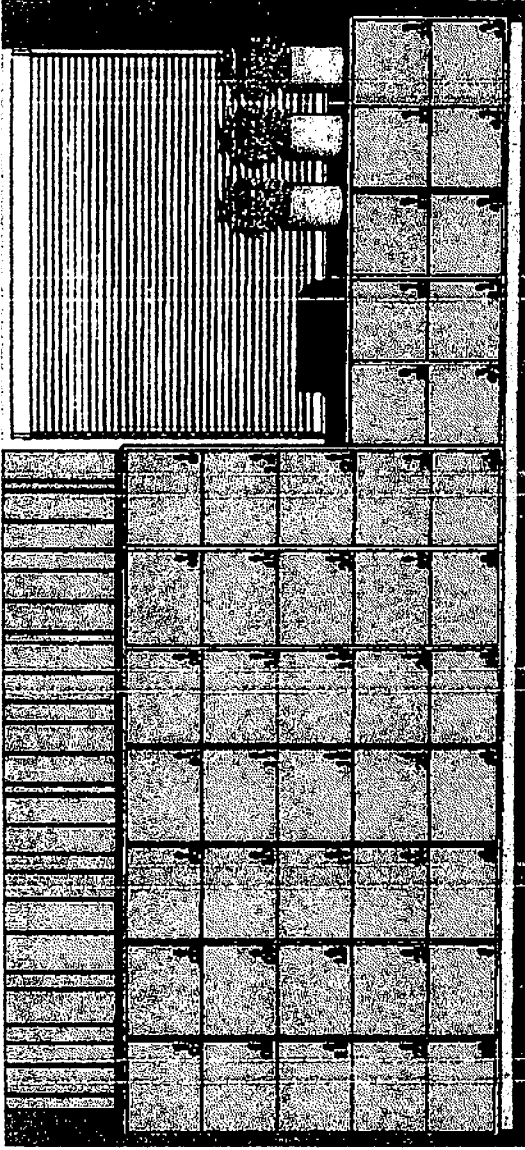


Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

CAU: A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 98600-8232

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|--|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTÉUDO | Perspectivas 3D - Sala dos Professores/Reunião | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Catolé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

É proibida, na forma da Lei nº 5668 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial deste desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

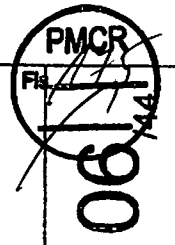


Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CAU: N 181514-8



| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|--|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTÊUDO | Perspectivas 3D - Sala dos Professores/Reunião | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | EXECUÇÃO | Catolé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

F. proibida, na forma da Lei nº 5.968 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação e terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa
A R Q U I T E T O U R B A N I S T A
CAU A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 89600-6232

Nota de Mar. Atento ... (a Exatidão).

Planta em 1/25 Expresso Lados de Mar
... (Ver Detalhamento Pág. 04).

Arquivo Base em 1/25 Expresso Lados de
Mar ... (Ver Detalhamento Pág. 04).

Arquivo em 1/25 Expresso Lados de
Mar ... (Ver Detalhamento Pág. 04).

Cadern...
(Ver Detalhamento Pág. 04).

Plano em Arquivo...
(Ver Detalhamento Pág. 04).

M...
(Ver Detalhamento Pág. 04).

Com...
(Ver Detalhamento Pág. 04).

Carta...
(Ver Detalhamento Pág. 04).

Arquivo em 1/25 Expresso Lados de
Mar ... (Ver Detalhamento Pág. 04).

Projeto...
(Ver Detalhamento Pág. 04).



8 7

8 8

8 7

8 7

Atento em 1/25 Expresso Lados de Mar
Arquivo em 1/25 Expresso Lados de Mar
(Ver Detalhamento Pág. 04).

Plano em 1/25 Expresso Lados de Mar
Arquivo em 1/25 Expresso Lados de Mar
(Ver Detalhamento Pág. 04).

Arquivo em 1/25 Expresso Lados de Mar
Arquivo em 1/25 Expresso Lados de Mar
(Ver Detalhamento Pág. 04).

Carta de Jando de Vado, et Exatidão.



7 89

8 30

Planta Baixa - Sala dos Professores/Reunião
ESCALA: 1/25



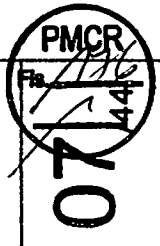
Eduardo Costa
ARQUITETO URBANISTA

CAUA 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N.1328-C. - Catolé de Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|-----------------------|---|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Planta Baixa - Sala dos Professores/Reunião | ESCALA | 1 / 25 |
| | PROJETO | Projeto de Interiores | EXERCÍCIO | DATA | Junho/2024 |

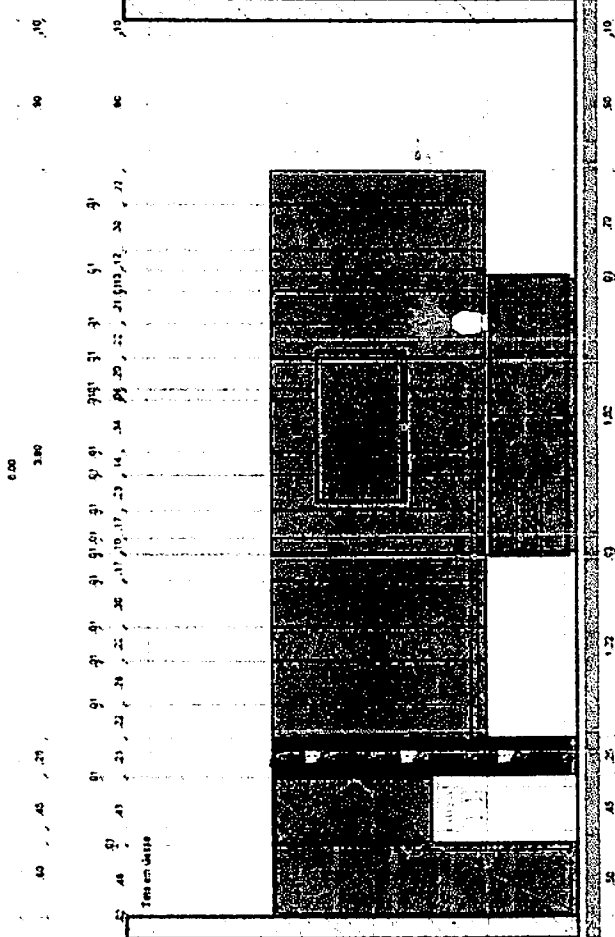
É proibido, na forma da Lei nº 5988 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desta desenha, como também sua comunicação e terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa Católoso
Arquiteto Urbanista
CAUA 181514-8



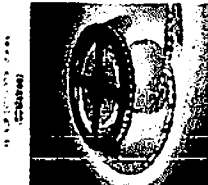
Centro em São Sebastião, Trilho de Monte
 São João, em São Sebastião, Trilho de Monte
 São João, em São Sebastião, Trilho de Monte
 São João, em São Sebastião, Trilho de Monte
 São João, em São Sebastião, Trilho de Monte
 São João, em São Sebastião, Trilho de Monte

Para o Roteiro Acesso ...



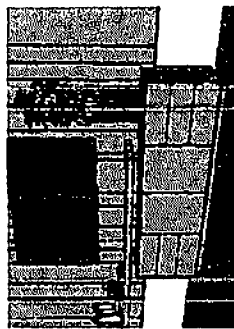
DETALHAMENTO DE BURNIÇÃO/COMBUSTÃO

100% DE BURNIÇÃO/COMBUSTÃO

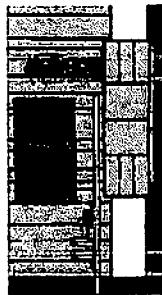


Corte AA - Sala dos Professores/Reunião
 ESCALA 1/25

DETALHAMENTO DE ARMÁRIO



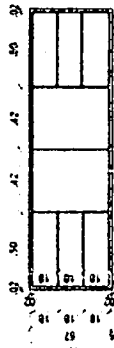
Perspectiva 3D



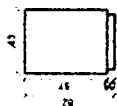
Perspectiva 3D



Vista de Cima - Armário
 ESCALA 1/25



Vista Frontal - Armário
 ESCALA 1/25



Vista Lateral - Armário
 ESCALA 1/25

Eduardo Costa Arquitetura
 Rua ... 181514-8
 Curitiba, PR

Eduardo Costa
 ARQUITETO

CAU A 181514-8
 Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C - Catolô do Rocha/PB
 Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|---|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolô do Rocha - PB | CONTEÚDO | Corte AA - Sala dos Professores/Reunião | ESCALA | 1 / 25 |
| | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Catolô do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

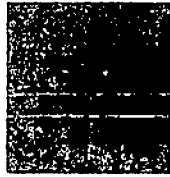
É proibido, no termo de Lei n.º 5068 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação e terceiros, sem prévio autorização do autor.

08



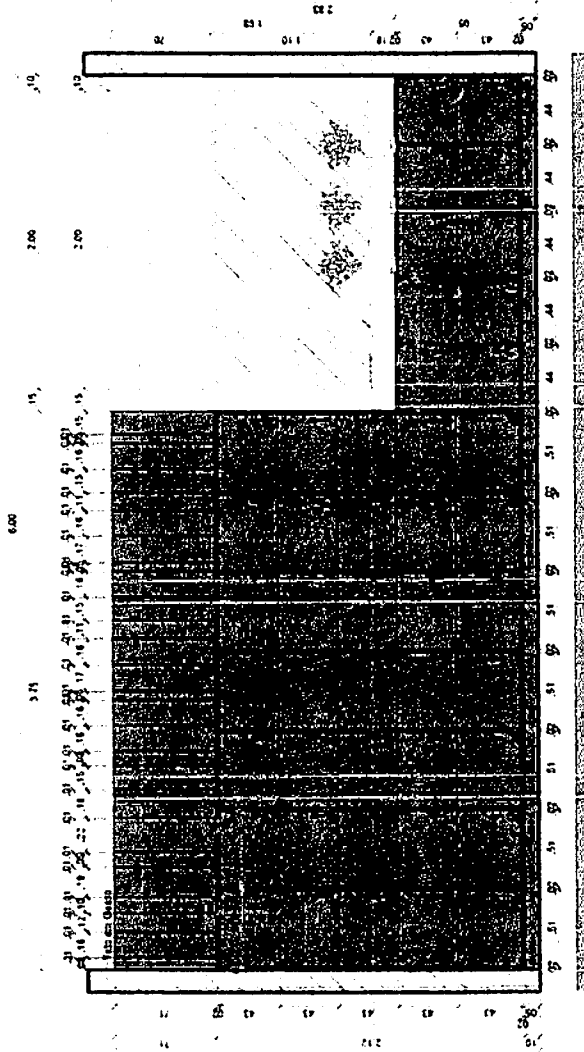
DETALHE FECHADURA

78 100 120 140 160 180 200 220 240 260 280 300



DATA DE DESENVOLVIMENTO EM
ACRILICO NA COR
PRETO.
Deve ser aplicado juntamente com o
aquecimento.

130



Corte BB - Sala dos Professores/Reunião
ESCALA: 1/25

Paralelo com Tira Preta em Preto.
Cabe e Alças, a Detalhar juntamente com a
Alças Pretas.

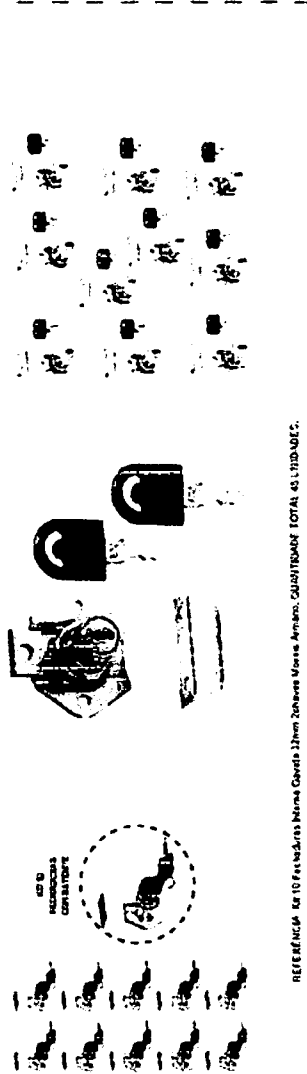
Paralelo com MDF Espuma, Tira Preta de Branco
e Preto, a Detalhar juntamente com o
Cabo (Detalhar com o P. 01).

Alças em MDF Espuma, Solado com
Mantas Alças com Alças Pretas em
Alças Pretas, a Detalhar juntamente com o
P. 01.

Detalhar de acordo com o P. 01 e 02.

Detalhar com MDF Espuma, Tira Preta, Preto e Branco.

DETALHAMENTO DE FECHADURA



REFERÊNCIA: 10 FACHADURA INTERNA CAVALO 12mm Zinco em Verde Amarelo, QUANTIDADE TOTAL 45 UNIDADES.

Eduardo Costa
O R C U I T O R O U R B A N I S T A

CAUA 181514-2
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.328-C. - Catolândia do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

| | |
|----------|---|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolândia do Rocha - PB |
| PROJETO | Projeto de Interiores |
| CONTEÚDO | Corte BB - Sala dos Professores/Reunião |
| ENFEREÇO | Catolândia do Rocha - PB - Centro |

| | |
|--------|------------|
| ESCALA | 1 / 25 |
| DATA: | Junho/2024 |

09

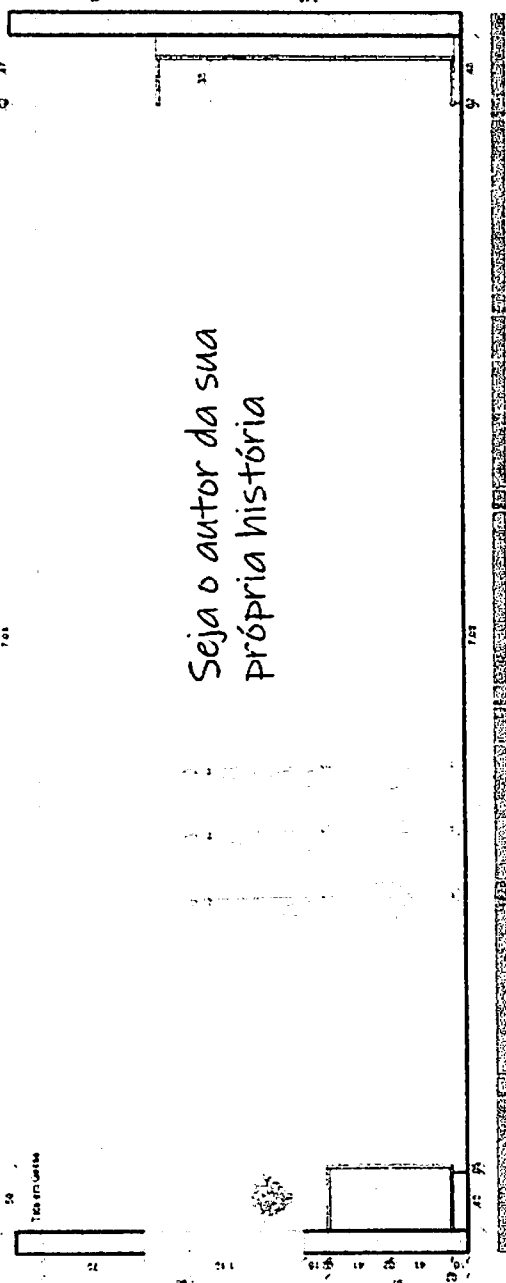
14



Equipe Casa Urbana
Arquiteto CAUA 181514-2

Projeto de Arquitetura e Urbanismo
 Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
 Telefone: (83) 99600-6232

6/00
 7/01



Seja o autor da sua
 própria história

1-1

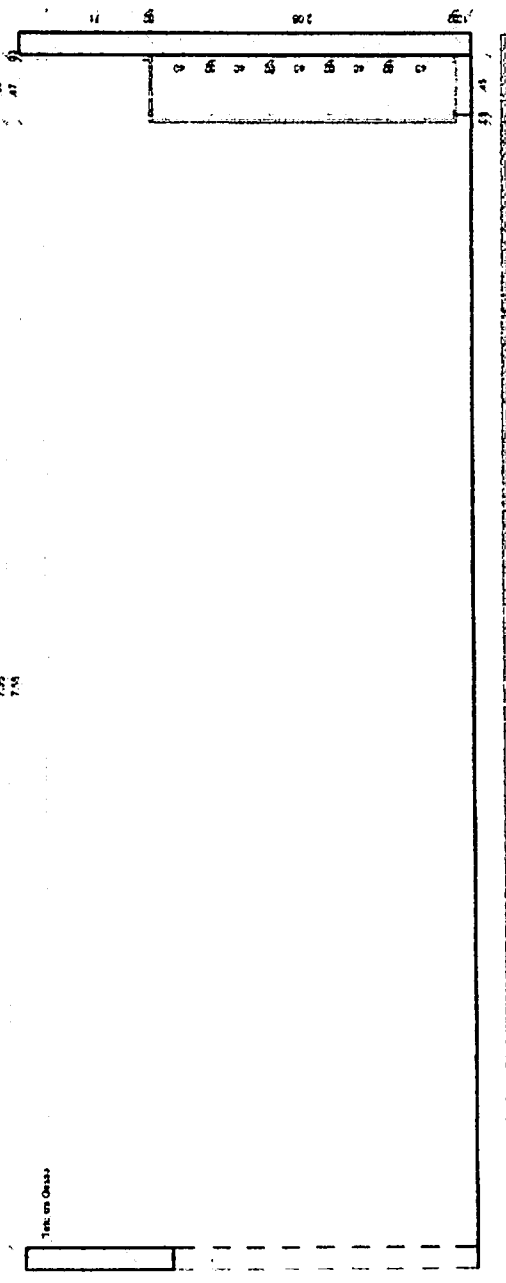
Corte CC - Sala dos Professores/Reunião
 ESCALA 1/25

Paralelo ao Eixo das Abas da Mesa
 (Ver Detalhamento Pág. 05)

Paralelo ao Eixo das Abas da Mesa
 (Ver Detalhamento Pág. 05)

Paralelo ao Eixo das Abas da Mesa
 (Ver Detalhamento Pág. 05)

8/00
 7/01



Corte DD - Sala dos Professores/Reunião
 ESCALA 1/25

Paralelo ao Eixo das Abas da Mesa
 (Ver Detalhamento Pág. 05)

Paralelo ao Eixo das Abas da Mesa
 (Ver Detalhamento Pág. 05)

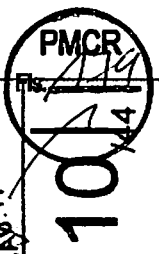
Paralelo ao Eixo das Abas da Mesa
 (Ver Detalhamento Pág. 05)

Eduardo Costa
 O R C U
 Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
 Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|----------|------------------------------------|------------|--|---------|------------|
| CLIENTE: | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CORTE/UXO: | Corte CC/DD - Sala dos Professores/Reunião | ESCALA: | 1/25 |
| PROJETO: | Projeto de Interiores | ELABORADO: | Catolé do Rocha - PB - Centro | DATA: | Junho/2024 |

É proibida, no âmbito da Lei nº 5968 Art. 18º do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse documento, como também sua comunicação o terceiro, sem prévia autorização do autor.

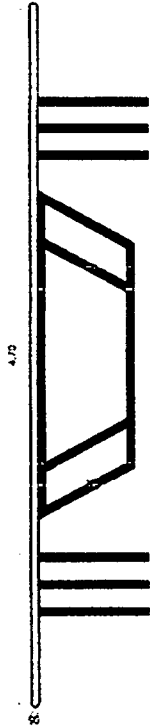
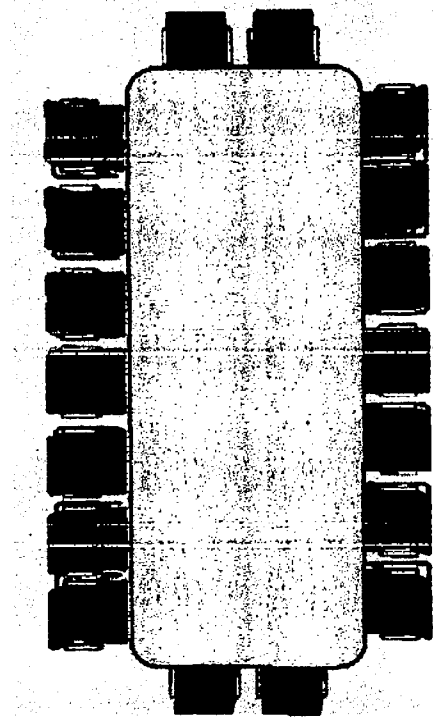
Eduardo Costa e Associados
 Arquitetos
 Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C
 Catolé do Rocha - PB



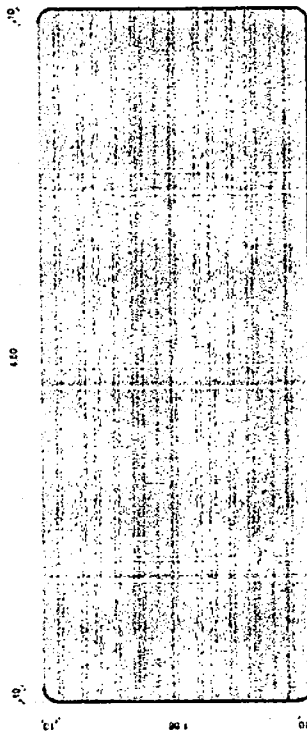
DETALHAMENTO DE TAMPO DE MESA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Vista Frontal - Mesa
ESCALA 1/25



Vista de Cima - Mesa
ESCALA 1/25

Arquiteto: ARQUITETA
GABRIELA
COSTA
CARRASCO
CARRASCO

Eduardo Costa
O B R A T Ó R I O D E A R Q U I T E T O

CAIXA 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.328-C. - Catolé de Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

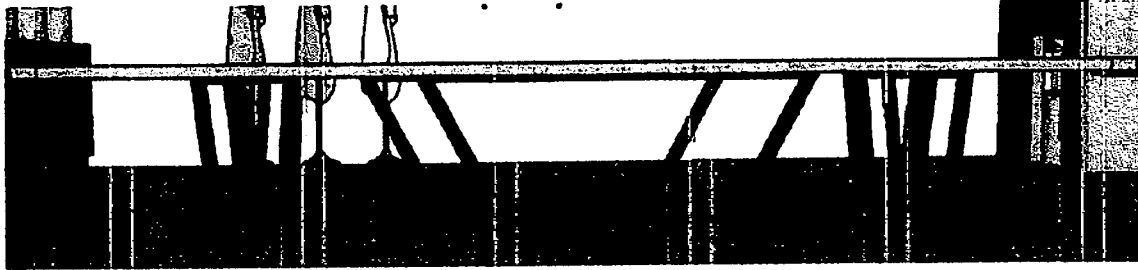
| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|--|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTÉUDO | Tampo de Mesa - Sala dos Professores/Reunião | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | EMENDADO | Católé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

É proibido, nos termos da Lei nº 5668 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desta obra, sem a comunicação e autorização do autor.

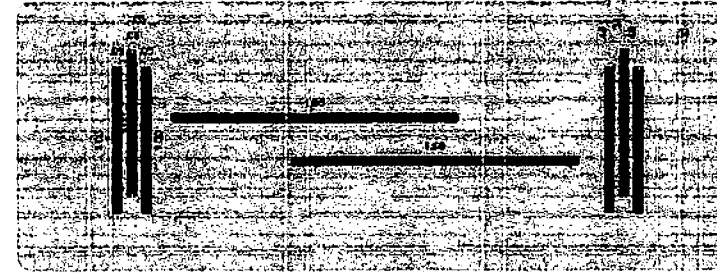
11

PMCR
Fis.

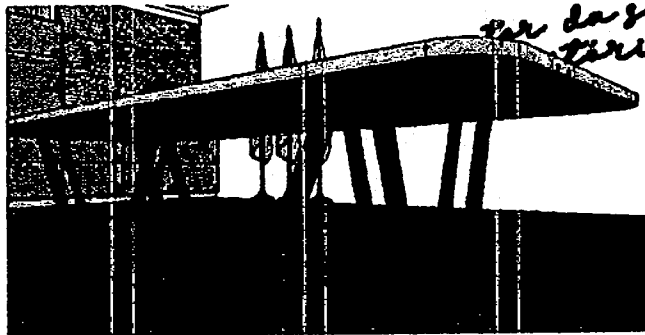
DETALHAMENTO DE BASE DE MESA



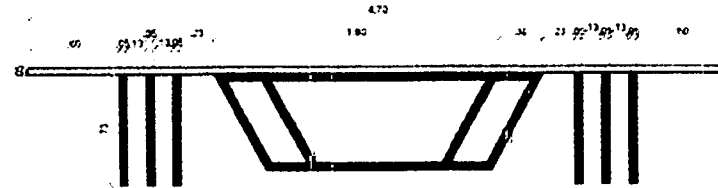
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



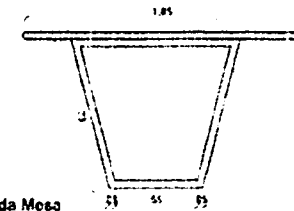
Vista do Cima - Base da Mesa
ESCALA 1/25



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



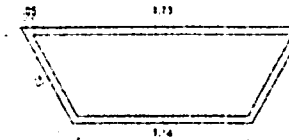
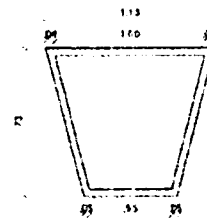
Vista Frontal - Base da Mesa
ESCALA 1/25



Vista Lateral - Base da Mesa
ESCALA 1/25



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



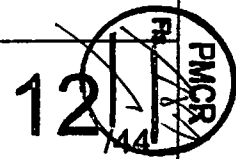
Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

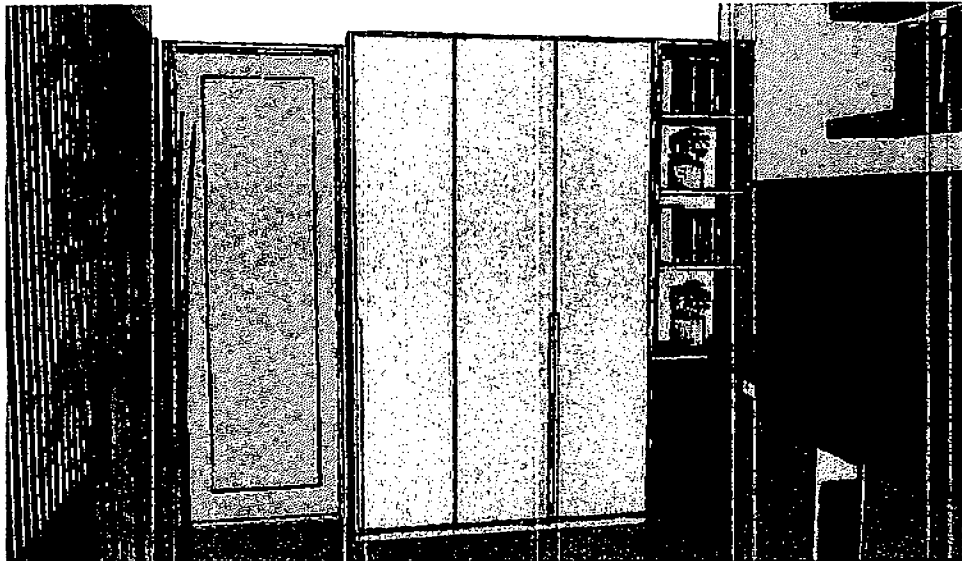
CAU A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone (83) 99630-6232

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|---|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Base de Mesa - Sala dos Professores/Reunião | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Catolé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

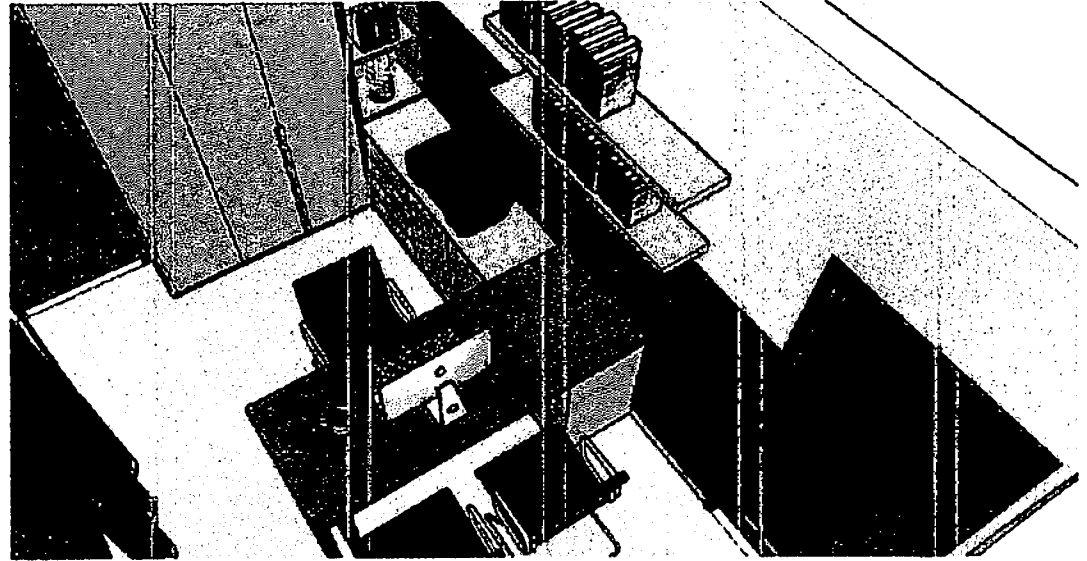
É proibida, na forma da Lei nº 5086 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CAU A-181514-8





Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

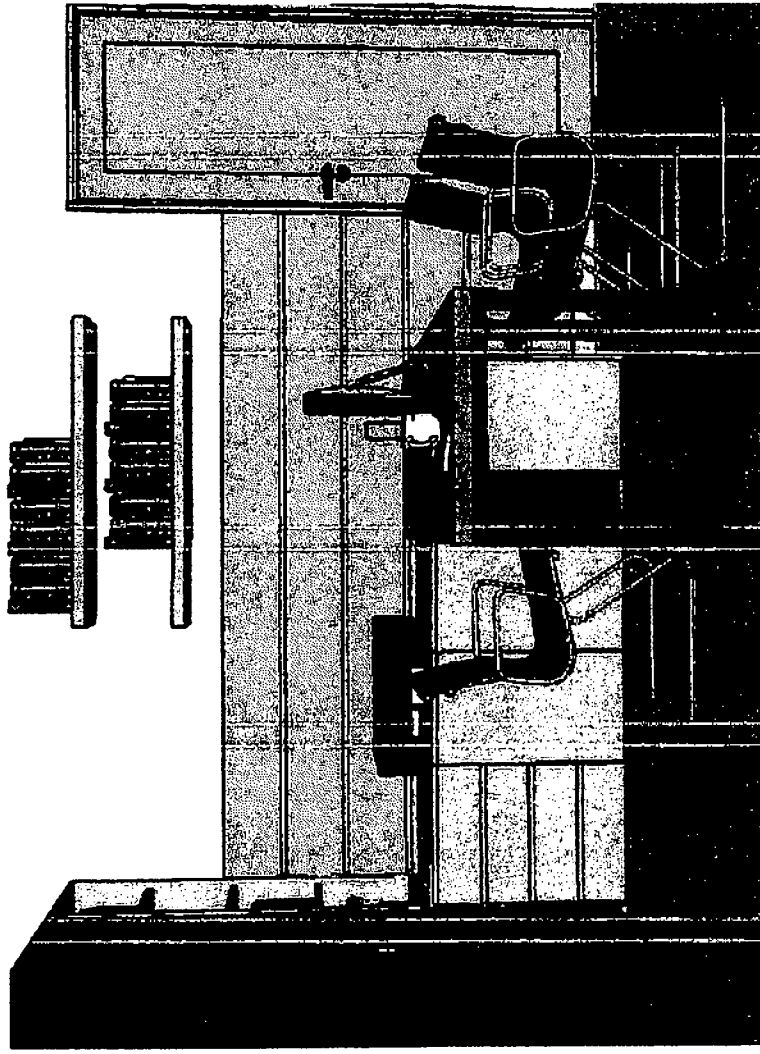
CAU: A 181514-R
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanismo
CAU: A 181514-R

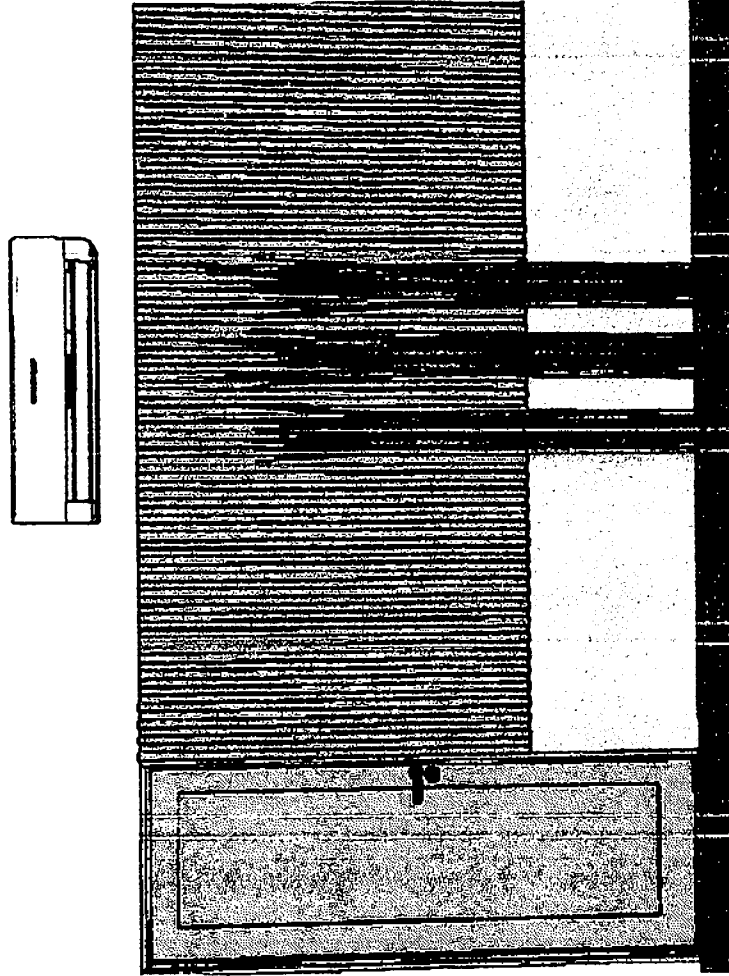
| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|-----------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Perspectivas 3D - Sala da Direção | ESCALA | Sem Escala |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Catolé do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

130144
PMCR

É proibido, na forma da Lei nº 5968 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

Edmundo Costa Carneiro
 Arquiteto Responsável
 C.A.U.A 181514-8

PMCR
140/24

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|-------------|-----------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEÚDO | Perspectivas 3D - Sala da Direção | ESCALA | Sem Escala |
| PROJETO | Projeto de Interiores | EVIDENCIADO | Católé do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

É proibida, no âmbito do Lei nº 5008 Art. 18º do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial deste desenho, como também sua comunicação o terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa
 Arquiteto Urbano
 C.A.U.A 181514-8
 Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
 Telefone: (83) 99600-8232

Painel em Mdf Expresso Sethos da Marca Arauco. Com Detalhe de Fnsos na Horizontal de 1cm.
(Ver Detalhamento Pág 04).

Armário Baixo em Mdf Giandua Trama da Marca Duratex, com gavetas e portas de abrir com detalhe de puxador Cava.
(Ver Detalhamento Pág 07).

Porta de Abrir, Já Existente.

Caixote em Mdf Giandua Trama da Marca Duratex, com Nicho dentro do Caixote Sacando 2cm, com Iluminação em Calha de Led 3.000x.
(Ver Detalhamento Pág 06).



Armário em Mdf Giandua Trama da Marca Duratex, com Puxador em calha no Próprio Mdf.
(Ver Detalhamento Pág 06).

Detalhe de Cadeira de Escritório, Modelo Diretor Malcom na Cor (Preto).

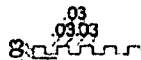
2.50

Porta de Abrir, Já Existente.

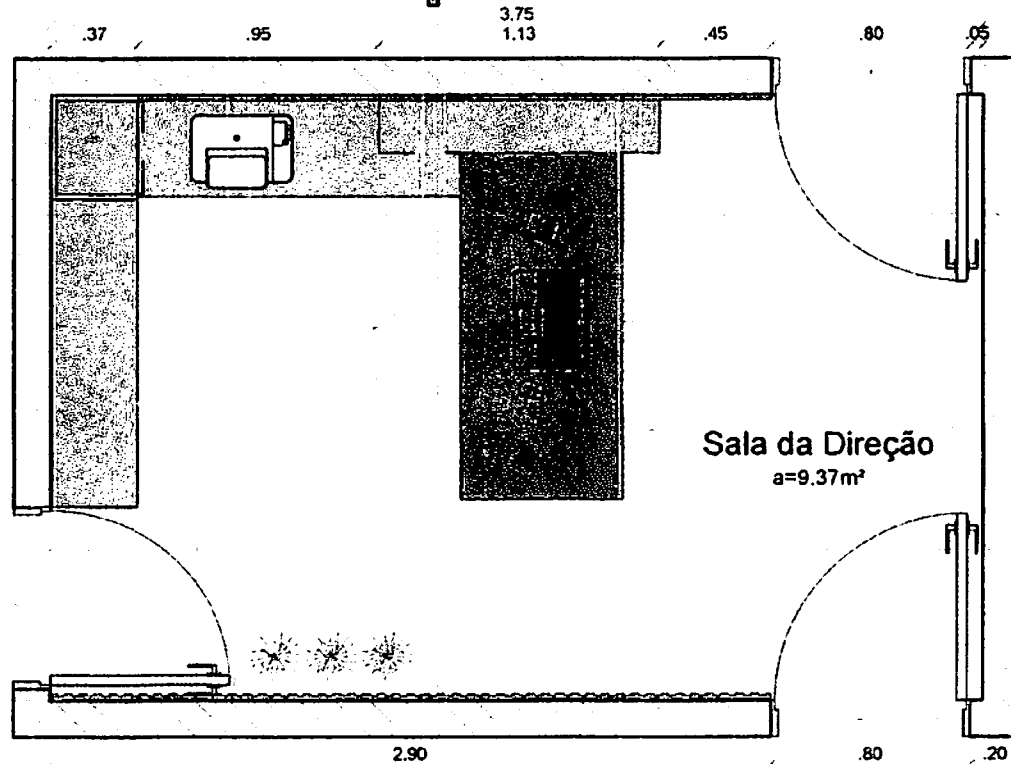


Painel em Mdf Expresso Sethos da Marca Arauco, com Detalhe do Ripado.
(Ver Detalhamento Pág 05).

DETALHE DE PAINEL RIPADO



Planta Baixa - Sala da Direção
ESCALA: 1/25



Prancha em Mdf Giandua Trama da Marca Duratex, com Espessura de 5cm.
(Ver Detalhamento Pág 04).



Tampo de Mesa em Mdf Expresso Sethos da Marca Arauco, com Espessura de 5cm. Com detalhe de Sustentação em Base (4cmx4cm) Metalon na cor (Preto).
Ver Detalhamento Pág 08.

Detalhe de Cadeira (Modelo a Definir Juntamente com o Arquiteto).



Porta de Abrir em madeira, Já Existente.

Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

CAU A 181514-R
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|--------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Planta Baixa - Sala da Direção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Catolé do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

É proibida, no termo da Lei nº 5868 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CAU: A 181514-R

15/14
PMGR

Prancha em Mdf Gianduia Trama da Marca Duratex, com Espessura de 5cm. (Ver Detalhamento Pág 04).

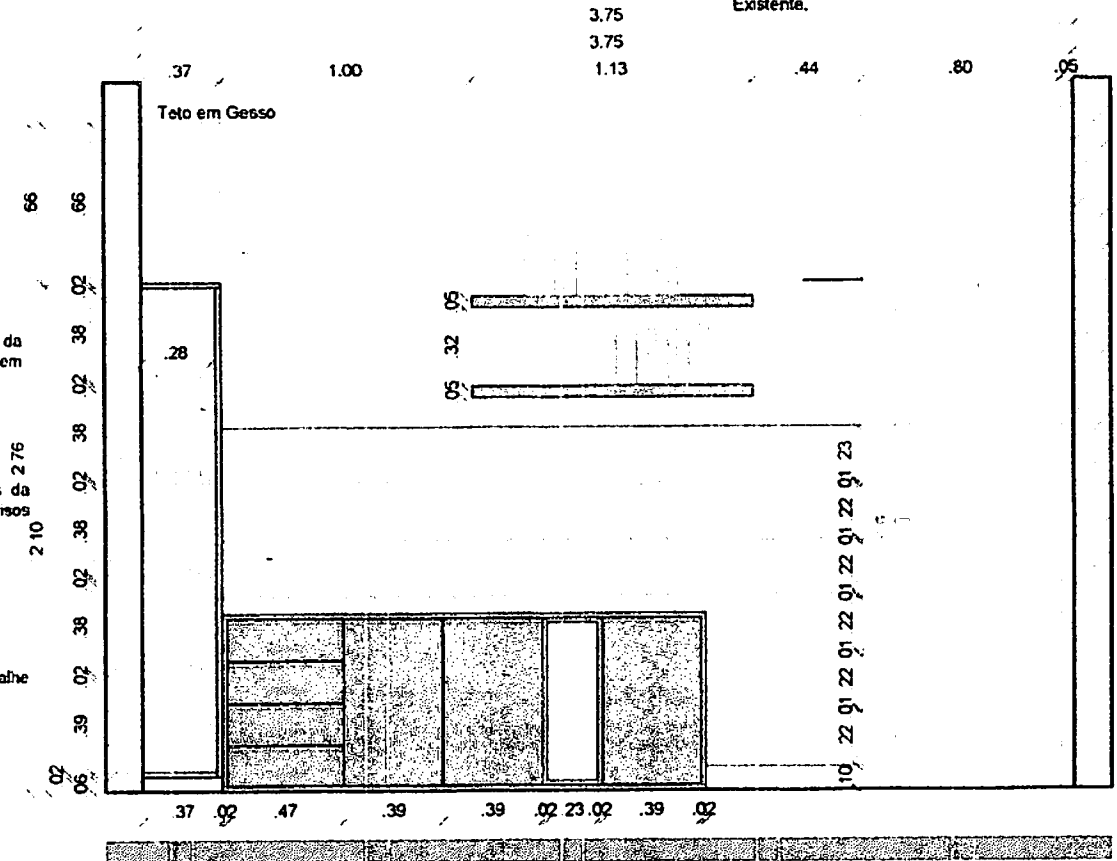
Porta de Abriu, Acesso Já Existente.

Parede com Textura ou Pintura. (Cor e Marca a Definir Juntamente com o Arquitecto).

Armário em Mdf Gianduia Trama da Marca Duratex, com Puxador em calha no Próprio Mdf. (Ver Detalhamento Pág 05).

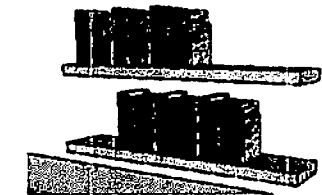
Panel em Mdf Expresso Sethos da Marca Arauco. Com Detalhe de Frrs na Horizontal de 1cm. (Ver Detalhamento Pág 04).

Armário Baixo em Mdf Gianduia Trama da Marca Duratex com gavetas e portas de abriu com detalhe de puxador Cava. (Ver Detalhamento Pág 07).

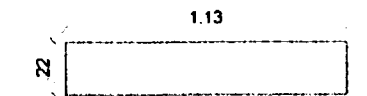


Corte AA - Sala da Direção
ESCALA.1/25

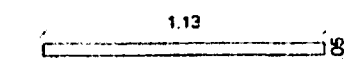
DETALHAMENTO DE PRANCHA



Perspectiva 3D



Vista de Cima - Prancha
ESCALA.1/30



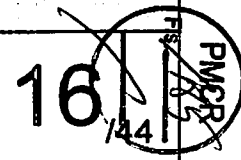
Vista Frontal - Prancha
ESCALA.1/30

Eduardo Costa
Arquiteto e Urbanista

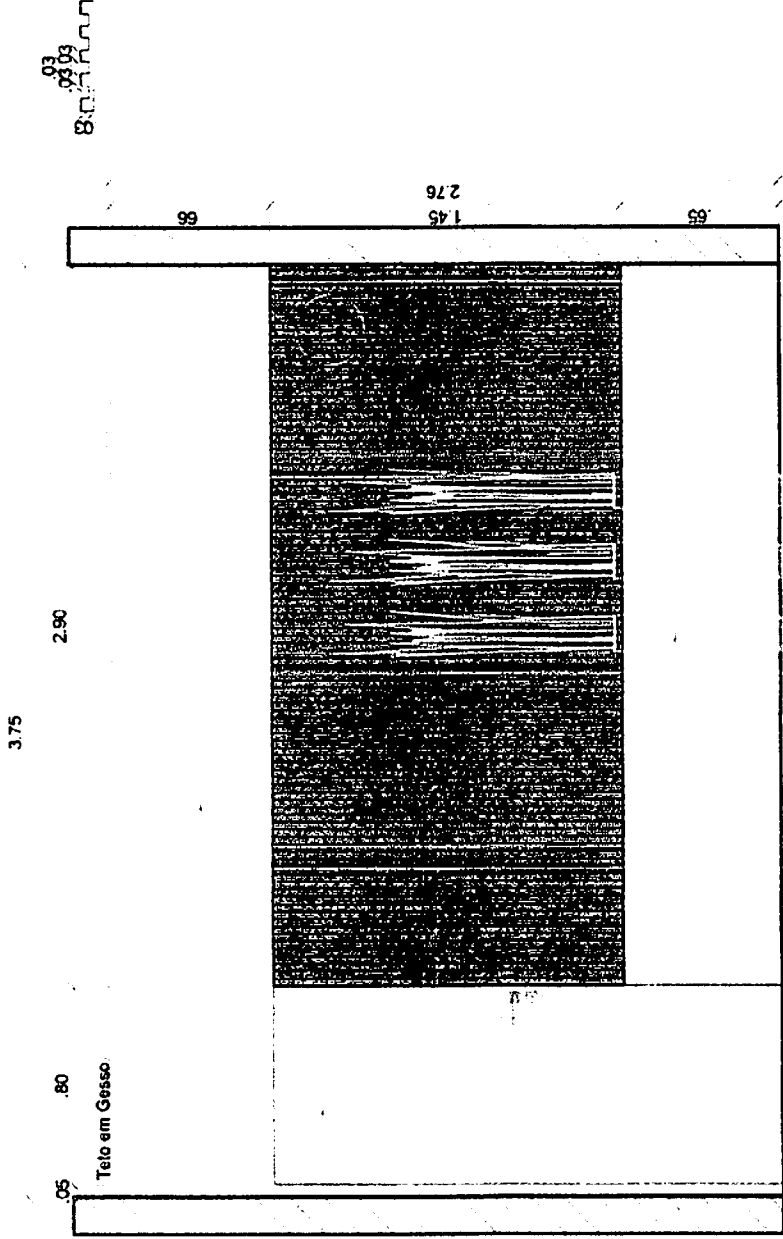
CAU/A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C, - Catolê do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|--|------------------------------------|----------|----------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolê do Rocha - PB | CONTEUDO | Corte AA - Sala da Direção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDERECO | Catolê do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |
| É proibido, na forma da Lei n° 5968 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor. | | | | | |

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto Urbanista
CAU/A 181514-8



DETALHE DE PAINEL
RIPADO



Detalhe de Ar Condicionado. Já Existente.

Porta de Abrir. AcessoJá Existente.

Painel em Mdf Expresso Sotões da
Marca Arauco. com Detalhe de Ripado.
(Ver Detalhamento Pág 05).

Detalhe de Vasos Decorativos. (Escolher
Juntamente com o Aqueleto).

Corte BB - Sala da Direção
ESCALA: 1/25

Eduardo Costa
O R G A N I Z A D O R P R O F I S S I O N I S T A
C A U A 181514 - 8
Rua Barão do Rio Branco, N 1.328-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

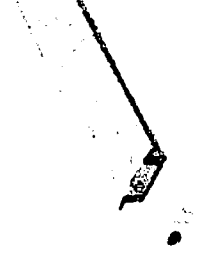
| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|----------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTÉUDO | Corte BB - Sala da Direção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | EMPRESA | Católé do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

É proibido, no âmbito da Lei nº 5968 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desta desenha, como também a utilização em comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

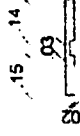
PMCR
Fls. **17** / 44
Arquiteto: **Eduardo Costa**
CAU A 181514-8

DETALHE DE ILUMINAÇÃO NO NICHOS

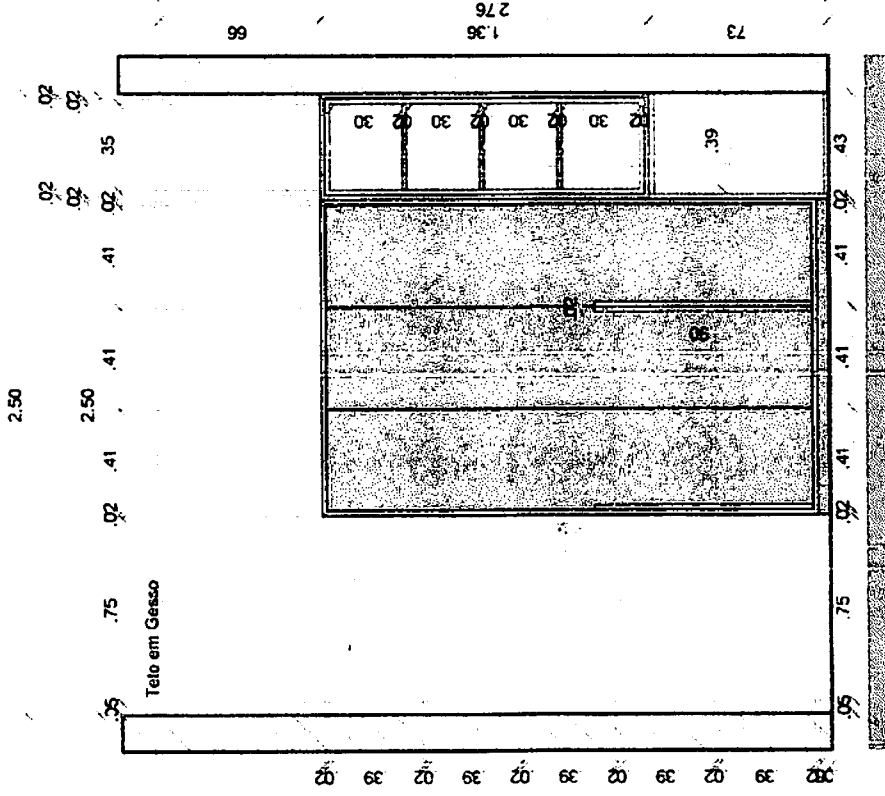
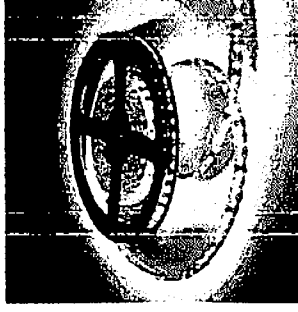
CALHA DE PERFIL DE EMBUTIR (00Metros)



DETALHE DE CALHA PARA PERFIL EM LED.



TRAMA DE LED 3.000x (Nicho) (00Metros)



Corte CC - Sala da Direção ESCALA: 1/25

Porta de Abri, Já Existente.

Armário em Mdf Giandua Trama da Marca Duratex, com Puxador em calha no Próprio Mdf. (Ver Detalhamento Pág 06).

Casote em Mdf Giandua Trama da Marca Duratex, com Nicho dentro do Casote Sacando 2cm, com Iluminação em Calha de Led 3.000x. (Ver Detalhamento Pág 06).

Armário Baixo em Mdf Giandua Trama da Marca Duratex, com gavetas e portas de abri com detalhe de puxador Cava. (Ver Detalhamento Pág 07).

Eduardo Costa

Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C. - Catolô do Rocha/PB
Telefone (83) 98600-8232

CLIENTE Prefeitura de Catolô do Rocha - PB
PROJETO Projeto de Interiores

CORTE/CONT. Corte CC - Sala da Direção
ENFEREÇO Catolô do Rocha - PB

ESCALA 1/25
DATA Junho/2024

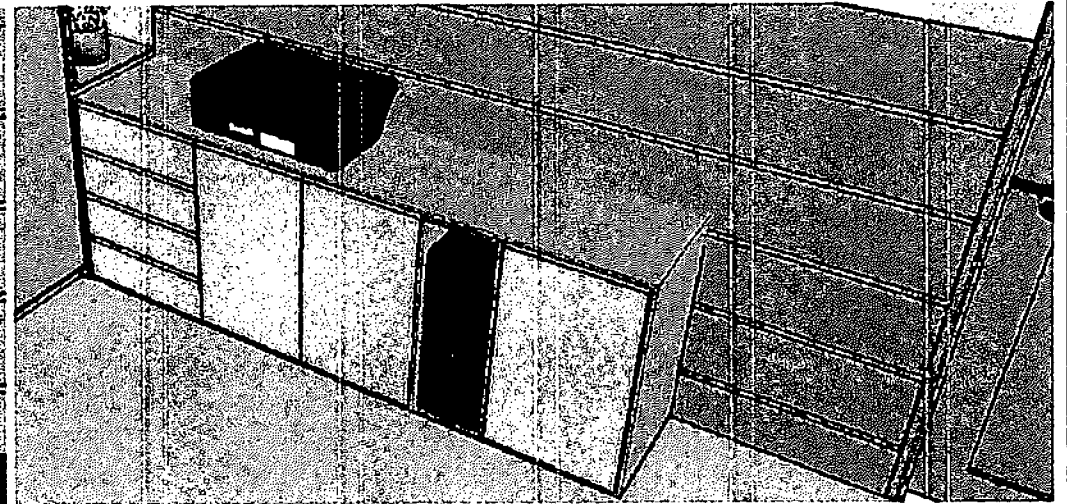
É proibido, na forma da Lei nº 5988 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

Stamp: PMCR, CAU A 181514-8, Edurado Costa Cardoso, Arquiteto e Urbanista, 180/4

DETALHAMENTO DE ARMÁRIO BAIXO

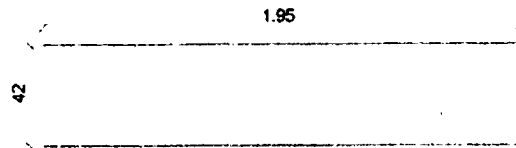


Perspectiva 3D
SEM ESCALA

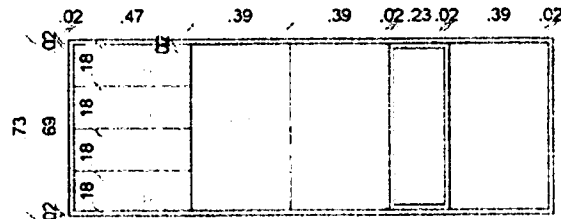


Perspectiva 3D
SEM ESCALA

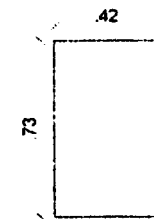
Armário Baixo em MDF Giandua Trama da Marca Duratex, com gavetas e portas de abrir com detalhe de puxador Cava.
(Ver Detalhamento Pág 07).



Vista de Cima - Armário Baixo
ESCALA.1/25



Vista Frontal - Armário Baixo
ESCALA.1/25



Vista Lateral - Armário Baixo
ESCALA.1/25

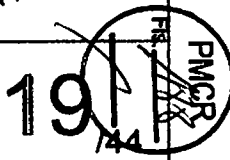
Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

CAU-A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone (83) 99600-6232

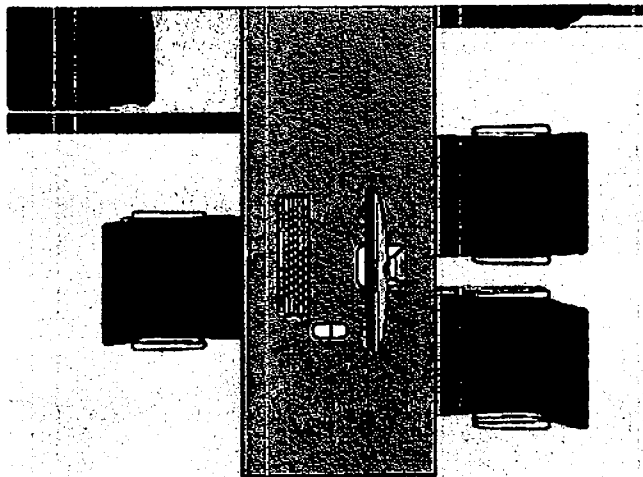
| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|---|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Detalhamento de Armário Baixo - Sala da Direção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Catolé do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

É proibida, na forma da Lei nº 5968 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

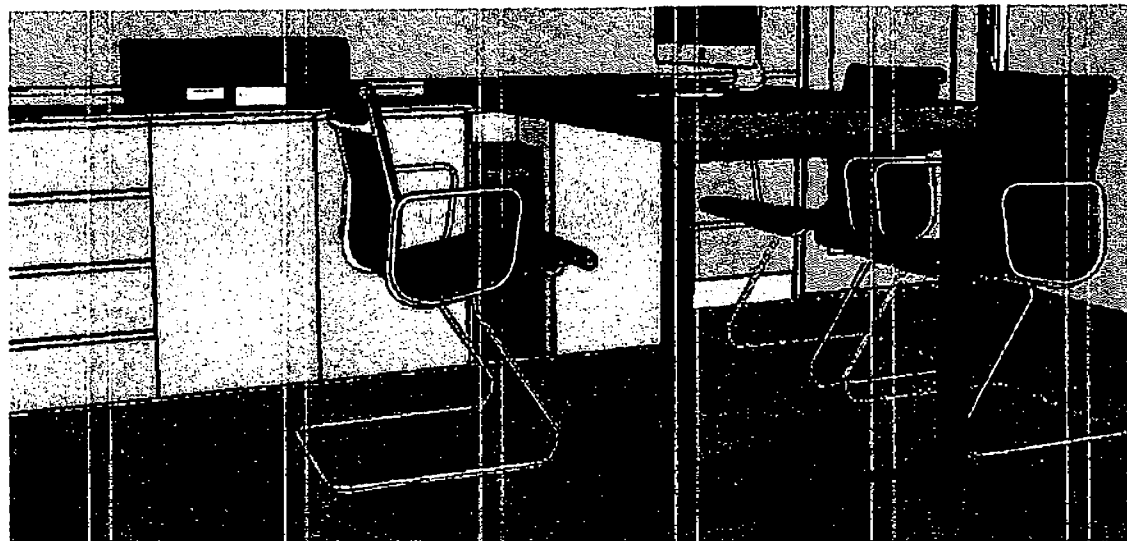
Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CAU-A 181514-8



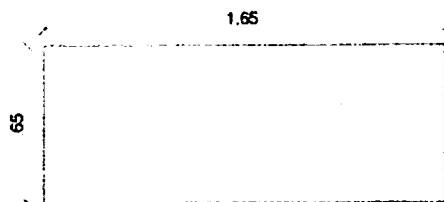
DETALHAMENTO DE TAMPO DE MESA



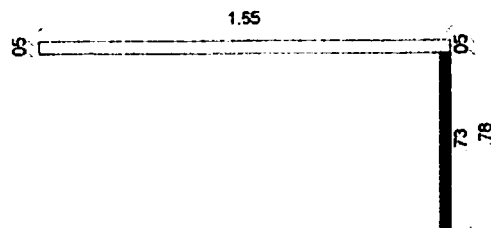
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



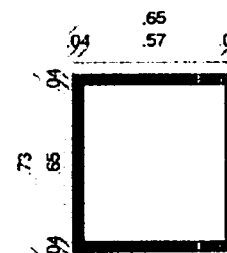
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Vista de Cima - Mesa
ESCALA.1/25



Vista Frontal - Mesa
ESCALA.1/25



Vista Lateral - Mesa
ESCALA.1/25

Tampo de Mesa em Mdf Expresso Sethos da Marca Arauco, com Espessura de 5cm. Com detalhe de Sustentação em Base (30cmx30cm) Metalon na cor (Preto).

Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

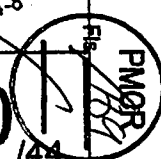
CAU A 181514 - 8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.328-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone (83) 98600-6232

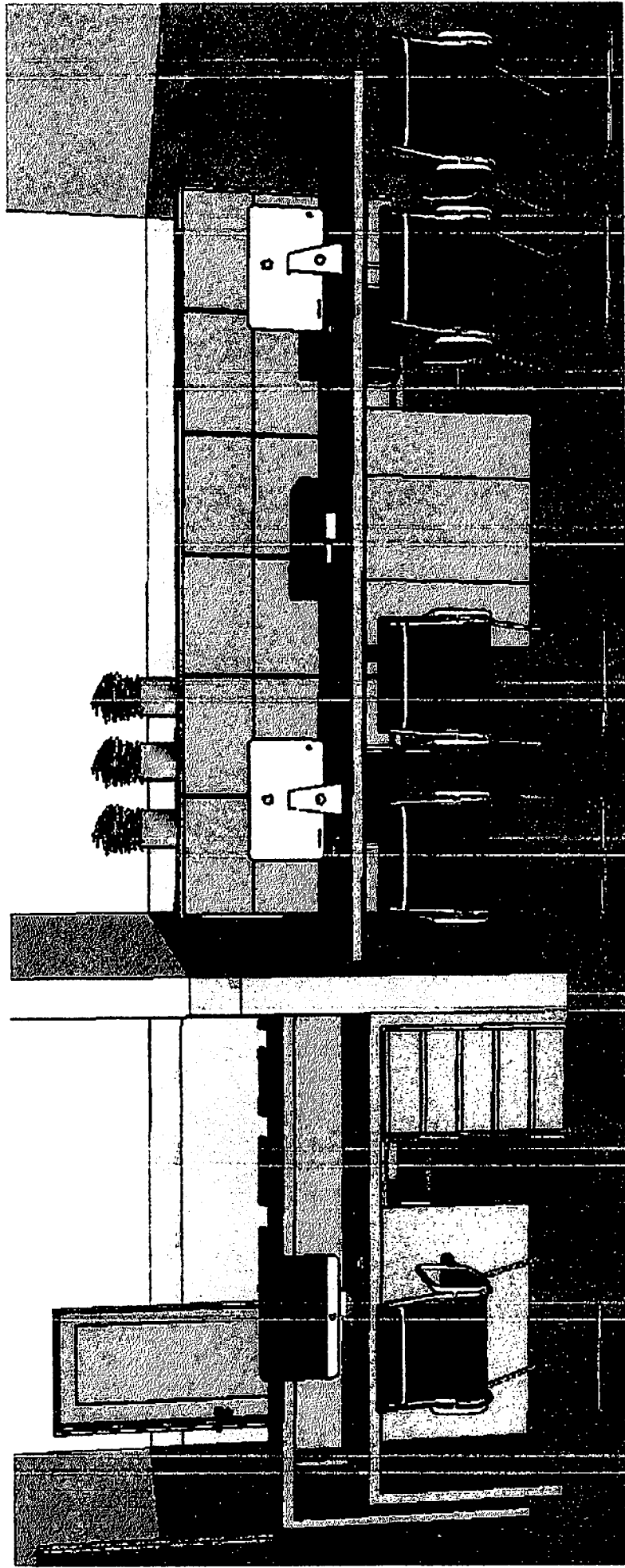
| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|---|--------|------------|
| CUENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Detalhamento de Tampo de Mesa - Sala da Direção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | EDIFÍCIO | Católé do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

F. proibido, na forma da Lei nº 5668 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CAU: A 181514-8

20





Perspectiva 3D
SEM ESCALA

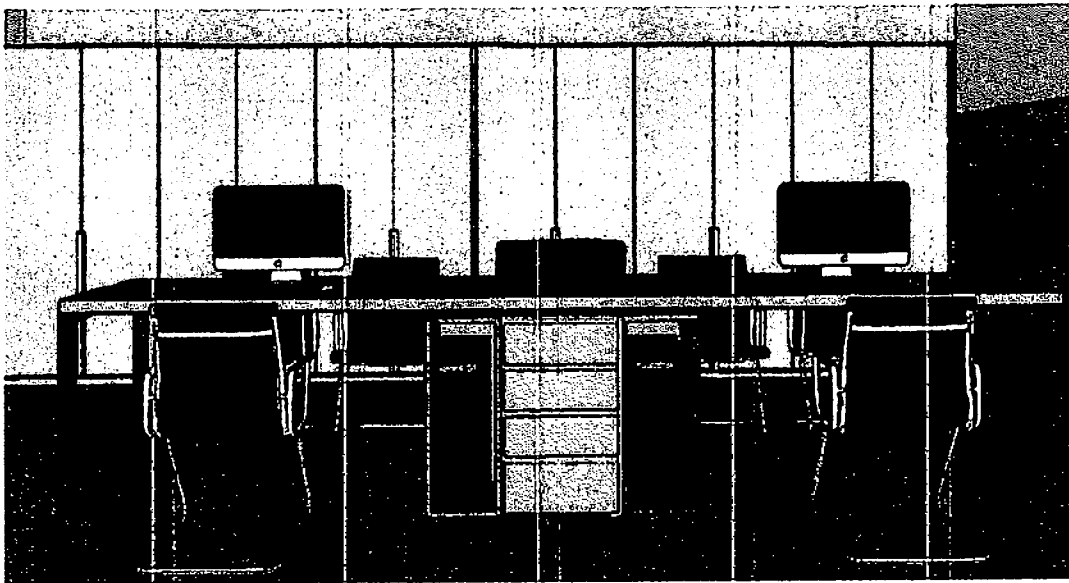
Eduardo Costa
arquiteto urbano

CAU A 181514 - 8
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

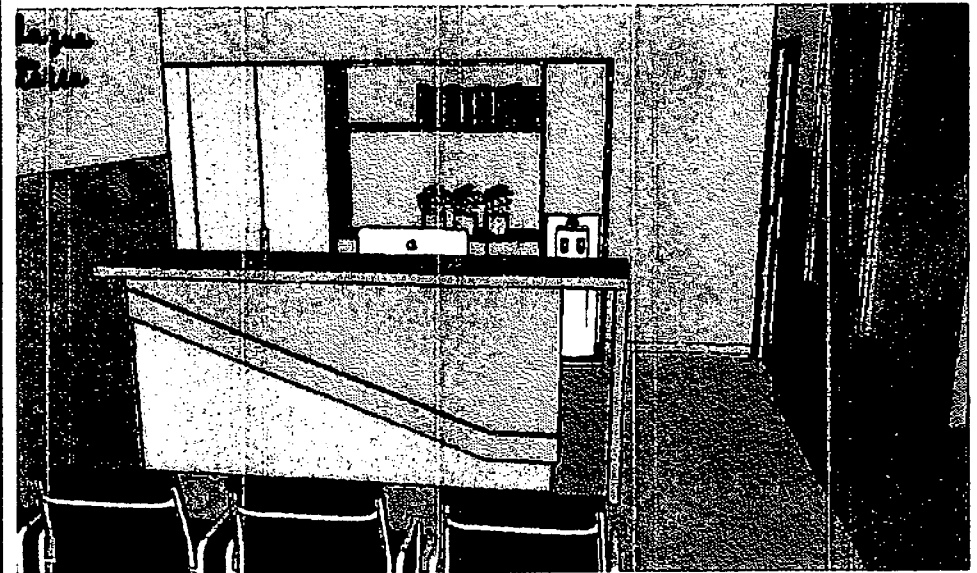
| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|-------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTRATO | Perspectivas 3D - Recepção | ESCALA | Sem Escala |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Católé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

É proibido, na forma da Lei n.º 5968 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desta obra sem, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

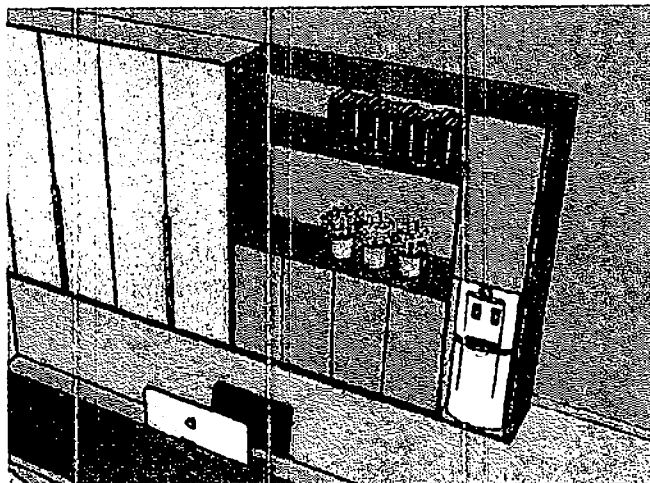
CAU: A 181514-8
Arquiteto e Urbanismo
Eduardo Costa
210/2024
PMCR



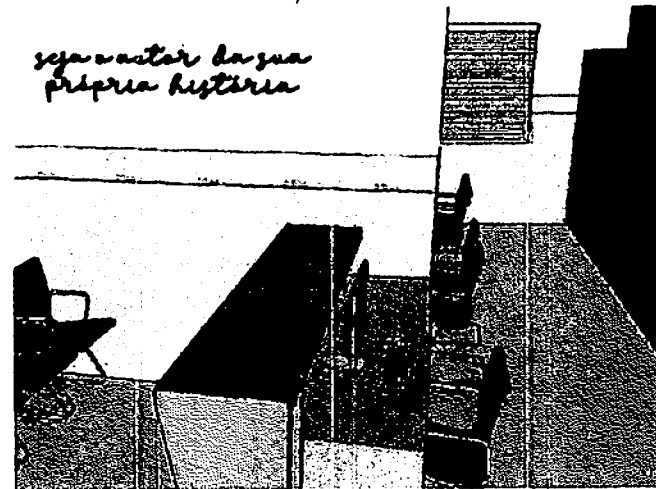
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

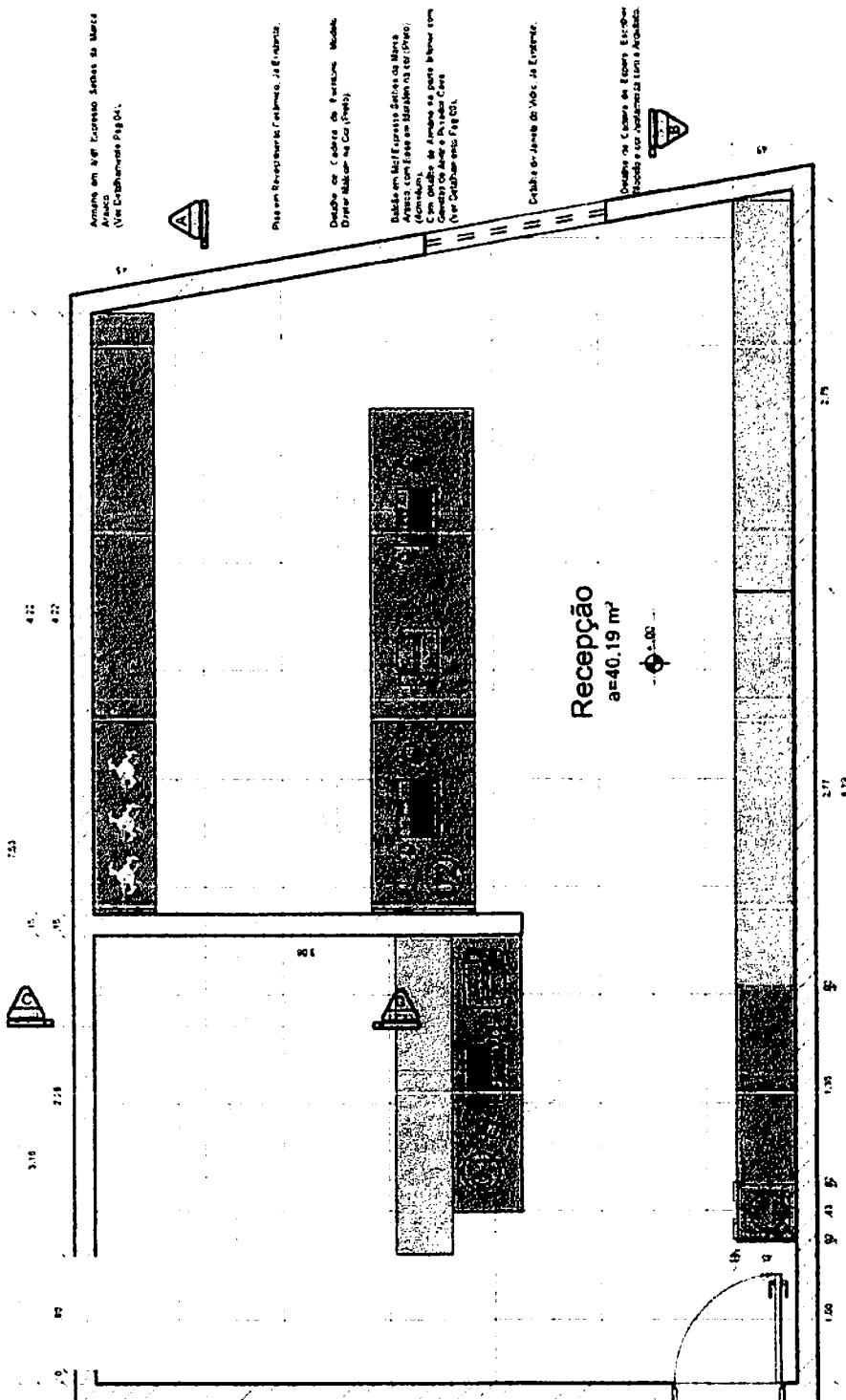
CAU A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|-------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEÚDO | Perspectivas 3D - Recepção | ESCALA | Sem Escala |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Católé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

É proibido, na forma da Lei nº 2868 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CAU A 181514-8





Ataque em M/F Expresso Sobre a Maré
Arçado
(Ver Detalhamento Pág 04).



Plano em Receção na Escada, 2ª Escada.

Detalhe de Colares de Ferrugem Móveis
Diretor Arquitetura CAU (18/14).

Detalhe em M/F Expresso Sobre a Maré
Arçado e M/F Quilômetro Tiro de Maré
Arçado com Espessura de 1cm
3.000.
(Ver Detalhamento Pág 04).

Detalhe de Colares de Ferrugem Móveis
Diretor Arquitetura CAU (18/14).

Ataque em M/F Expresso Sobre a Maré
Arçado
(Ver Detalhamento Pág 04).



Ataque em M/F Quilômetro Tiro de Maré
Arçado com Espessura de 1cm
3.000.
(Ver Detalhamento Pág 04).

Ataque em M/F Quilômetro Tiro de Maré
Arçado com Espessura de 1cm
3.000.
(Ver Detalhamento Pág 04).

Ataque em M/F Expresso Sobre a Maré
Arçado e M/F Quilômetro Tiro de Maré
Arçado com Espessura de 1cm
3.000.
(Ver Detalhamento Pág 04).

Planta Baixa - Recepção
ESCALA: 1/25

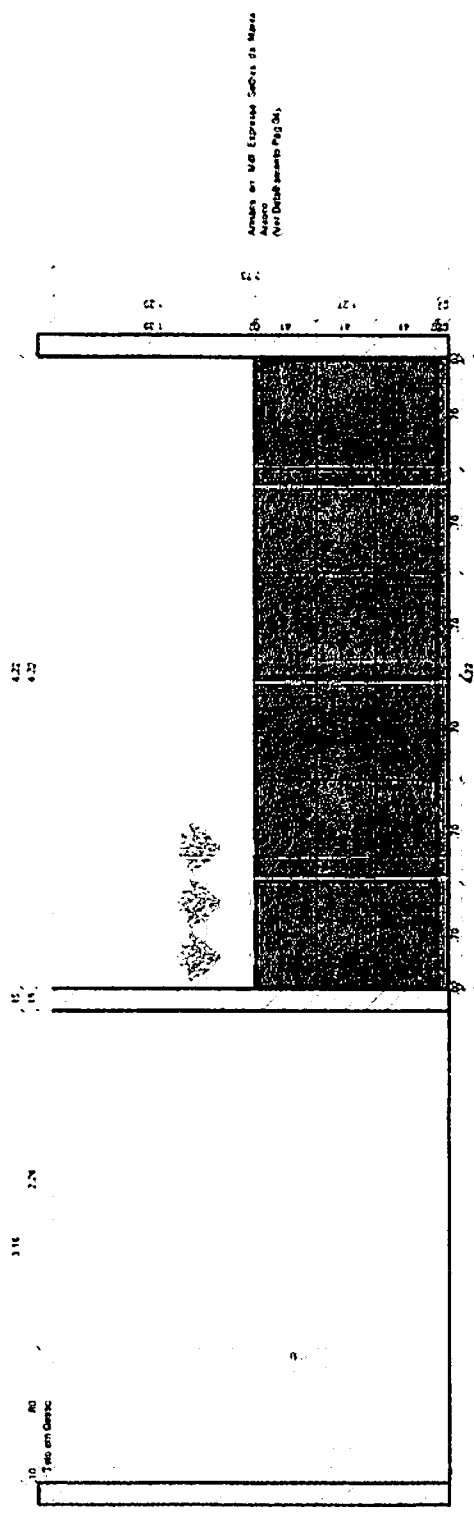
Eduardo Costa
C R A U I T E C O U R B O R N I C

CAU A 181514 - 8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C. - Catolés do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

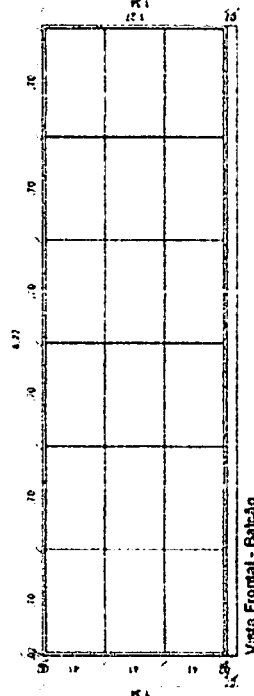
| | | | | | |
|---------|-------------------------------------|----------|-------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolés do Rocha - PB | CONTEÚDO | Planta Baixa - Recepção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENCARGO | Catolés do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

É proibido, na forma da Lei nº 5088 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação o terceiros, sem prévia autorização do autor.

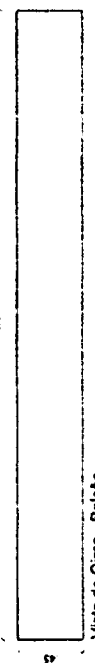
PMCR
Fs. 19/2
23/144
Eduardo Costa Catolés
Arquiteto Urbanista
CAU A 181514-8



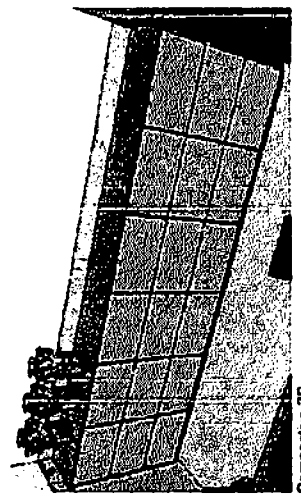
Corte AA - Recepção
ESCALA 1/25



Vista Frontal - Balcão
ESCALA 1/25



Vista do Cima - Balcão
ESCALA 1/25



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

Foi feito um Trabalho de Projeto
Com a Medida e Desenho
Arquitetônico (com a Arquiteta).

Foto de Autor Arquivada - Já Enviada.

Arquivo em PDF Expresso - Sem o 25 Mapa
Arquitetônico (Ver Documento Pág. 24).

DETALHAMENTO DE AMBIENTE

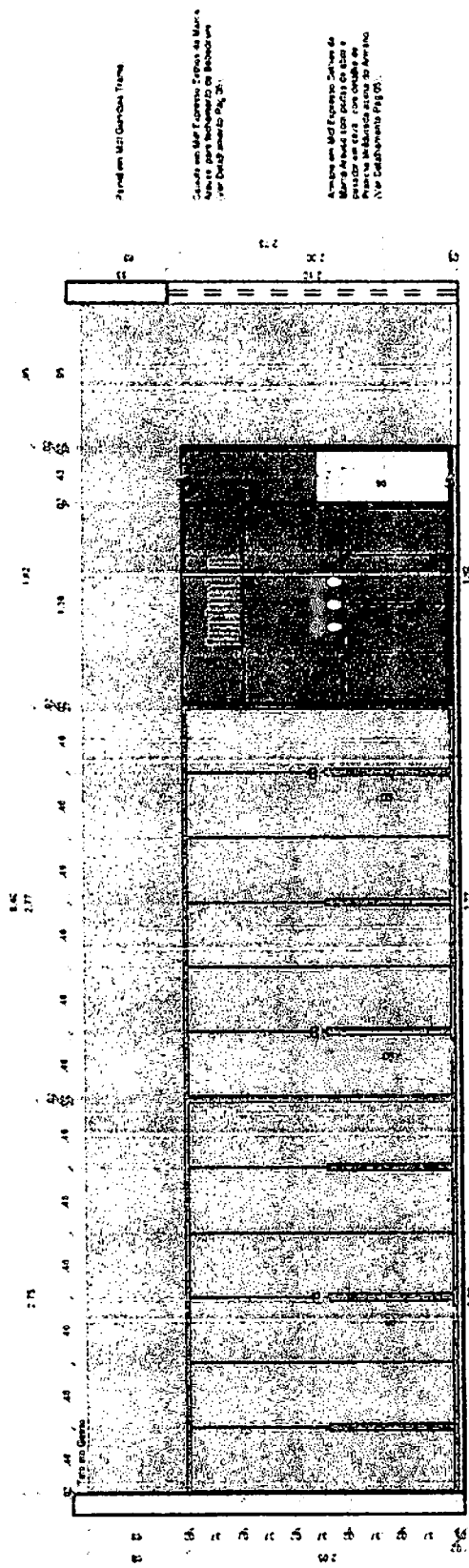
CAU A 181514 - 8
 Arquiteto e Urbanista
 Ed. 100/2024 - 2024
 24/44
 PMCR

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|----------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catalô de Rocha - PB | CONTEUDO | Corte AA - Recepção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | FINIÇÃO | Catalô de Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

É proibido, no âmbito da Lei nº 5688 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desta desenhos, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

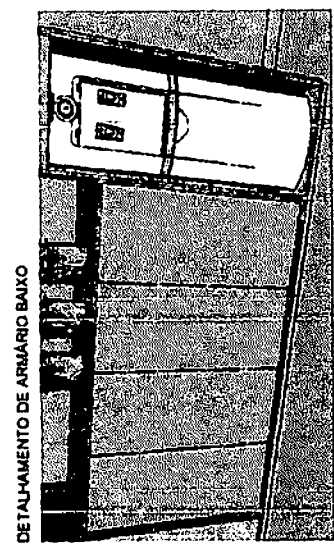
Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

CAU A 181514 - 8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C - Catalô de Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-8232

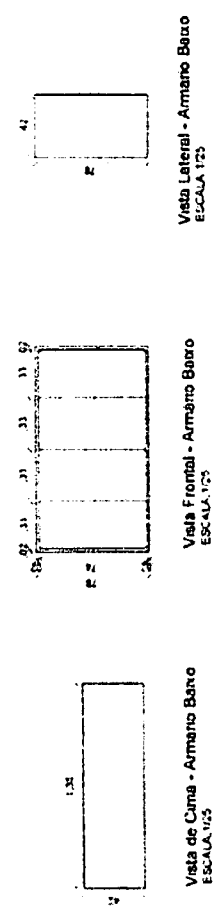


Trabalho em 2D - Escala 1/25
 Escala em 1/25 - Escala 1/25
 Escala em 1/25 - Escala 1/25
 Escala em 1/25 - Escala 1/25

Corte BB - Recepção
 ESCALA 1/25



DETALHAMENTO DE ARMÁRIO BAIXO
 Perspectiva 3D
 SEM ESCALA



Vista de Cunha - Armário Baixo
 ESCALA 1/25
 Vista Frontal - Armário Baixo
 ESCALA 1/25
 Vista Lateral - Armário Baixo
 ESCALA 1/25

PMCR
 25/11/2024
 Engenharia de Arquitetura e Urbanismo
 CAU: A 181514-8

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|----------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTRATO | Corte BB - Recepção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENCARGO | Catolé do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

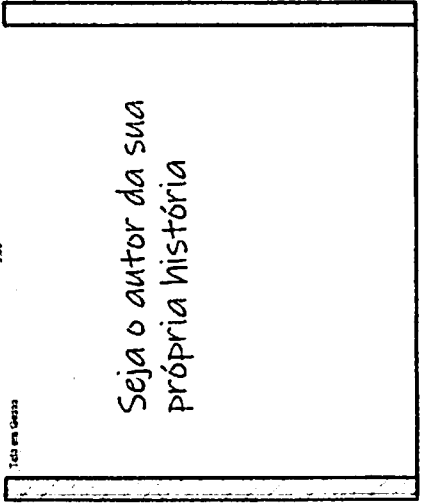
Eduardo Costa
 Arquiteto, Urbanista e Designer de Interiores
 CAU: A 181514-8
 Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C - Catolé do Rocha/PB
 Telefone: (83) 99630-6232

É proibida, no forma da Lei nº 5968 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

Arquiteto Eduardo Costa
C.R. 181514-8
Junho de 2024

Unidade de Projeto em Arquitetura de
Interiores, com o objetivo de
elaborar o projeto de interiores
para o Catolé do Rocha - PB.

Tela em Branco



Seja o autor da sua
própria história

Corte CC - Recepção
ESCALA 1/25

Seja o autor da sua
própria história



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

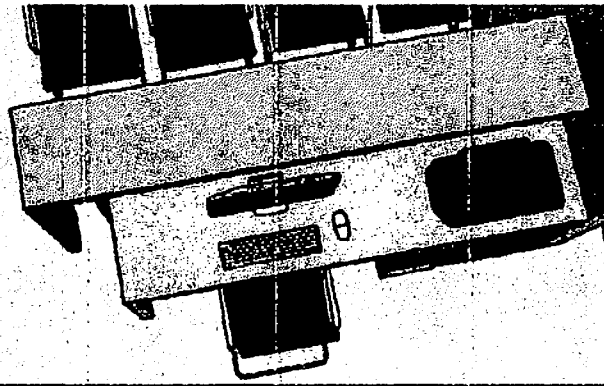
Eduardo Costa
arquiteto urbano

C.A.U. 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

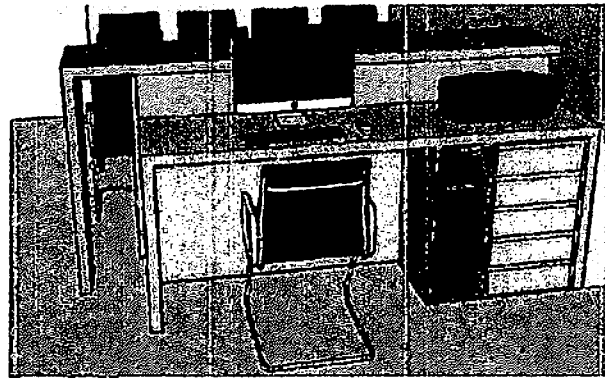
PMCR
Fis. 105
26/4/24
Eduardo Costa Arquiteto
C.A.U. 181514-8

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|----------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEÚDO | Corte CC - Recepção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | EMPENHO | Catolé do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |

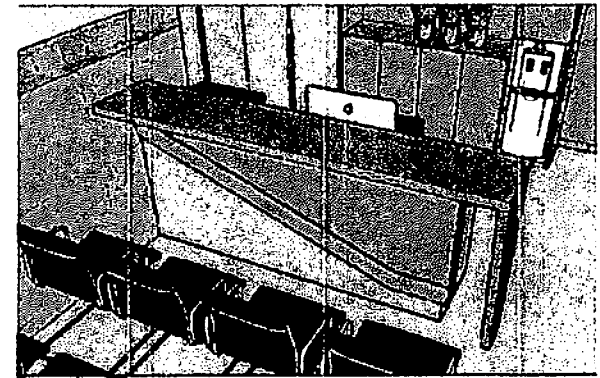
É proibida, no âmbito da Lei nº 5.988 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação o terceiros, sem prévia autorização do autor.



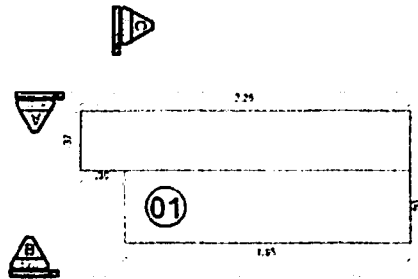
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



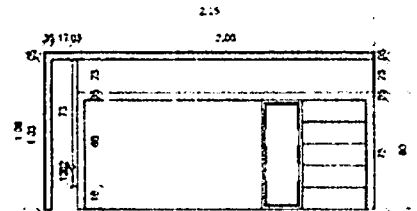
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



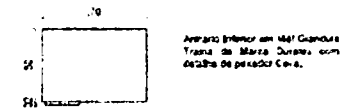
Vista de Cima - Balcão
ESCALA 1/25

Balcão em MDF Espesso Cores da Marca *MARCA*.

Balcão em MDF Ondulada Trama da Marca Duratex com Espessura de 3cm. Com acabamento de Borracha em Cor de Leda 3.0008.

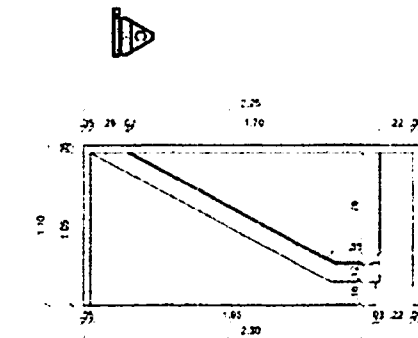


Corte BB - Balcão
ESCALA 1/25



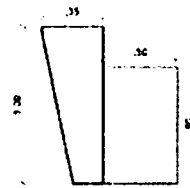
Vista de Cima - Armário Inferior
ESCALA 1/25

Armário Inferior em MDF Ondulada Trama da Marca Duratex com detalhe de parede Cor.

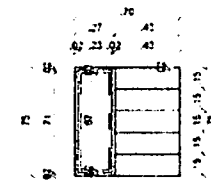


Corte AA - Balcão
ESCALA 1/25

Detalhe de Bateriação em Cor de Leda 3.0008



Corte CC - Balcão
ESCALA 1/25



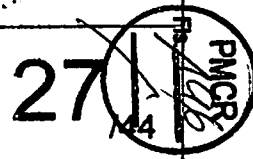
Vista Frontal - Armário Inferior
ESCALA 1/25

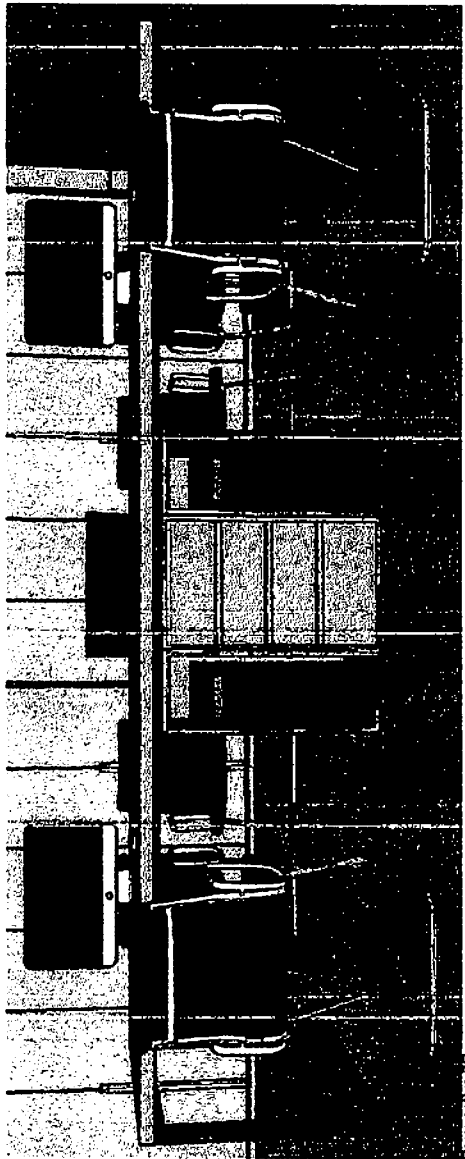
Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

CAU: A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|---|------------------------------------|----------|--------------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Detalhamento de Balcão 01 - Recepção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Catolé do Rocha - PB | DATA | Junho/2024 |
| É proibido, na forma da Lei nº 5968 Art. 184 do Código Civil Peno, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor. | | | | | |

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CAU: A 181514-8





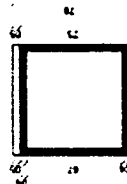
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Vista de Cima - Balcão
ESCALA 1/21

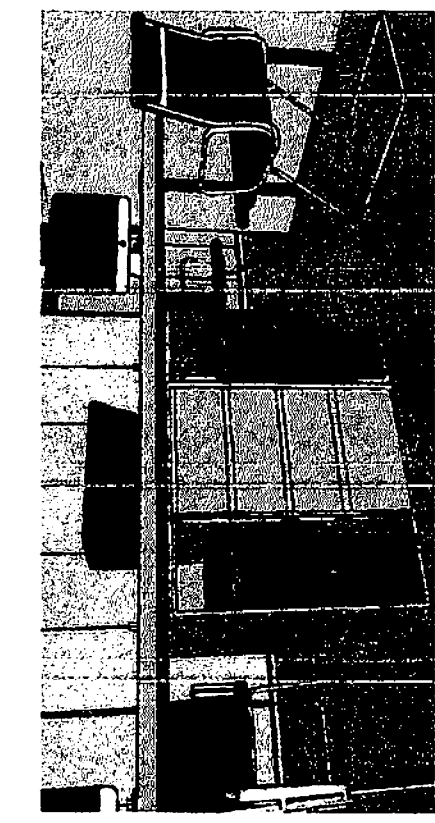


Vista Frontal - Balcão
ESCALA 1/21

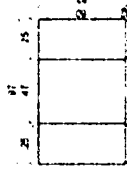


Vista Lateral - Balcão
ESCALA 1/21

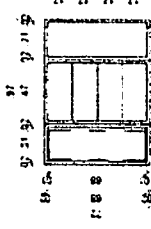
Balcão em Alu. Expresso Cabou de Maru
Acabado com tinta em Branco e cor (Ver).
(Ver Detalhamento Pág. 01).



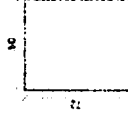
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Vista de Cima - Armário Interior
ESCALA 1/21



Vista Frontal - Armário Interior
ESCALA 1/21



Vista Lateral - Armário Interior
ESCALA 1/21

Armário em Alu. Expresso Cabou de Maru
Acabado com tinta em Branco e cor (Ver).
(Ver Detalhamento Pág. 01).

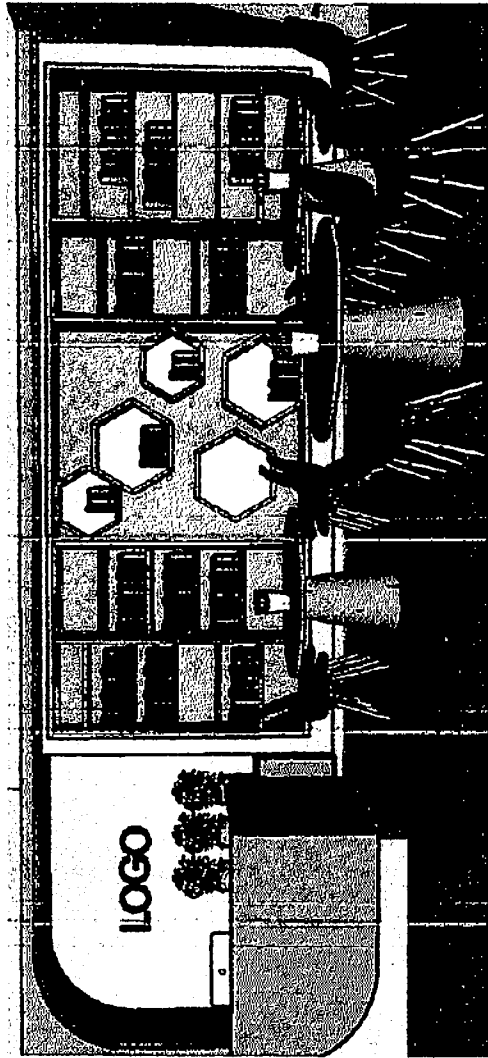
Eduardo Costa
Arquiteto e Urbanista
C.A.U.A. 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|--------------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Detalhamento de Balcão 02 - Recepção | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Catolé do Rocha - PB | DATA | Junho.2024 |

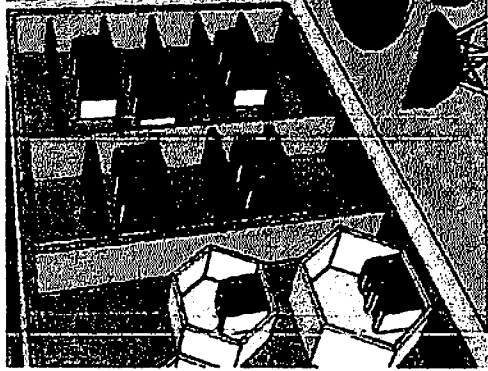
É proibido, no âmbito da Lei nº 5068 Art. 184 da Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação ou terceiros, sem prévia autorização do autor.

PMCR
Fls. 107
28/14

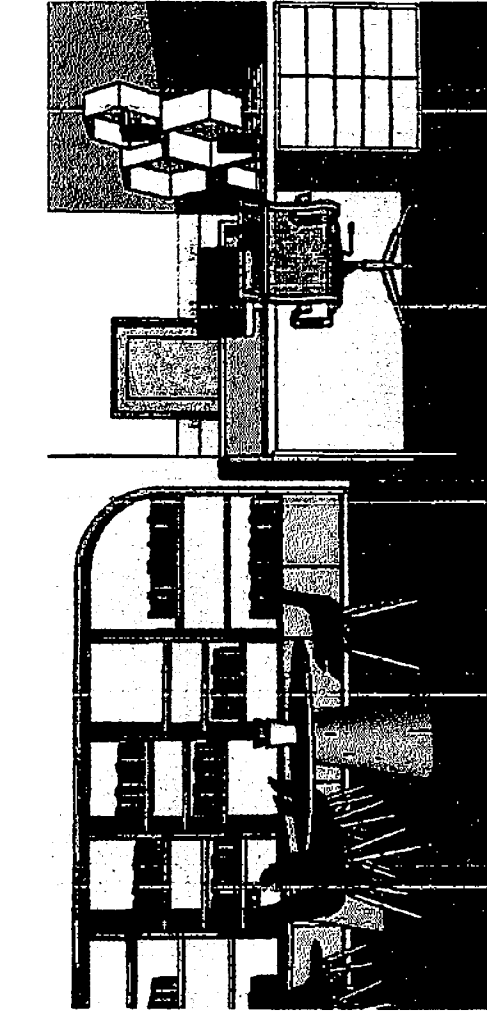
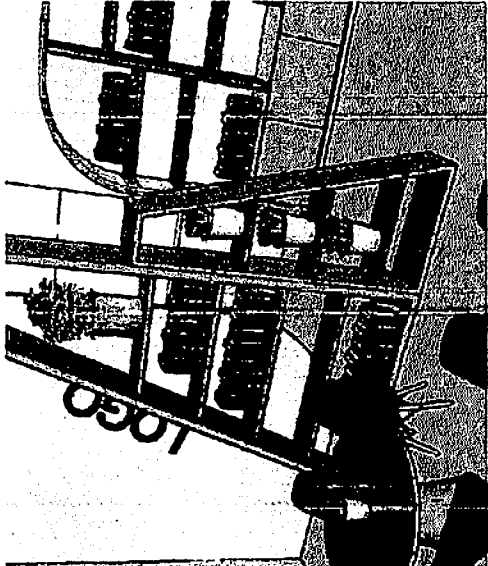
Eduardo Costa
Arquiteto e Urbanista
C.A.U.A. 181514-8



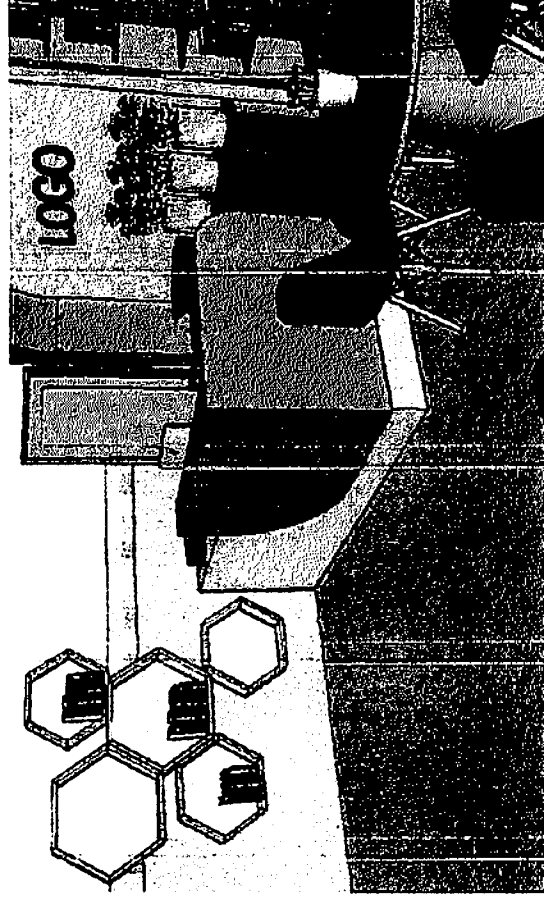
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

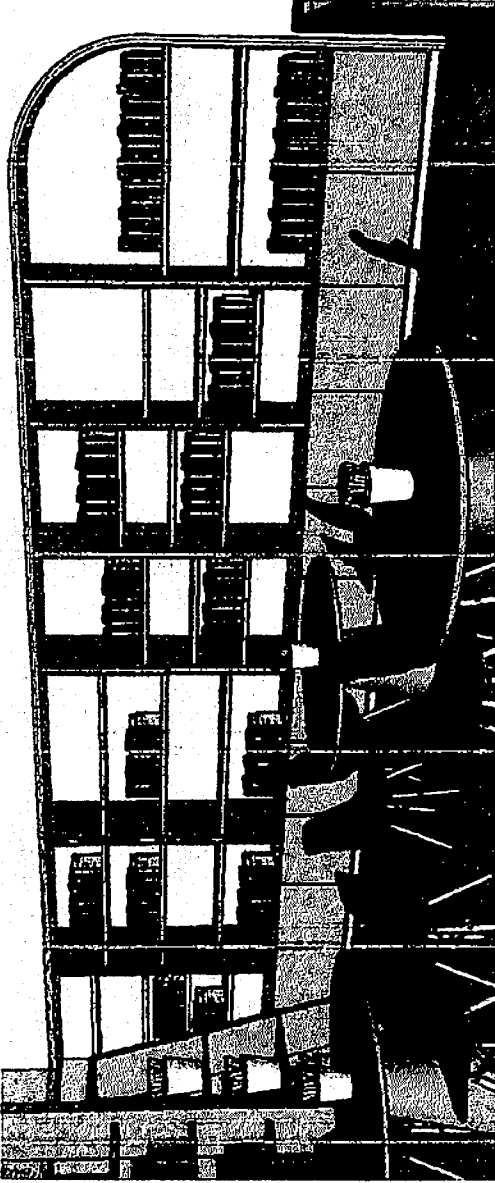
Eduardo Costa
ARQUITETO

C.A.B. A 13114-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

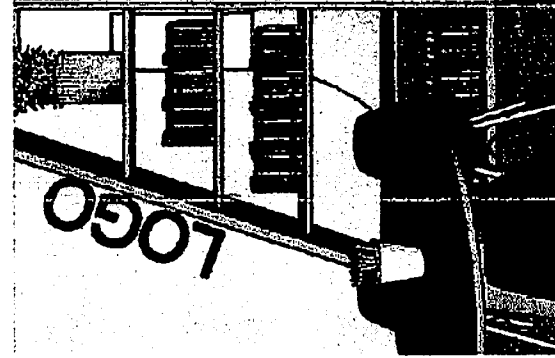
| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|-------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Perspectivas 3D - Biblioteca | ESCALA | SEM ESCALA |
| PROJETO | Projeto de Interiores | FADEPECO | Catolé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

É proibido, no termo da Lei n.º 5988 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenhos, como também sua comunicação o terceiros, sem prévia autorização do autor.

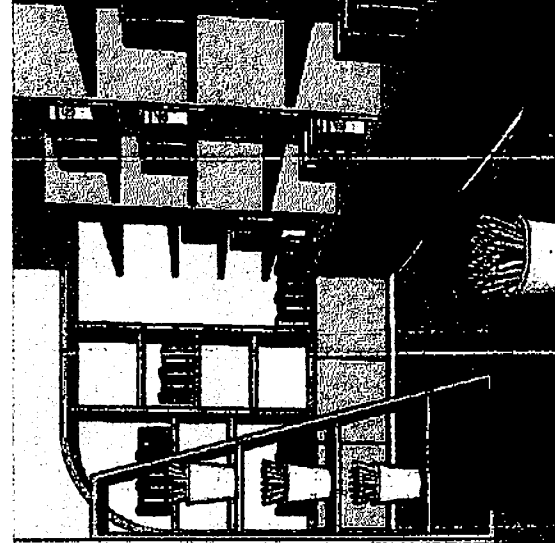
PMCR
2024
Eduardo Costa - Catolé do Rocha - PB
C.A.B. A 13114-8



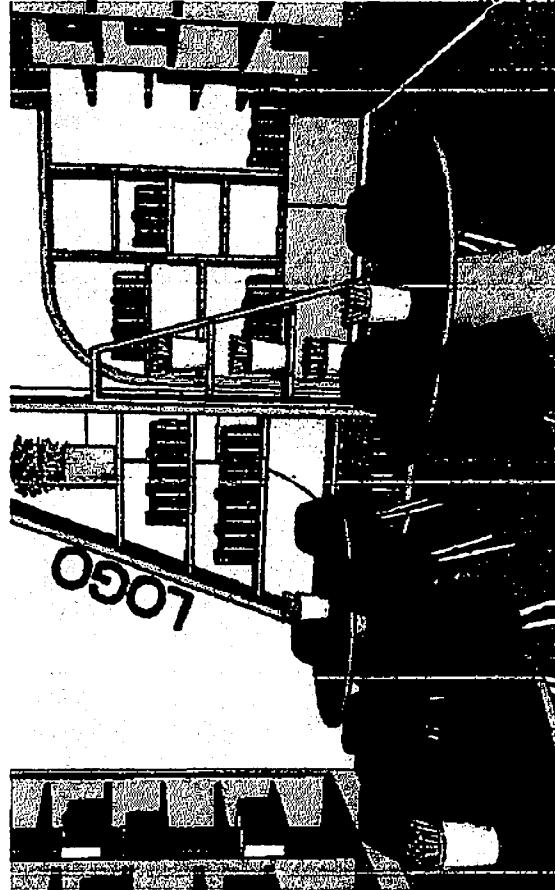
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

C.A.U. A 18.1514-5
Rua Barão do Rio Branco, N 1.328-C - Catolé do Rocha/PB
Telefone (83) 99600-6232

CLIENTE
PREFEITURA DE CATOLÉ DO ROCHA - PB

PROJETO
Projeto de Interiores

CONTÉUDO
PERSPECTIVAS 3D - BIBLIOTECA

ESCALA
Sem Escala

DATA
Junho/2024

ESCALA
Sem Escala

DATA
Junho/2024

PMCR
Fls. 199
30/14

Eduardo Costa
Arquiteto e Urbanista
C.A.U. A 18.1514-5

É proibido, na forma de Lei nº 5988 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa
 Arquiteto e Urbanista
 C.A.U.A 121514-3

| | | | | | |
|--------|------------------------------------|-----------------------|---------------------------|--------|------------|
| CURTIR | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Planta Baixa - Biblioteca | ESCALA | 1 / 25 |
| | PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | DATA | Junho/2024 |

F. proibido, na forma da Lei n.º 50668 Art. 184 do Código Civil Penal, o reprodução total ou parcial deste desenho, como também sua comunicação o terceiros, sem prévia autorização do autor.

Planta Baixa - Biblioteca
ESCALA 1/25
Eduardo Costa
 C.A.U.A 121514-3
 Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C - Catolé do Rocha/PB
 Telefone: (83) 99600-6232

Projeto de Pisos de Usado: Jil
 Escudo em MDF Serrado de Marca
 Duratec e MDF Estruc. Serrado de
 Marca A. Saco e MDF Alvenaria
 da Marca Duratec, com detalhes de
 1.50/2.00, conforme anexo em Anexo 10 e
 1.00/2.00, conforme Anexo 11.

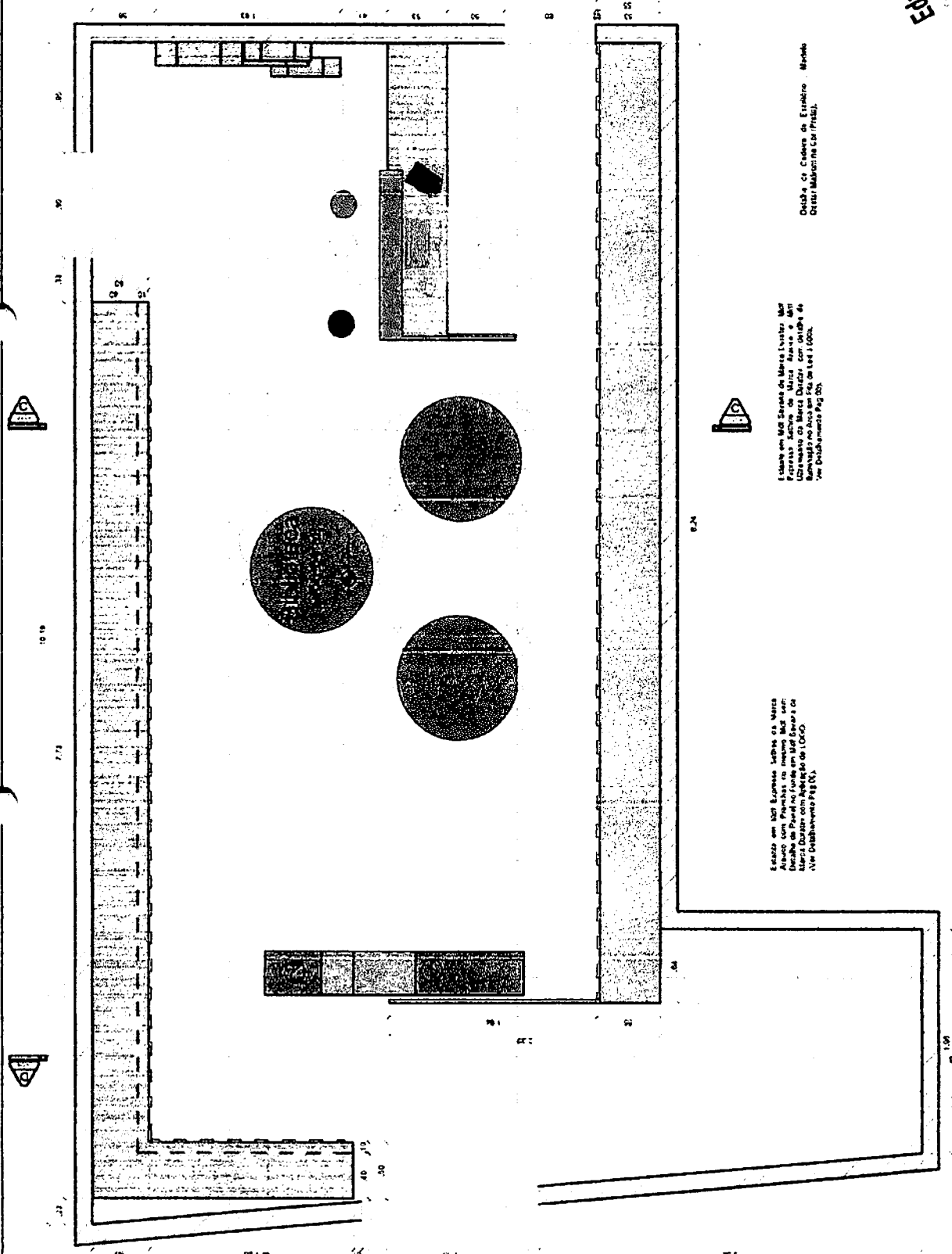
Moeda Tipo Calceada em MDF Serrado
 de Marca Duratec.
 (Ver Detalhamento Pág. 07).

Detalhe de Bateria Calceada,
 com acabamento em
 o Alvenaria.

Detalhe em MDF Serrado de Marca
 Duratec e MDF Estruc. Serrado de
 Marca Duratec, com revestimento de
 1.50/2.00, conforme Anexo 10 e
 1.00/2.00, conforme Anexo 11.
 (Ver Detalhamento Pág. 10).

Moeda em MDF Estruc. Serrado de
 Marca Duratec e MDF Serrado de
 Marca Duratec, com revestimento de
 1.50/2.00, conforme Anexo 10 e
 1.00/2.00, conforme Anexo 11.
 (Ver Detalhamento Pág. 11).

Projeto de porta para Acesso
 Interno à Escada



Escudo em MDF Serrado de Marca Duratec, com revestimento de 1.50/2.00, conforme Anexo 10 e 1.00/2.00, conforme Anexo 11. (Ver Detalhamento Pág. 07).

Escudo em MDF Serrado de Marca Duratec, com revestimento de 1.50/2.00, conforme Anexo 10 e 1.00/2.00, conforme Anexo 11. (Ver Detalhamento Pág. 07).

Detalhe de Escada de Estímulo - Modelo
 Detalhe Malha em Cor (Piso).

DETALHAMENTO DE MOLDURA DE 2CM CADA, SACANDO 2CM.



Arco em MDF Ultramarino da Marca Duetum com espelho de Moldura de 2cm sacando 2cm e Luminária em Cabo de Led 7.000w.
(Ver Detalhamento Pág 04)

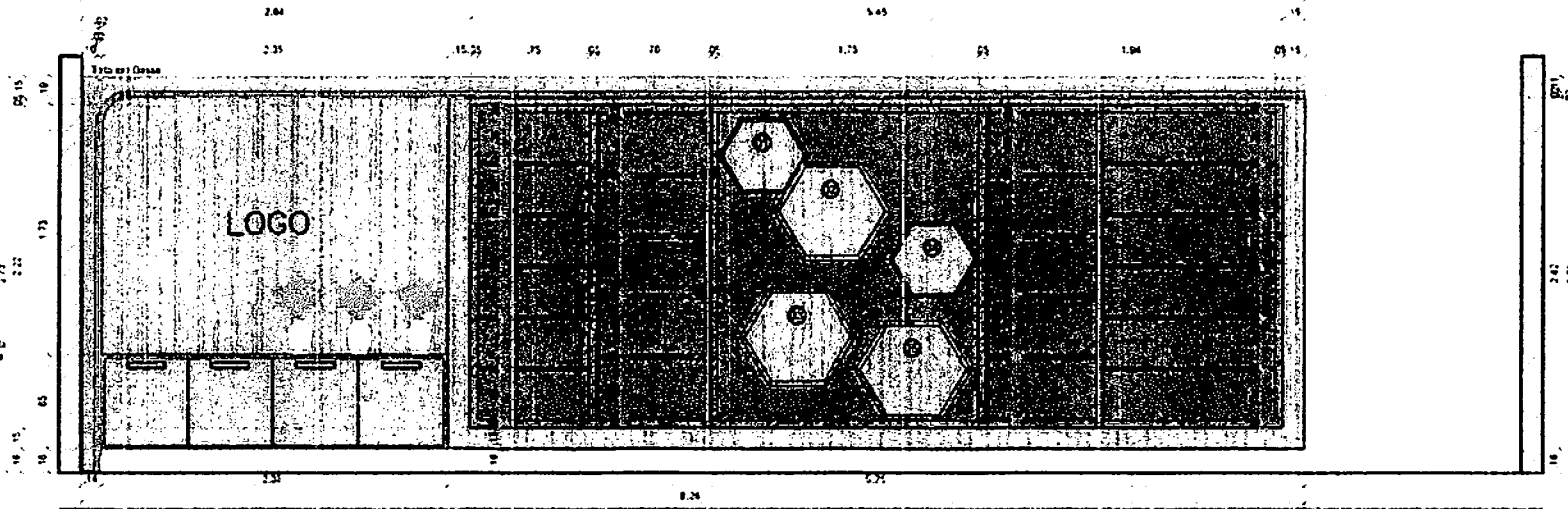
Panel em MDF Sorena da Marca Duetum com adesão de LOGO no arco e Panel.
(Ver Detalhamento Pág 04)

Armário Baixo em MDF Ultramarino da Marca Duetum com portas de vidro e puxador Hexágono P Preto em Cava.
(Ver Detalhamento Pág 04)

Corteiro em MDF Expresso Cores da Marca Arredo. Com Espessura de 05cm e Sacando 5cm para fora, com Projeto de 2cm dentro do Corteiro.
(Ver Detalhamento Pág 04).

Colmeias em MDF Expresso Cores da Marca Arredo. Com espessura de 02 cm e Sacando 5cm para fora, com Franja Moldada de 3cm dentro da Colmeia.
(Ver Detalhamento Pág 04).

Alçofas Tipo Colmeias em MDF Sorena da Marca Duetum com colmeias no grupo Panel de Marca Duetum.
(Ver Detalhamento Pág 04).

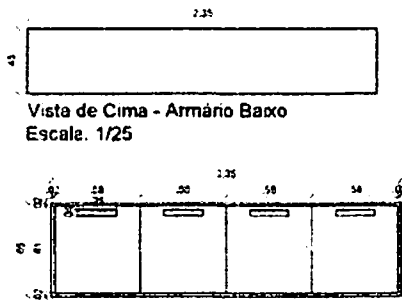


Corte AA - Biblioteca
ESCALA 1/25

DETALHAMENTO DE ARMÁRIO BAIXO

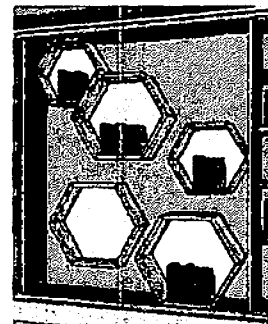


Perspectiva 3D
SEM ESCALA

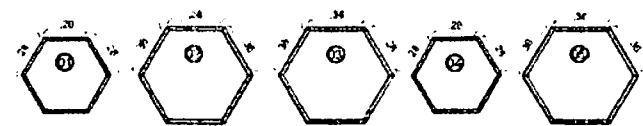


Vista Frontal - Armário Baixo
Escala. 1/25

DETALHAMENTO DE COLMEIAS



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Eduardo Costa
Arquiteto e Urbanista

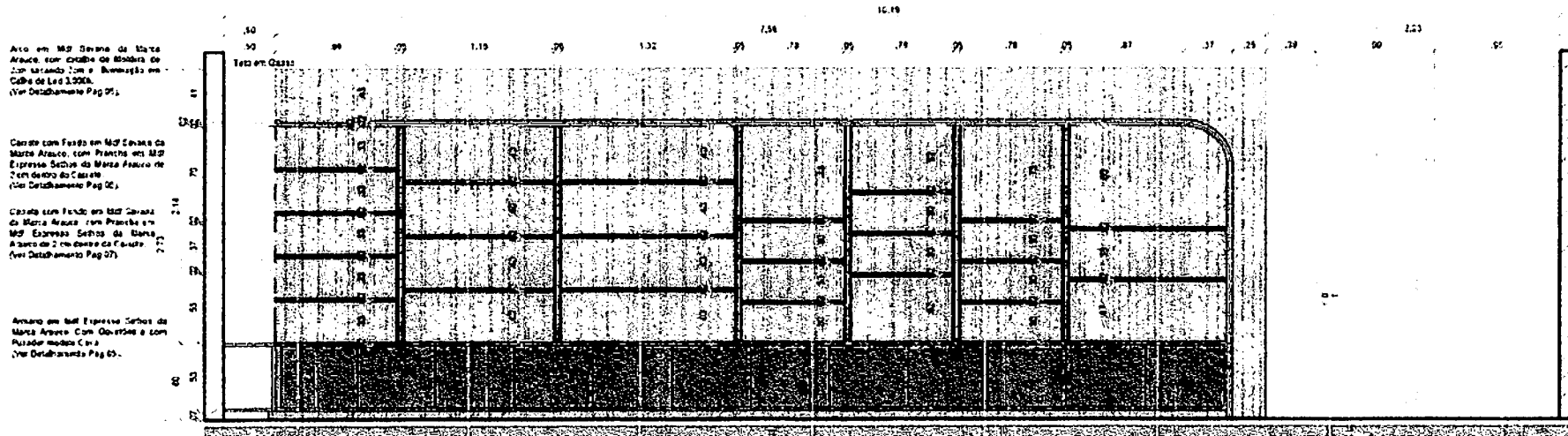
CAU A 181514-B
Rua Barão do Rio Branco, N 1.328-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|-------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Corte AA - Biblioteca | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Catolé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

É proibida, na forma da Lei nº 5968 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CAU A 181514-B





Arco em MDF Branco da Marca Arauco, com Grade de Aluário de Alumínio com a iluminação em Cabo de Led 1.200W.
(Ver Detalhamento Pág 05.)

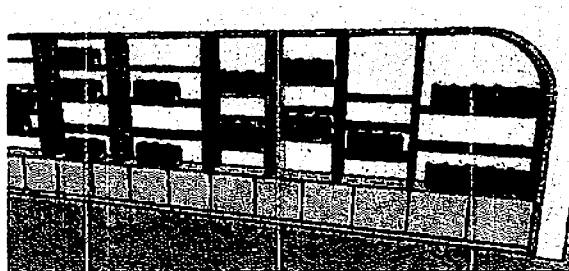
Caixa com Fundo em MDF Branco da Marca Arauco, com Prateleira em MDF Expresso Sétimo da Marca Arauco de 2 cm dentro do Caixa.
(Ver Detalhamento Pág 06.)

Caixa com Fundo em MDF Branco da Marca Arauco, com Prateleira em MDF Expresso Sétimo da Marca Arauco de 2 cm dentro da Caixa.
(Ver Detalhamento Pág 07.)

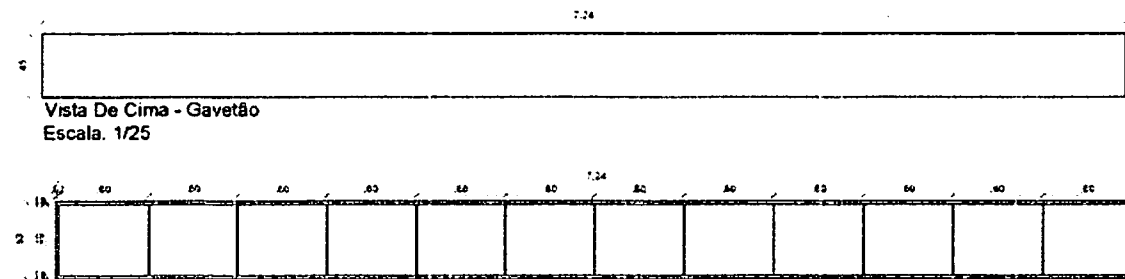
Armário em MDF Expresso Sétimo da Marca Arauco, com Gavetão e com Puxador modelo Ceta.
(Ver Detalhamento Pág 08.)

Corte BB - Biblioteca
ESCALA: 1/25

DETALHAMENTO DE ARMÁRIO BAIXO



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Vista De Cima - Gavetão
Escala: 1/25

Vista Frontal - Armário Baixo
Escala: 1/25

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
CRP 15143
R. ...

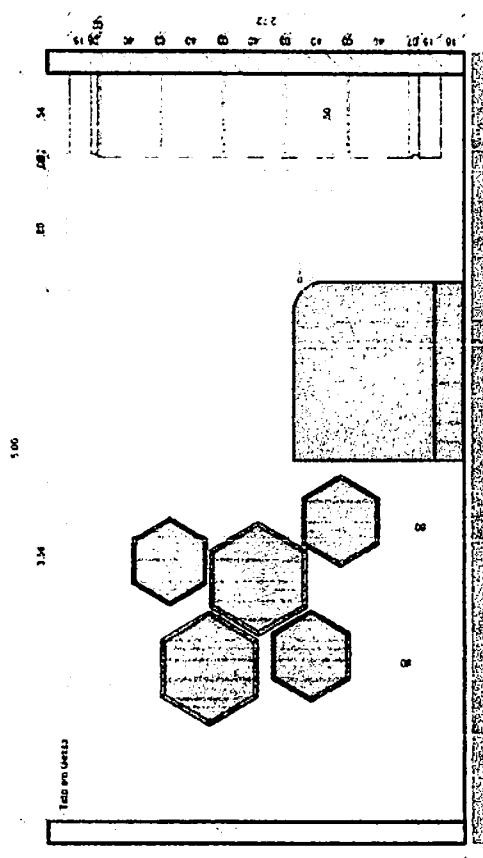
Eduardo Costa
arquiteto e urbanista

CAD A 181514-8
Rua Barão de Rio Branco, N 1.328-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99630-6232

| CLIENTE | CONTEUDO | ESCALA |
|------------------------------------|-------------------------------|------------|
| Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | Corte BB - Biblioteca | 1 / 25 |
| PROJETO | ENDERECO | DATA |
| Projeto de Interiores | Católé do Rocha - PB - Centro | Junho/2024 |

É proibida, na forma da Lei n° 5668 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

33
14
PMCR



Paralelo com: Textura de Pedra
Cor: Branco e Cinza
Acabamento: Laca e Appalo 1)

Isolamento: Tipo Concreto em Blocos
Sobre o Muro Duplo.

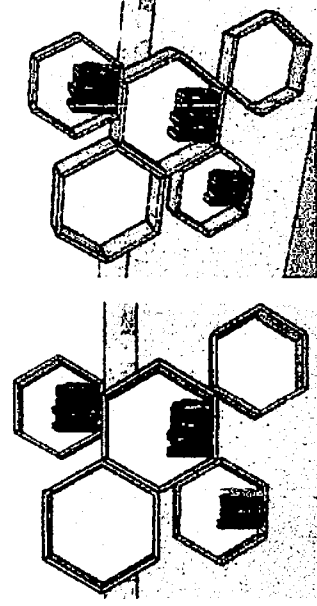
Caixas em MDF Expresso Seta, de
MDF Expresso e acabamento Esmerilado
Lacado com Laca Fosca em Branco
Molduras de Laca Fosca do Corado.
(Ver Detalhe anexo Pág. 34).

Rebites em MDF Seta em Branco Duplo, e
MDF Expresso de Madeira Natural
Cilindros de Acabamento em Branco
Série de Mesa Duplo e Posição em
Cura. (Ver Detalhe anexo Pág. 34).

Rebites em Branco em MDF
Série de Mesa Duplo.
(Com profundidade de 27 cm)

Corte CC - Biblioteca
ESCALA: 1/25

DETALHAMENTO DE COLMEIA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

Perspectiva 3D
SEM ESCALA

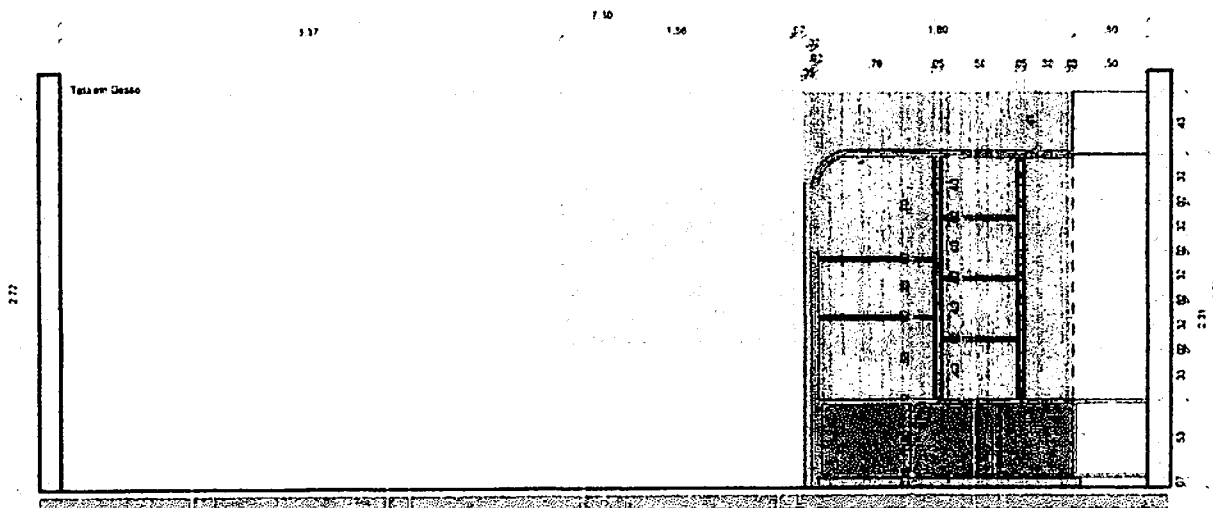
Eduardo Costa
Arquiteto
Projeto

PMCR
34/14

| | | | |
|--|------------------------------------|----------|-----------------------|
| PROJETO | Prefeitura de Catolô de Rocha - PB | ESCALA | 1 / 25 |
| | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Corte CC - Biblioteca |
| <p>É proibida, no âmbito da Lei nº 5068 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial deste desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.</p> | | DATA | Junho/2024 |

Eduardo Costa
ARQUITETO E URBANISTA
C.A.U.A 181514-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.328-C, - Catolô de Rocha/PB
Telefone: (83) 99800-6232

DETALHAMENTO DE MOLDURA
DE 2CM CADA, SACANDO 2CM.



Arco em MDF Sorena de Marco Arredo semi
drápe de madeira de 2cm sacando 2cm e
Barragem em Cidre de Lac 1.000h.
(Ver Detalhamento Pág.15).

Caixote com Fundo em MDF Sorena de Marco
Arredo com Prateleira em MDF Expresso Sorena de
Marco Arredo de 2cm dentro do Caixote
(Ver Detalhamento Pág.15).

Arreio em MDF Expresso Sorena de Marco
Arredo Com Gavetas e com Prateleira
modelo Cava.
(Ver Detalhamento Pág.15).

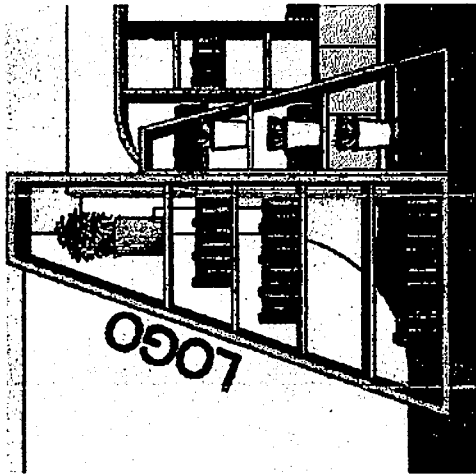
Corte DD - Biblioteca
ESCALA. 1/25

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto e Urbanista
C.R.C. 10.123/2010
OAB/PB 10.123/2010

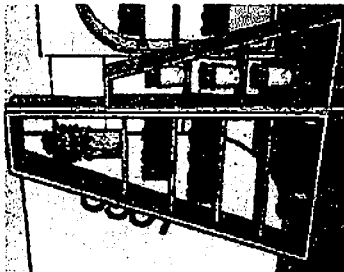
Eduardo Costa
arquiteto e urbanista
C.A.U.A 181511-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

| | | | | | |
|--|------------------------------------|----------|-------------------------------|--------|------------|
| PREFEITURA | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEUDO | Corte DD - Biblioteca | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDEREÇO | Católé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |
| É proibido, no termo da Lei nº 5968 Art. 154 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor. | | | | | |

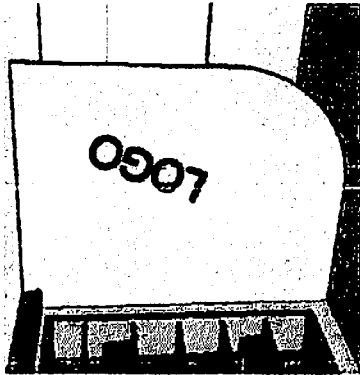
35/14
PMCR



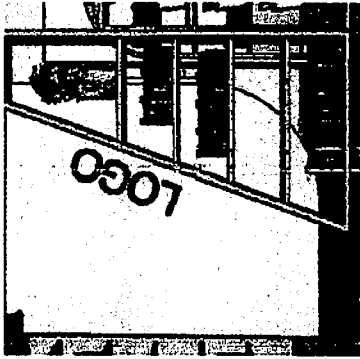
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



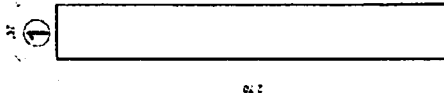
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



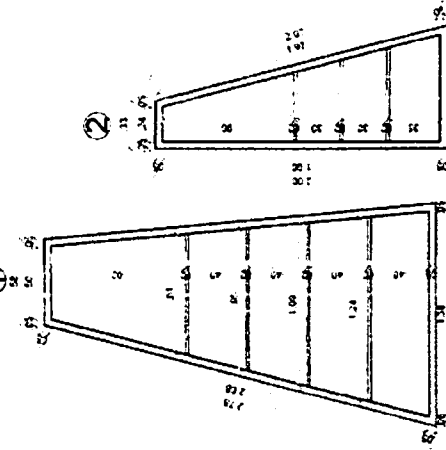
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



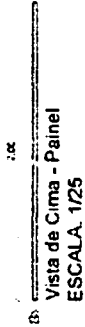
Vista de Cima - Estante
ESCALA: 1/25



Vista Lateral - Estante
ESCALA: 1/25

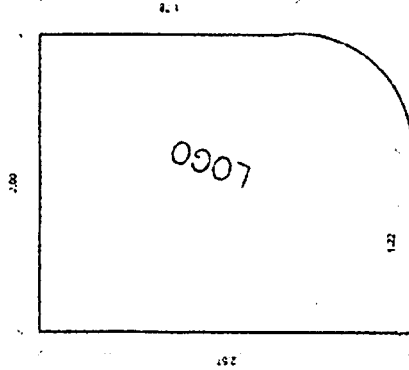


Vista Frontal - Estante
ESCALA: 1/25



Vista de Cima - Painel
ESCALA: 1/25

Panel em 1/8" de vidro de Marca Anisado com
colante em 1000 aplicados sobre o Painel



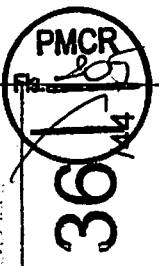
Vista Frontal - Painel
ESCALA: 1/25

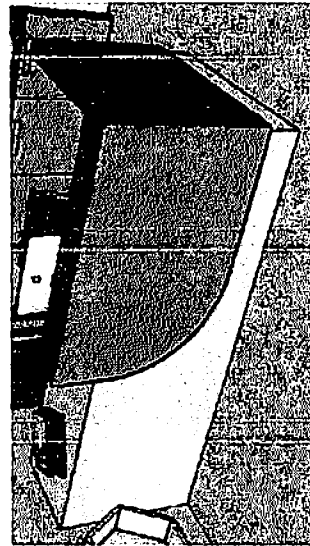
Eduardo Costa
Arquiteto
C.R.C. 131514-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.328-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99630-6232

Eduardo Costa
ARQUITETO
C.A.U.A 131514-8
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.328-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99630-6232

| | |
|----------|--------------------------------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB |
| PROJETO | Projeto de interiores |
| CONTEUDO | Detalhamento da Estante - Biblioteca |
| ENDEREÇO | Católé do Rocha - PB - Centro |

| | |
|--------|------------|
| ESCALA | 1 / 25 |
| DATA | Junho/2024 |

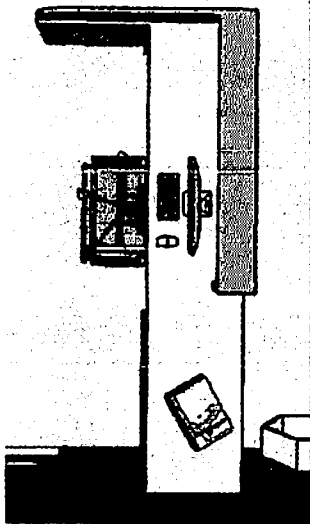




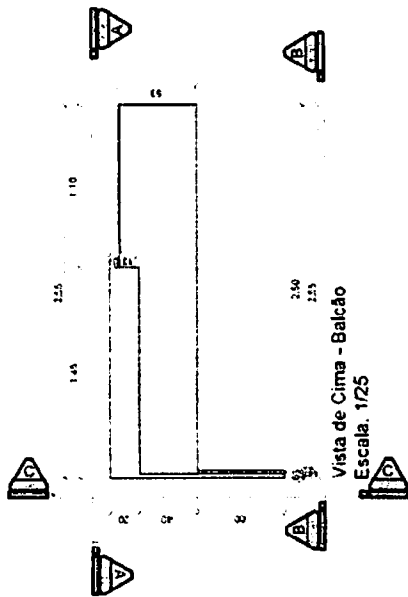
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



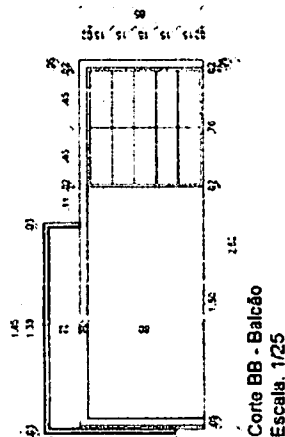
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



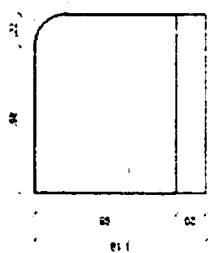
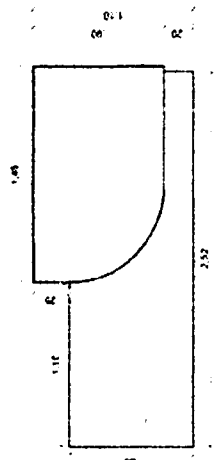
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Balcão em Mar Sargado da Igreja
Durante o período de obras
de construção do Balcão
devido ao fato de não ter
com o Dado da Mar Sargado da
Mesa Direita e Posição em Casa.



Balcão em Mar Sargado da Igreja
Durante o período de obras
de construção do Balcão
devido ao fato de não ter
com o Dado da Mar Sargado da
Mesa Direita e Posição em Casa.



Eduardo Costa
Arquiteto e Urbanista
C.R. 13.514-3

PMCR
37144

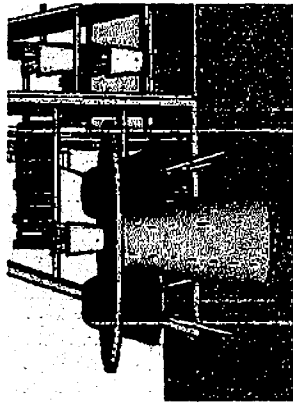
| | | |
|---|---|--------------------|
| CLIENTE Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTEÚDO Detailamento da Balcão - Biblioteca | ESCALA 1 / 25 |
| | PROJETO Projeto de Interiores | DATA Junho/2024 |

Eduardo Costa
ARQUITETO E URBANISTA
C.A.U.A 131514-3

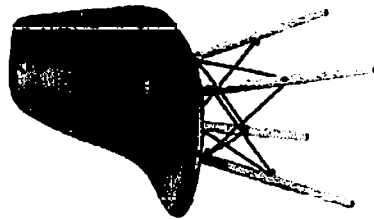
É proibida, no âmbito do Lei nº 5068 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.



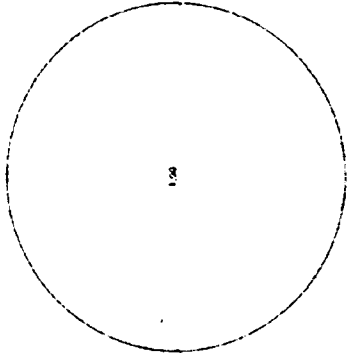
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



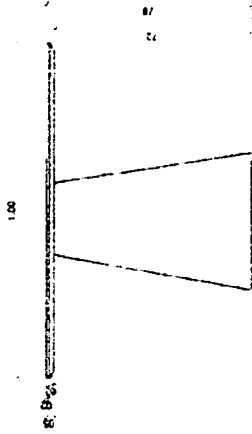
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



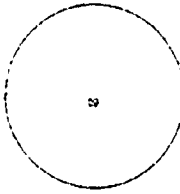
Mesa em 1/25 Escala. Sábios de Mesa Arredo com espessura constante com detalhes de base de Cadeira Chácaras (Eames) (Preto) 1:1 (Unidades).



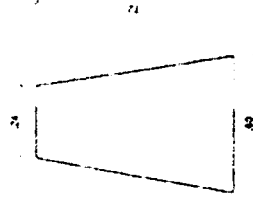
Vista de Cima - Mesa de Leitura
Escala: 1/25



Vista Frontal - Mesa de Leitura
Escala: 1/25



Vista de Cima - Base de Mesa de Leitura
Escala: 1/25



Vista Frontal - Base de Mesa de Leitura
Escala: 1/25

REFERÊNCIA: Cadeira Dkr Eames Na cor (Preto).
12 unidades.

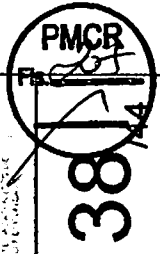
Eduardo Costa
ARQUITETURA E INTERIORES

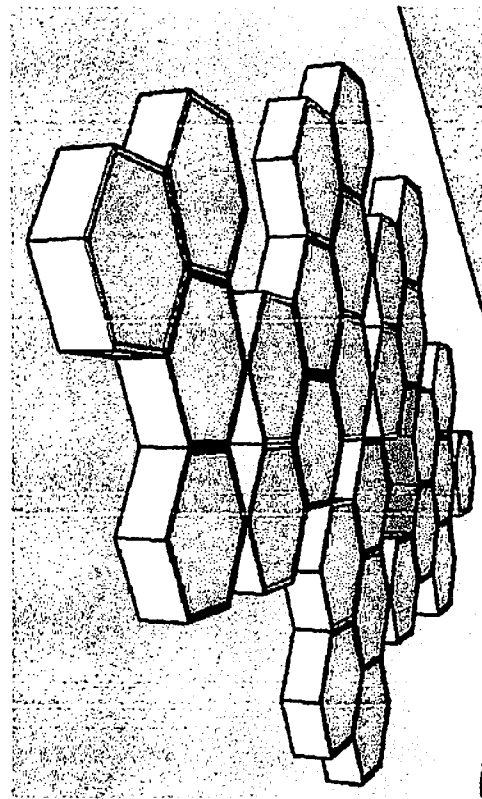
CAUA 151514-3

Rua Barão de Rio Branco, N. 1.328-C. - Catolé do Rocha/PB
Telefone (83) 99630-6232

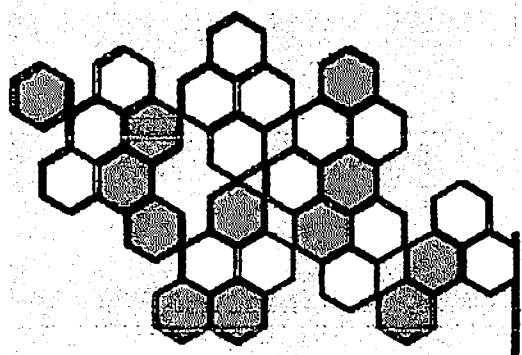
| | | | | | |
|---------|------------------------------------|----------|---------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTRATO | Corte AA - Detalhamento de Mesa | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | ENDERECO | Catolé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

É proibido, no termo da Lei n.º 5088 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial de suas desenhos, como também sua comunicação o terceiros, sem prévio autorização do autor.

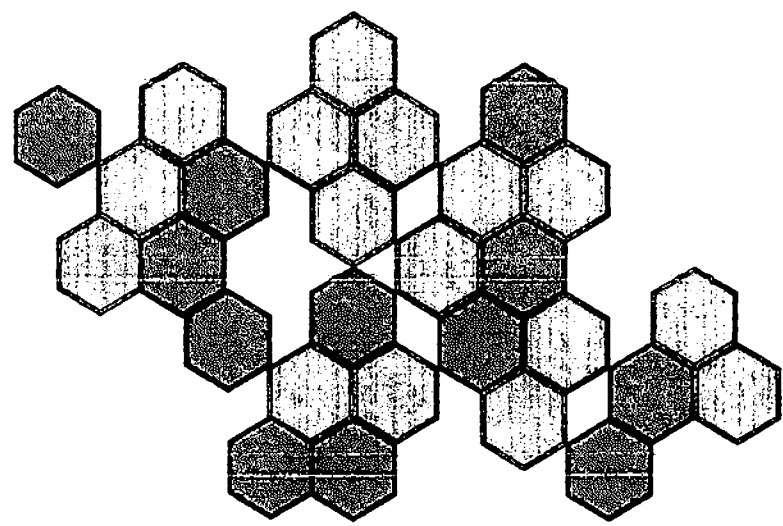




Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Vista de Cima - Colmeia de Teto Luminoso



12 UNIDADES



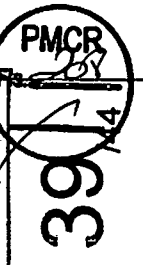
16 UNIDADES



Composto de Teto Luminoso em 3D, Capas de Mesa
Luzes e 1kg Ultravioleta de Mesa. Durável com
cobertura de 100%. 4.2020, para 100% de
acabado para participação de tecnologia.

Eduardo Costa Cardoso
Arquiteto
C.R.C.A. 121514-B

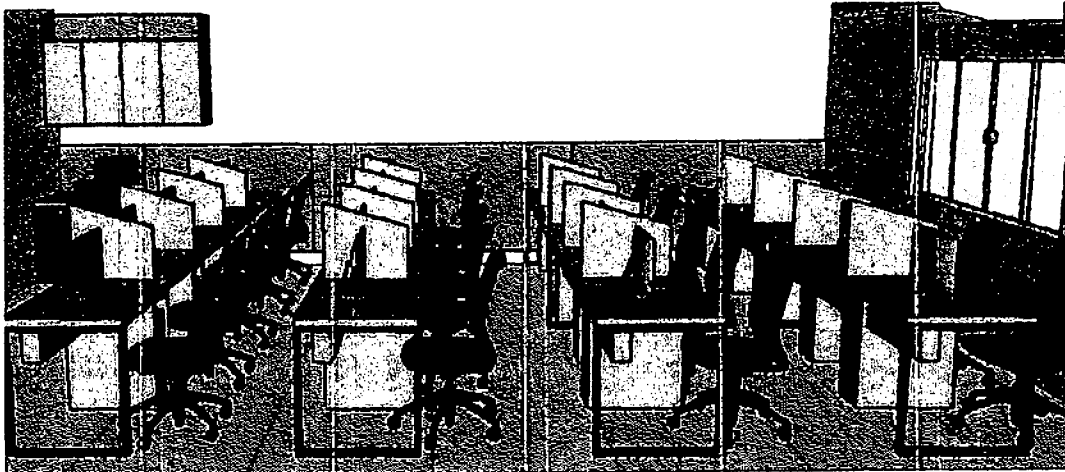
Projeto de Interiores



| | |
|--|---|
| <p>ESCALA</p> <p>1 / 25</p> | <p>CONTÉUDO</p> <p>Detalhamento de Começas de teto</p> |
| <p>DATA</p> <p>Junho/2024</p> | <p>PROJETO</p> <p>Prefeitura de Catolé do Rocha - PB</p> <p>Projeto de Interiores</p> |
| <p>EDIFÍCIO</p> <p>Catolé do Rocha - PB - Centro</p> | |

F. proibida, no termo da Lei n.º 5068 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

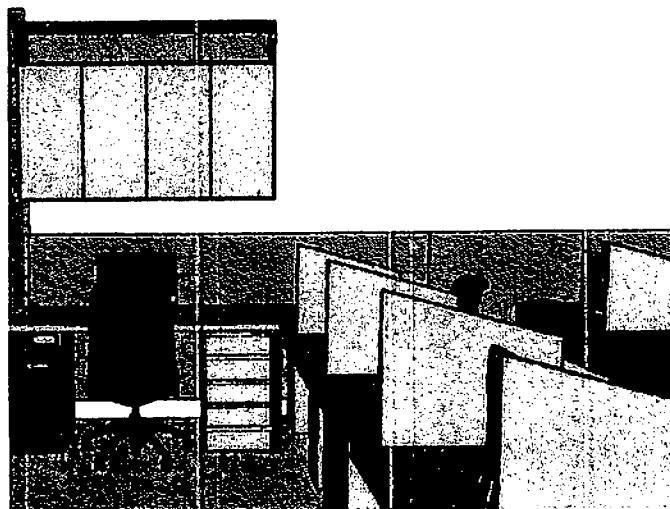
Eduardo Costa
ARQUITETO
C.R.C.A. 121514-B
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C - Catolé do Rocha/PB
Telefone (83) 99660-6232



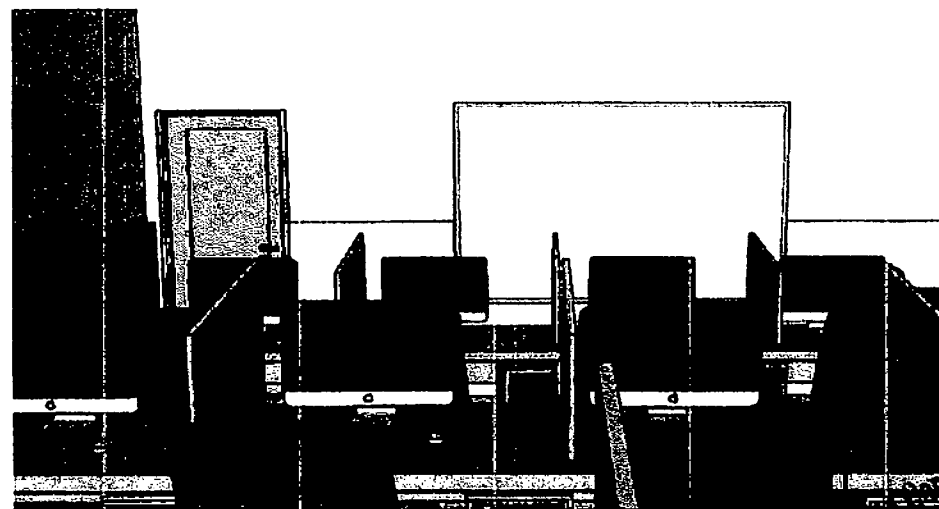
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA

Eduardo Costa Parizoso
Arquiteto e Urbanista
CAU: A 143548

Eduardo Costa
ARQUITETO E URBANISTA

CAU A 143548
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone (83) 99600-8232

| | | | |
|---|---------------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | ESCALA | Sem Escala |
| PROJETO | Projeto de Interiores | DATA | Junho/2024 |
| CONTEÚDO | Perspectivas 3D - Sala de Informática | | |
| ENDEREÇO | Católé do Rocha - PB - Centro | | |
| <p>É proibido, na forma da Lei nº 5698 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.</p> | | | |

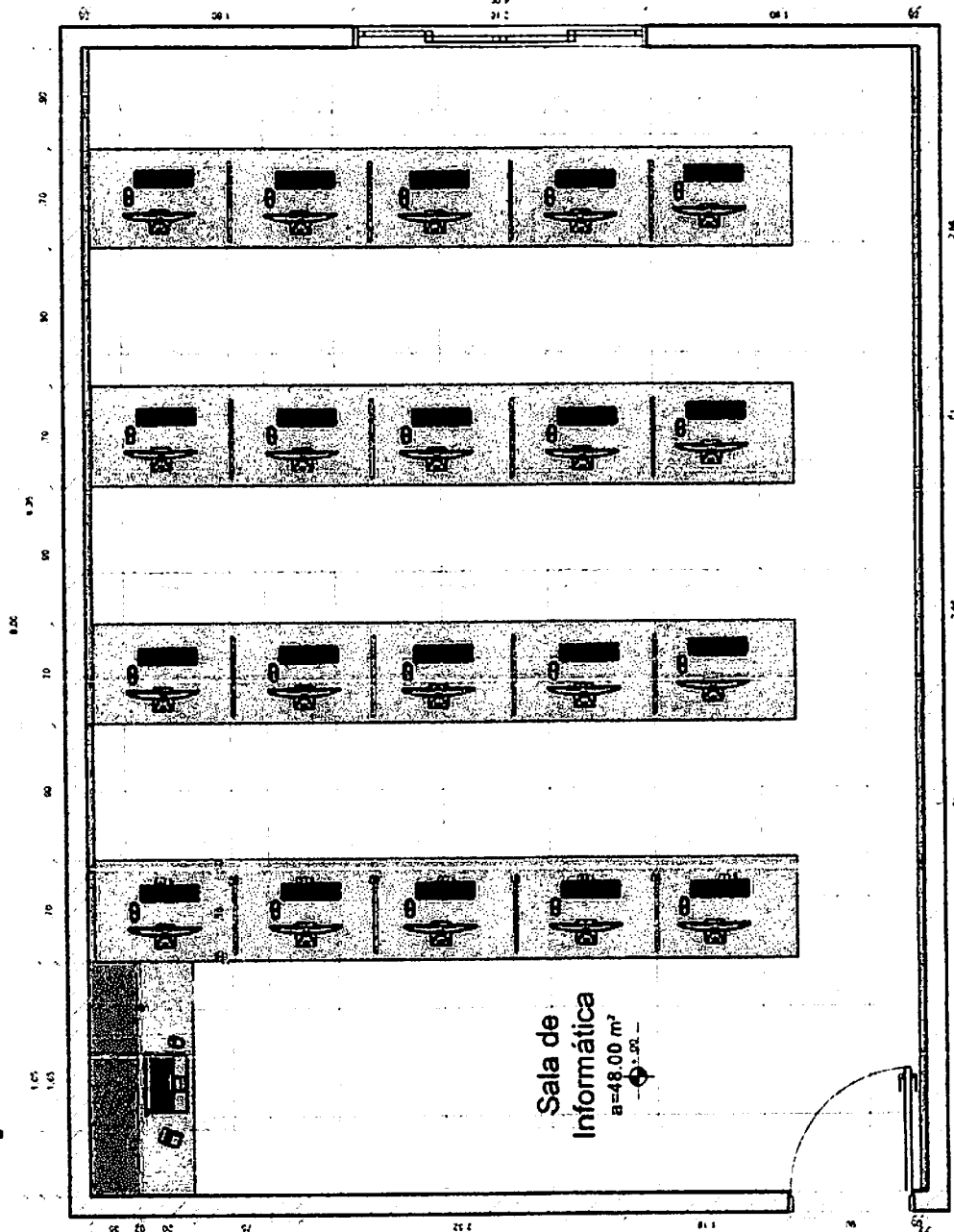
Módulo em MDF Espessura 18mm, de Marca Arcaico, com Deslize de 1" nos 2" (Ver Detalhe em Pág. 02).

Módulo em MDF Espessura 18mm, de Marca Arcaico, com Deslize de 1" nos 2" (Ver Detalhe em Pág. 02).

Deslize de 1" nos 2" de Espessura

Letras de sinalização gráfica: 1" Unidades, 1/2" Unidades e 1/4" Unidades (Ver Detalhe em Pág. 02).

Módulo em MDF Espessura 18mm, de Marca Arcaico, com Deslize de 1" nos 2" (Ver Detalhe em Pág. 02).



Módulo em MDF Espessura 18mm, de Marca Arcaico, com Deslize de 1" nos 2" (Ver Detalhe em Pág. 02).

Módulo em MDF Espessura 18mm, de Marca Arcaico, com Deslize de 1" nos 2" (Ver Detalhe em Pág. 02).

Letras de sinalização gráfica: 1" Unidades, 1/2" Unidades e 1/4" Unidades (Ver Detalhe em Pág. 02).

Eduardo Costa
Arquiteto e Urbanista

Planta Baixa - Sala de Informática
ESCALA: 1/25

Eduardo Costa
ARQUITETO E URBANISTA

C.A.U. A 151011-5
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.326-C, - Catolô do Rocha/PB
Telefone: (83) 99800-6232

| | | | |
|------------|------------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolô do Rocha - PB | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | DATA | Junho/2024 |
| CONTIÚDO | Planta Baixa - Sala de Informática | | |
| ELABORAÇÃO | Catolô do Rocha - PB - Centro | | |

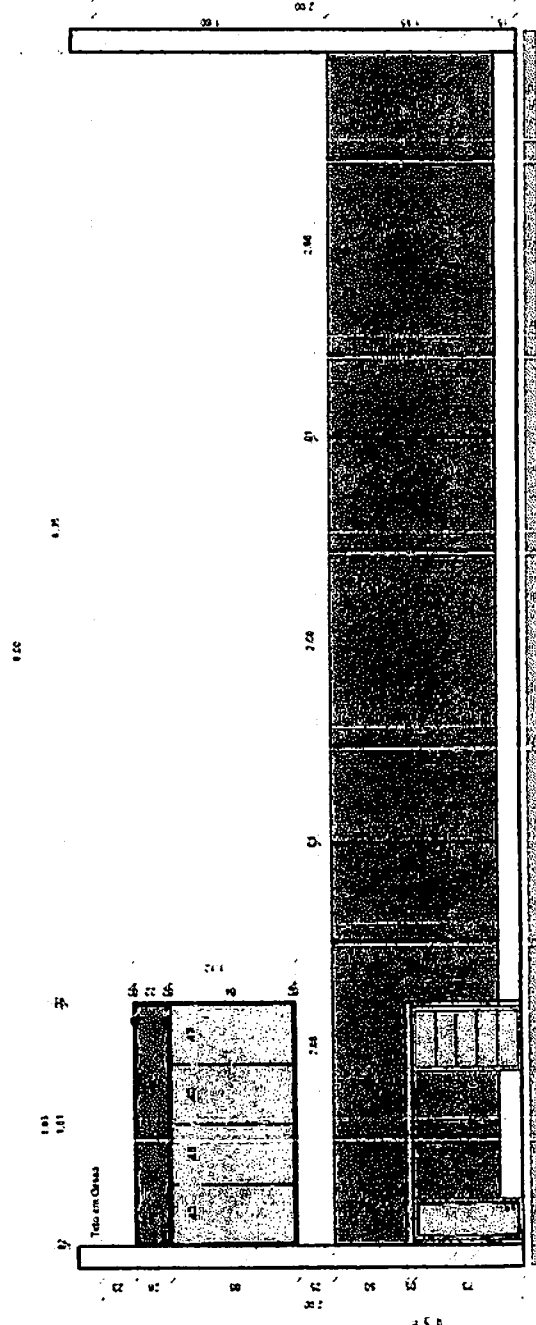
É proibida, no âmbito da Lei nº 9068 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação ou transferência, sem prévia autorização do autor.



PMCR
42/144

Edoardo Cabral Cardozo
Arquiteto Urbanista
C.A.U. A-183514-8

PROJETO DE ARQUITETURA E URBANISMO



Corte AA - Recepção
ESCALA: 1/25

- 1.40 0.80 2.20 2.60 2.80 2.80
- Tudo em Massa
- 1.40 0.80
- 2.20 2.60 2.80
- 0.70

Recepção com pontos em MDF (caixa de impressora com 400x300 mm, caixa de fax e impressora de rede).

Área de espera com MDF (caixa de impressora com 400x300 mm, caixa de fax e impressora de rede).

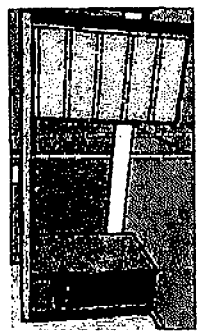
Podium em MDF (caixa de impressora com 400x300 mm, caixa de fax e impressora de rede).

Mesa de MDF (caixa de impressora com 400x300 mm, caixa de fax e impressora de rede).

Esso de madeira (caixa de impressora com 400x300 mm, caixa de fax e impressora de rede).

Arquiteto Urbanista

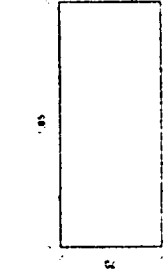
DETALHAMENTO DE ARMÁRIO BAIXO E CAIXOTE PARA COLOCAÇÃO DE CPU



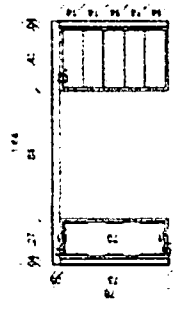
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Perspectiva 3D
SEM ESCALA



Vista De Cima - Armário Baixo
ESCALA: 1/25



Vista Frontal - Armário Baixo
ESCALA: 1/25

| | | | | | |
|---------|------------------------------------|-------------|--------------------------------|--------|------------|
| CURFITE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTÉUDO | Corte AA - Sala de Informática | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | INSTRUMENTO | Catolé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |

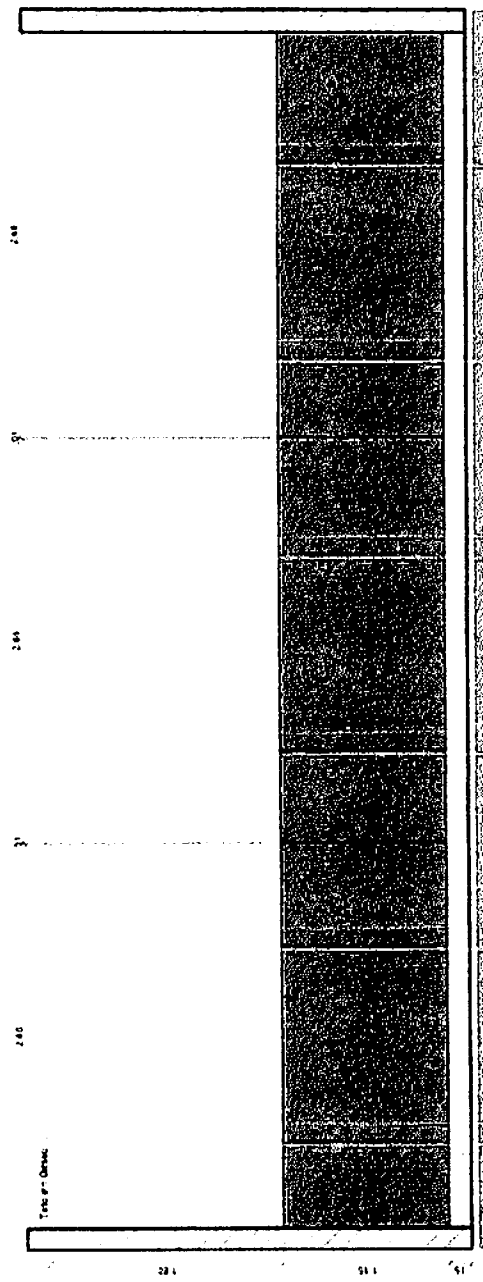
Rua Barão do Rio Branco, N. 1.328-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232

CAUA 181514-8

É proibido, no âmbito da Lei nº 5.988 Art. 184 do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.

PMCR
43114

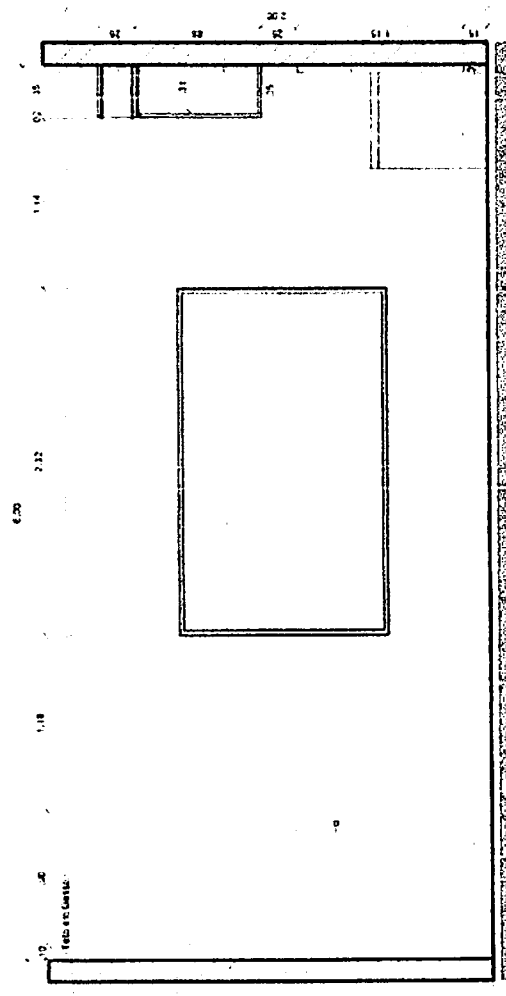
Estado da Paraíba
Arquiteto Urbanista
CAU: A 181514-B



Corte BB - Recepção
ESCALA 1/25

Perfil em 3/4 Expresso Saco de Mão
Azul com Desbaste de Fim de Lixa
120

Perfil em Cimento existente no Local



Corte CC - Recepção
ESCALA 1/25

Muro em 1/4 Expresso Saco de Mão com Desbaste de Fim de Lixa

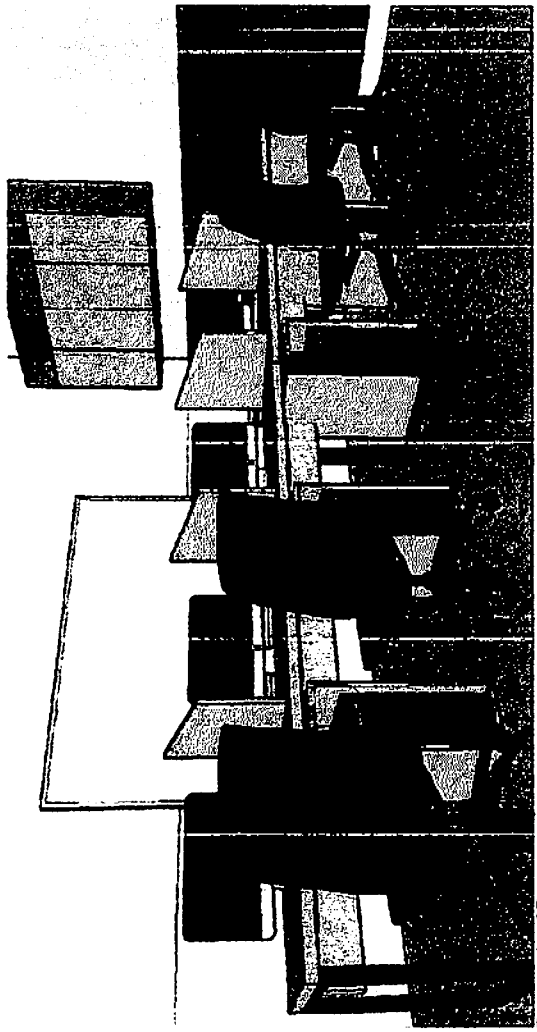
Muro em 1/4 Expresso Saco de Mão com Desbaste de Fim de Lixa

Muro em 1/4 Expresso Saco de Mão com Desbaste de Fim de Lixa

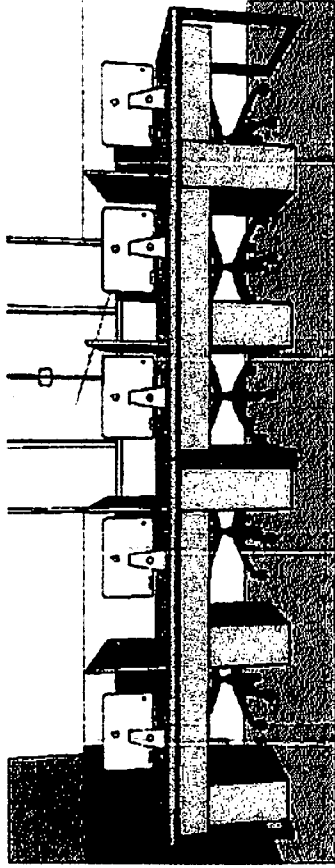
Muro em 1/4 Expresso Saco de Mão com Desbaste de Fim de Lixa

| | | | | | |
|---|------------------------------------|---------|-------------------------------------|--------|------------|
| CLIENTE | Prefeitura de Catolé do Rocha - PB | CONTIÚO | Corte BB / CC - Sala de Informática | ESCALA | 1 / 25 |
| PROJETO | Projeto de Interiores | PROF.º | Catolé do Rocha - PB - Centro | DATA | Junho/2024 |
| <p>É proibido, no âmbito da Lei nº 5968 Art. 184, do Código Civil Penal, a reprodução total ou parcial desse desenho, como também sua comunicação a terceiros, sem prévia autorização do autor.</p> | | | | | |

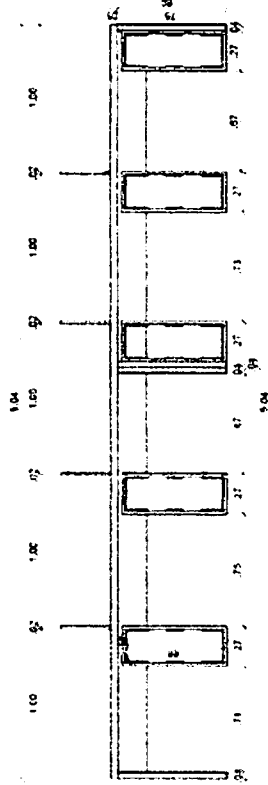
Projeto de Interiores e Urbanismo
CAU: A 181514-B
Rua Barão do Rio Branco, N 1.326-C, - Catolé do Rocha/PB
Telefone: (83) 99600-6232



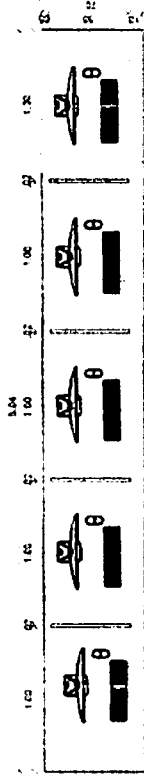
Perspectiva 3D
SEM ESCALA



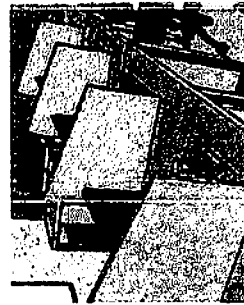
Vista De Cima - Mesa
ESCALA 1:25



Vista Frontal - Mesa
ESCALA 1:25



Vista Lateral - Mesa
ESCALA 1:25



Mesa em 3D - Rocha - Tabela de Mesa
Desta: Desta de Rocha para colar de
Arquit. Ed. 184 do Cód. Civ. Pen. (PB)
(150x30x60)

Edardo Cabral Carlos
Arquiteto Urbanista
CR. 15.161-8

PROJETO DE INTERIORES

| | | | |
|--|--|-----------|---------------------------------------|
| CLIENTE: Prefeitura de Catalão do Rocha - PB | CONTEUDO: Detalhamento da Mesa - Sala de Informática | ESCALA: | 1 / 25 |
| | | ENDEREÇO: | Catalão do Rocha - PB - Centro |
| PROJETO: Projeto de Interiores | | DATA: | Junho/2024 |

Rua Bardo do Rio Branco, N 1.326-C. - Catalão do Rocha/PB
 Telefone: (83) 99800-6232

CAU A 161514 - 8

PROJETO DE INTERIORES

